

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras – FALE
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – POSLIN

Jacqueline Helen de Lima

**A TOPONÍMIA RURAL NO CONTEXTO CAFEICULTOR DA SERRA DO
CAPARAÓ**

Belo Horizonte
2021

Jacqueline Helen de Lima

**A TOPONÍMIA RURAL NO CONTEXTO CAFEICULTOR DA SERRA DO
CAPARAÓ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística teórica e descritiva

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística (1A)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Belo Horizonte
2021

L732t

Lima, Jacqueline Helen de.
A toponímia rural no contexto cafeicultor da Serra do Caparaó [manuscrito] /
Jacqueline Helen de Lima – 2021.
169 f., enc.: il., fots., maps., color.

Orientadora: Maria Cândida Trindade Costa de Seabra.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Letras

Bibliografia: f. 162-169.

1. Língua portuguesa – Regionalismos – Caparaó, Serra do (MG) – Teses.
2. Toponímia – Teses. 3. Sociolinguística – Teses. 4. Linguagem e cultura –
Teses. 5. Língua portuguesa – Lexicologia – Teses. I. Seabra, Maria Cândida
Trindade Costa de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Letras. III. Título.

CDD : 469.798



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

A toponímia rural no contexto cafeicultor da Serra do Caparaó

JACQUELINE HELEN DE LIMA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 17 de maio de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Maria Candida Trindade Costa de Seabra - Orientadora
UFMG

Prof(a). Ana Paula Mendes Alves de Carvalho
IFMG

Prof(a). Celina Márcia de Souza Abbade
UNEB

Belo Horizonte, 17 de maio de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Celina Márcia de Souza Abbade, Usuário Externo**, em 17/05/2021, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Mendes Alves de Carvalho, Usuário Externo**, em 17/05/2021, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Candida Trindade Costa de Seabra, Professora do Magistério Superior**, em 17/05/2021, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0687571** e o código CRC **877CCB29**.

A Deus, supremo benfeitor, todo meu louvor.

“Quanto a mim, esperarei sempre e te louvarei mais e mais.

A minha boca relatará a tua justiça, e de contínuo os feitos da tua salvação, ainda que eu não saiba o seu número.

Sinto-me na força do Senhor Deus; e rememoro a tua justiça, a tua somente.

Tu me tens ensinado, ó Deus, desde a minha mocidade; e até agora tenho anunciado as tuas maravilhas.

Não me desampares, pois, ó Deus, até à minha velhice e às cãs; até que eu tenha declarado à presente geração a tua força e às vindouras o teu poder”.

(Salmos 73: 15-18)

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento, como sempre foi em minha vida, é todo a Deus. Nele encontro fonte inesgotável de força, sabedoria, e amor. A Deus, minha gratidão e meu louvor pelos seus incontáveis feitos para comigo, por sua graça infinita e por ser o autor da minha fé.

Agradeço a minha orientadora, professora Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, por acreditar e por contribuir como orientadora neste trabalho. Sou imensamente grata pelo incentivo, pelo direcionamento, pela paciência e pela delicadeza com que me tratou antes mesmo de eu me tornar sua orientanda.

Aos meus pais, Uziel e Mirene, que me ensinaram os valores que forjaram meu caráter e os princípios cristãos: *“O que ouvimos e aprendemos o que nos contaram nossos pais, não o encobriremos a seus filhos; contaremos à vindoura geração os louvores do Senhor, e o seu poder, e as maravilhas que fez”* (Salmos 78:3-4). Agradeço todo o sacrifício que fizeram para que minhas irmãs eu pudéssemos estudar. Agradeço todo amor que dedicaram a mim, e as orações: *“Muito pode, por sua eficácia, a súplica do justo”* (Tiago 5:16).

Agradeço às minhas irmãs, Rafaella e Maressa. Essa última nos presenteou com a maior fonte de alegria da família: nosso pequeno Benício, que, por muitas vezes, quando eu me assentava para escrever esta dissertação, vinha para o meu colo, querendo me ajudar: -“Titia, vou estudar com você e te ajudar a fazer letras no computador”!

Ao meu amado esposo, Enrique, agradeço pelo apoio incondicional nessa jornada acadêmica. Agradeço a compreensão, o incentivo, a paciência e a ajuda para que esse trabalho se realizasse. Em 2018, nos conhecemos quando viajávamos com destino à UFMG, em um ônibus que nos levava de Espera Feliz para Belo Horizonte. Desde então, trilhamos um caminho de amor, companheirismo e amizade.

Agradeço à minha sogra, Maria Célia, que me acolheu nos últimos dias da redação deste trabalho para que eu pudesse terminá-lo. Agradeço seu carinho para comigo!

Agradeço à minha amiga Danúbia, que me mostrou que tudo é possível para os que lutam e acreditam nos seus sonhos. Agradeço por sua amizade, por ter me mostrado o caminho da vida acadêmica na UFMG, pelo incentivo ao aprimoramento profissional e por ser um exemplo de perseverança.

Agradeço à minha amiga Paulinha, por sua amizade fiel, pelos sábios conselhos em tempos de luta e em tempo de paz, pelas longas conversas e pelas boas risadas nos corredores da UFMG. Agradeço muito as suas orações.

À minha amiga Tati, que conheci ainda na graduação e reencontrei muitos anos depois na UFMG, no dia em que fizemos a prova para ingresso no mestrado. Agradeço pelo apoio e por toda ajuda no tempo em que compartilhamos histórias e experiências das nossas viagens semanais para Belo Horizonte. Obrigada pela sua amizade!

À Dea Márcia, agradeço o acolhimento em seu apartamento no período de estudos em Belo Horizonte.

Aos motoristas do ônibus que me levavam todas as semanas de Caparaó para Espera Feliz, por estradas de terra que ora estavam empoeiradas, ora em estado de atoleiro. Agradeço também aos motoristas do ônibus que me levavam, semanalmente, de Espera Feliz para Belo Horizonte. Não foi fácil transpor as montanhas! Todo o sacrifício para chegar à UFMG valeu a pena.

Agradeço à Escola Estadual Professor Francisco Lentz por me ensinar os primeiros passos da vida escolar, e, por hoje, ser o meu local de trabalho. Agradeço ao professor Welington pela colaboração com a parte histórica deste trabalho.

Agradeço aos amigos que fiz no caminho do mestrado: Jeander e Mariana, pelo incentivo e apoio, e à Letícia, pela preciosa ajuda com o texto e pelo carinho. Ao Maurício, por sempre me incentivar a acreditar na educação por meio do seu exemplo de luta.

Agradeço à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, por oferecer um curso de pós-graduação de excelência.

Agradeço à FAPEMIG, agência financiadora deste trabalho.

Gomos da Infância

Cenas vivas de amor!

Emoções...

Volto ao passado. Tudo gravado.

Caparaó. Lindo amanhecer

Num acorde harmonioso dos pássaros cantando!

Belo anoitecer!

O sol a se esconder, brilhante,

Reflete no mar a sua beleza,

Mar que eu não podia ver.

Vila de Caparaó. Montanhas e montanhas.

Ânsia em escalá-las

Para com um bambu tocar o céu

Numa visão feliz de infância.

Oh! Tempo lindo, o tempo de criança!

(...)

Marlene Bussinger (2000).

Resumo

O estudo da toponímia é de grande importância para a compreensão e para o conhecimento dos aspectos históricos e socioculturais de uma região. Por meio dele, é possível identificar ocorrências linguísticas que revelam as ideologias e as crenças de um povo no ato denominativo e também verificar a permanência ou desaparecimento de um nome em uma comunidade. Partindo dessa proposição, esta pesquisa teve por objetivo realizar um estudo descritivo (linguístico-histórico-cultural) do léxico toponímico rural dos municípios de Alto Caparaó, Caparaó e Espera Feliz, grandes produtores de café na região da Serra do Caparaó, no leste de Minas Gerais. O foco deste estudo está nos nomes dos acidentes físicos e humanos encontrados das áreas rurais de tais cidades. Adotou-se o conceito da indissociabilidade entre a língua e a cultura, conforme exposto por Duranti (2000) e Biderman (2001). O arcabouço teórico acerca do léxico adotado foi o elaborado por Biderman (2001). Já os pressupostos teórico-metodológicos da ciência onomástica utilizados foram desenvolvidos por Dick (1990a, 1990b). Este estudo está vinculado ao Projeto ATEMIG (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais) projeto em desenvolvimento, desde 2005, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e ao Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (GruMEL/UFMG/CNPq). Para construção do *corpus* toponímico, levantou-se dados a partir leitura e análise das cartas geográficas do ano de 2010, dos três municípios, disponibilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa), com escala de e 1: 50.000. Foram encontrados 199 topônimos, que foram organizados em fichas toponímicas. As informações explicitadas nas fichas são: o topônimo, a taxonomia, a natureza da do topônimo, o acidente e a natureza do acidente. Realizou-se um estudo quantitativo dos topônimos e dos acidentes, que foi a base para a análise toponímica. Esta pesquisa mostrou que, além do estudo linguístico, a investigação dos nomes de lugar proporciona também a análise da relação do homem com o meio em que vive, resgatando informações culturais, ideológicas e históricas concernentes à ocupação e à organização dessa região do estado mineiro.

Palavras-chave: Toponímia. Serra do Caparaó. Café. Minas Gerais. Cultura.

ABSTRACT

The study of toponymy is of great importance for understanding and knowledge of the historical and socio-cultural aspects of a region. Through it, it is possible to identify linguistic occurrences that reveal the ideologies and beliefs of a people in the denominational act and also verify the permanence or disappearance of a name in a community. In this sense, this research aimed to carry out a descriptive study (linguistic-historic-cultural) of the rural toponymic lexicon of the municipalities of Alto Caparaó, Caparaó and Espera Feliz, major coffee producers in the Serra do Caparaó region, in eastern Minas Gerais. The focus of this study is the name of the physical and human accidents found in rural areas in such cities. The concept of the inseparability between language and culture was adopted, as exposed by Duranti (2000) and Biderman (2001). The theoretical framework was developed by Biderman (2001). The theoretical-methodological assumptions of onomastic science used were developed by Dick (1990a, 1990b). This study is linked to the ATEMIG Project (Toponymic Atlas of the State of Minas Gerais), started in 2005 at the Faculty of Letters of the Federal University of Minas Gerais and to the Minas Gerais Group of Lexicon Studies (GruMEL/UFGM/CNPq). For the construction of the toponymic corpus, data were collected from the reading and analysis of the geographic maps of the year 2010, from the three municipalities, provided by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Research), with a scale of 1: 50,000. Thus, 199 toponyms were found, which were organized in toponymic forms. The information explained in the forms are: the place name, the taxonomy, the nature of the place name, the accident and the nature of the accident. A quantitative study of toponyms and accidents was carried out, which was the basis for the toponymic analysis. This research showed that, in addition to the linguistic study, the investigation of place names also provides an analysis of the relationship between man and the environment in which he lives, recovering cultural, ideological and historical information concerning the occupation and organization of this region of the state of Minas Gerais.

Keywords: Toponym. Serra do Caparaó. Coffee. Minas Gerais. Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- O domínio do léxico	26
Figura 2 - Onomasiologia e Semasiologia.....	29
Figura 3 - Relação significante x significado	30
Figura 4 - Venda do Vivaldo no Córrego do Piratininga	80

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Vista da Serra do Caparaó.....	59
Foto 2 - Vista do cume do Pico da Bandeira, no Parque Nacional do Caparaó	61
Foto 3 - Café <i>in natura</i> no próprio pé.....	70
Foto 4 - Estação velha de Carangola (1929)	74
Foto 5 - Túnel remanescente das construções da Ferrovia Leopoldina.....	77
Foto 6 - Grafia da comunidade <i>Córrego do Bananal</i> em produto artesanal local	79
Foto 7 - Lenda Caparaó exposta em artesanato local	136
Foto 8 - Lenda Caparaó exposta em artesanato local (detalhes)	136
Foto 9 - Placa na ponte que fica sobre o Córrego Gramarim, na rodovia MG-111	144
Foto 10 - Placa que indica o acesso à localidade Grumarim	144
Foto 11- Exemplar da planta Grumarim.....	145
Foto 12 - Homenagem aos caçadores na Praça Cira Rosa	148

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios de Caparaó e Alto Caparaó/MG.....	49
Mapa 2 - Município de Alto Caparaó (2010)	51
Mapa 3 - Município de Caparaó (2010)	52
Mapa 4 - Município de Espera Feliz (2010).....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Acidentes Físicos e Humanos – Município de Alto Caparaó	91
Gráfico 2 - Acidentes físicos – Taxonomias – Município de Alto Caparaó.....	92
Gráfico 3 - Acidentes humanos – Taxonomias – Município de Alto Caparaó.....	93
Gráfico 4 - Acidentes físicos e humanos – Município de Caparaó	103
Gráfico 5 - Acidentes físicos – Taxonomias – Município de Caparaó.....	104
Gráfico 6 - Acidentes humanos – Taxonomias – Município de Caparaó.....	105
Gráfico 7 - Acidentes físicos e humanos – Município de Espera Feliz.....	123
Gráfico 8 - Acidentes físicos – Taxonomias – Município de Espera Feliz	124
Gráfico 9 - Acidentes humanos – Taxonomias – Município de Espera Feliz	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Valores semânticos de uma palavra	30
Quadro 2 - Modelo de Ficha toponímica adotado na pesquisa.....	54
Quadro 3 - Origem e descrição dos topônimos	55
Quadro 4 - Taxonomias de natureza física	56
Quadro 5 - Taxonomias de natureza antropocultural	57
Quadro 6 - Município de Alto Caparaó	84
Quadro 7 - Município de Caparaó	94
Quadro 8 - Município de Espera Feliz.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

∩ – Intersecção

ATB – Atlas Toponímico do Brasil

ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais

ATEMS – Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul

ATITO – Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins,

A – Antroponímia

ADJ – Adjetivo

ADJpl – Adjetivo plural

ADJsing – Adjetivo singular

AF – Acidente físico

AH – Acidente humano

BA – Bahia

GO – Goiás

GruMEL – Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (GruMEL/UFMG/CNPq)

ICOS – *Congress of Onomastic Sciences*

MG – Minas Gerais

MT – Mato Grosso

NC – Nome composto

NCf – Nome composto feminino

NCm – Nome composto masculino

Nf – Nome feminino

Nm – Nome masculino

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

S – Substantivo

SC – Santa Catarina

SP – São Paulo

Spl – Substantivo plural

Ssing – Substantivo singular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	22
1.1 LÍNGUA, SOCIEDADE E CULTURA.....	22
1.2 O LÉXICO.....	25
1.2.1 O caráter social do Léxico	31
1.2.2 Lexicologia	32
1.3 A PALAVRA	33
1.4 A ONOMÁSTICA.....	35
1.4.1 Referência em Onomástica e em Toponímia	37
1.5 A ANTROPOLOGIA LINGUÍSTICA E SUA RELAÇÃO COM A TOPONÍMIA	43
1.6 OS ESTUDOS TOPONÍMICOS NO BRASIL.....	45
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	48
2.1 SOBRE OS DADOS	48
2.2 FICHAS TOPONÍMICAS RESUMIDAS	54
CAPÍTULO 3 – SOBRE A REGIÃO DA SERRA DO CAPARAÓ	59
3.1 ASPECTOS FÍSICOS DA SERRA DO CAPARAÓ.....	59
3.2 OS PRIMEIROS HABITANTES: OS INDÍGENAS.....	61
3.3 A ZONA PROIBIDA	63
3.4 A CHEGADA DOS POVOADORES.....	65
3.5 A POSSE DAS TERRAS	66
3.5.1. A motivação para ocupar a Serra do Caparaó: o café	67
3.5.2. A produção cafeeira	70
3.5.2.1. O sistema de meação: o meeiro	71
3.5.2.2. O contrato de meação	72
3.6 A CHEGADA DO TREM DE FERRO.....	73
3.7 A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA RURAL DA REGIÃO DO CAPARAÓ.....	77
CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS DADOS	83
4.1 ALTO CAPARAÓ	84
4.2 CAPARAÓ.....	94
4.3 ESPERA FELIZ	107
CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO DOS DADOS APRESENTADOS	128

5.1 - ALTO CAPARAÓ	128
5.2 CAPARAÓ	134
5.3 ESPERA FELIZ	147
5.4 OS CÓRREGOS.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS	160



Igreja em Espera Feliz
(arquivo pessoal)

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como principal objetivo descrever e analisar a toponímia de parte da Serra do Caparaó, em destaque os nomes de lugares localizados nas áreas rurais dos municípios de Espera Feliz, Caparaó e Alto do Caparaó, situados na região leste-mineira que tem como atividade econômica principal o plantio de café. É um estudo que se vincula ao projeto ATEMIG (Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais) e ao Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (GruMEL/UFMG/CNPq), desenvolvido, desde 2005, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Maria Cândida Trindade Costa de Seabra.

Neste trabalho, a investigação toponímica se norteia pela perspectiva da relação entre a língua e os aspectos históricos e socioculturais de um povo. Este pressuposto é apontado por Dick (1990b, p. 22), quando diz que o “nome de lugar exerce o papel de uma verdadeira crônica”. Dessa forma, entende-se que pela observação e pela análise dos topônimos de uma região, é possível encontrar experiências e fatos que vão além do ato de nomear, como por exemplo, questões sociais, políticas, históricas, econômicas e geográficas. Sendo assim, o estudo do léxico toponímico conduz o pesquisador a uma ampla leitura do seu objeto.

Pela abrangência da pesquisa toponímica, estudiosos de diversas áreas se aproximam, já que esse tipo de investigação oferece possibilidades para os pesquisadores não só da área linguística, mas também dos campos da Antropologia, da Geografia, da História e da Sociologia. Por esta característica, pode-se afirmar que a toponímia é um campo de conhecimento interdisciplinar. As questões motivacionais na nomeação instigam novos estudos que geram muitas descobertas. Embora escrever sobre os aspectos linguísticos e socioculturais de uma região seja instigante, não é, contudo, uma tarefa fácil. Tal dificuldade se deve à existência de muitas informações que se entrelaçam de forma complexa e que requerem bastante cuidado na interpretação e também na descrição, por parte do investigador.

A Serra do Caparaó foi uma das últimas regiões mineiras a serem ocupadas, uma vez que o território fazia parte da chamada Zona Proibida. Com o declínio da exploração e do comércio do ouro em Minas Gerais, a serra se tornou atraente para uma nova oportunidade econômica: o cultivo e o comércio dos grãos de café. O clima frio, a altitude elevada e a fertilidade do solo motivaram muitas pessoas a se aventurarem nessa atividade agrícola. O processo de povoamento se deu no período que antecedeu o fim da escravidão no Brasil e culminou na chegada de imigrantes europeus à localidade em questão. Pela especificidade de

sua ocupação e por suas características geográficas, a serra mostra-se singular e importante para um estudo toponímico.

Pelo caráter histórico que a língua possui, é necessário que seu estudo aconteça dentro do processo e do contexto que a produzem. A partir desse conceito, como objetivos específicos, esta pesquisa propõe-se a:

1. realizar o levantamento de topônimos que nomeiam acidentes físicos e humanos que abrangem a região rural dos três municípios em tela (Alto Caparaó, Caparaó e Espera Feliz) em cartas geográficas oficiais do IBGE (datadas de 2010);
2. identificar e classificar os topônimos;
3. descrever e analisar os dados, levando em conta o ambiente em que estão inseridos.

Para Dick (1990c), os topônimos não só nomeiam um lugar, mas testemunham os fatos históricos de uma população, ao registrar os acontecimentos. Por essa razão, este estudo levou em conta a história e a evolução dos nomes de lugares, bem como a compreensão da relação que têm com o povo que ocupou aquele lugar, ou seja, a relação entre as crenças e a cultura de seres humanos com as escolhas feitas no ato de nomear.

Este trabalho é composto por 6 capítulos. O Capítulo 1, intitulado **Pressupostos Teóricos**, trata do arcabouço teórico que sustenta a pesquisa. Apresenta-se, inicialmente a relação entre o léxico e a cultura. Em seguida, aborda-se o léxico e a lexicologia e discorre-se sobre a noção de palavra. A relação entre a antropologia linguística e a toponímia é trabalhada na sequência e, por fim, discorre-se sobre os estudos toponímicos no Brasil.

O Capítulo 2, **Procedimentos Metodológicos**, expõe o método utilizado durante a realização da pesquisa, discorrendo sobre o levantamento de dados e sobre as especificações das fichas toponímicas resumidas.

No Capítulo 3, **Sobre a região da Serra do Caparaó**, levantam-se os aspectos físicos e históricos. Dividido em sete seções, discorre sobre a geografia da Serra do Caparaó, descreve os primeiros habitantes indígenas, tece considerações sobre chamada Zona Proibida, sobre os povoadores que ali chegaram; trata ainda sobre a posse das terras, a implantação da ferrovia e a formação da estrutura rural da região.

O Capítulo de número 4, **Apresentação e descrição dos dados**, apresenta os dados levantados, por meio de fichas toponímicas, baseadas em Dick (1990c) e quantifica-os por meio de gráficos.

O Capítulo 5, **Discussão dos dados apresentados**, propõe discussões sobre os dados levantados, bem como apresenta as conclusões decorrentes das análises realizadas. Neste capítulo comprova-se a importância e a validade das pesquisas toponímicas para o estudo linguístico-cultural, já que os topônimos permitem encontrar a história, a cultura e as crenças de um povo.

Na sequência, apresentam-se as **Considerações Finais** obtidas por meio deste estudo e, por fim, listam-se as **Referências** que serviram como base para esta investigação.



Vista panorâmica das plantações de café em Caparaó.

(Arquivo pessoal)

CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 LÍNGUA, SOCIEDADE E CULTURA

Por meio da palavra, o ser humano expressa ideias e pensamentos, bem como nomeia pessoas e lugares. Assim, a palavra configura-se como uma forma de expressão, podendo ser utilizada para fins diversos, entre os quais se encontra a nomeação. Assim sendo, cada palavra carrega consigo um ou mais significados atribuídos pelos falantes de uma determinada língua, com base em suas experiências e percepções individuais acerca do mundo circundante. Para além do ato de nomear, as palavras já criadas e usadas por diversas pessoas, em diferentes épocas e contextos, são extremamente relevantes para uma comunidade, pois carregam consigo índices socioculturais (SEABRA, 2004), ou seja, configuram-se como um produto social.

As primeiras reflexões sobre a natureza do nome datam da antiguidade: encontra-se no Egito antigo um dos berços desse objeto de estudo, por meio da diferenciação, nos hieróglifos, dos nomes próprios e comuns. Porém, o interesse pelo estudo sistemático desse campo investigativo é mais recente e adquiriu, nos últimos tempos, um caráter científico, ligado a diversas áreas de estudo da linguagem humana, como a Linguística Histórica, a Etnolinguística e a Sociolinguística.

Pessoa e lugar estão em campos semânticos variáveis, mas possuem, apesar disso, uma relação próxima, motivada pelo *onoma*: o vocábulo passa de seu uso pleno numa língua e caminha rumo ao uso onomástico, momento em que os dois planos se contatam e referenciam topônimo ou antropônimo (SEABRA, 2004).

Interessa à Onomástica o nome distinto da palavra, ou seja, a relação externa que ele tem com o nomeador e o nomeado – sujeito enunciador e o objeto nomeado (o espaço e suas subdivisões conceptuais). A essa relação une-se o receptor, aquele que recebe os efeitos da nomeação, com natureza de um sujeito passivo (DICK, 1999). Ao transpor-se do sistema lexical para o sistema onomástico, a palavra deixa o plano da designação (onomasiológico), integra-se ao da significação (semasiológico) e, assim, cristaliza-se como nome. Dessa forma, ocorre uma modificação semântica na palavra, motivada pela variação interna no sistema linguístico e pela realidade cultural que compete à palavra designar. Por ter o poder de refletir o modo de viver e a cultura de uma sociedade, bem como representar os seus valores, o uso da língua não se restringe, portanto, à função nomenclatória (SEABRA, 2004).

A afirmação de que a língua é uma instituição social passa pela nomeação, uma vez que a vivacidade da língua depende da ação nomeadora para se tornar realidade, conforme pondera Houaiss:

Ao dominar a natureza, ao dominar as técnicas, ao dominar o conhecimento, só se pode fazê-lo e transmiti-lo dando nome às coisas, dando nome às ideias, criando conceitos. Então, um dos traços fundamentais disso é que a memória do homem tem que ser amparada pela criação vocabular contínua. Em suma, o que o indivíduo vê, pressente ou imagina, descobre ou inventa pode ser nomeado pela palavra. Uma vez nomeado, o conhecimento pode ser socializado e integrar-se na cultura coletiva (HOUAISS, 1983, p. 20).

A língua de um povo é um de seus retratos culturais mais fortes, uma vez que língua e cultura são indissociáveis: a língua, composta por palavras organizadas em frases que culminam no discurso, se organiza no momento em que o falante seleciona palavras no seu acervo mental, as quais apontam as características sociais, econômicas, etárias e culturais de cada falante. Em sua obra póstuma, *O ensaio sobre a origem das línguas*, Rousseau (2008) afirmou que somente se é possível saber de onde é um homem após ele ter falado; desse modo, pode-se afirmar que a existência histórica e social do homem se dá na linguagem, meio pelo qual essa história social é expressa. Logo, estudar o léxico de determinada comunidade permite conhecer muito de sua história social (ABBADE, 2012, p. 141-142) e, tendo em vista o exposto, diante das ciências humanas, os estudos lexicais possuem extrema relevância.

Para Saussure, a língua “é parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (SAUSSURE, 1969, p. 22), sendo que o cumprimento das regras desse contrato se dá na comunicação. Ademais, a língua, além de meio de comunicação, é também um indicador de como o membro de uma comunidade concebe sua visão de mundo, uma vez que é por meio dela que a realidade é estruturada, compreendida e representada.

O linguista Sapir assevera que “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve entendida” (SAPIR, 1969, p.26), ou seja, constitui-se como uma espécie de comportamento humano mais estritamente socializado do que qualquer outro. A língua, enquanto complexo sistema simbólico, reflete tanto o quadro físico, como o social em que se situa um grupo humano, sendo que o primeiro engloba os aspectos geográficos, o clima, os recursos do solo, além da fauna e da flora de um lugar, e o segundo é composto pelas forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo, como, por exemplo, a religião, a política e a arte. Sapir assevera, ademais, que o quadro físico é subordinado à força

do quadro social: “a rigor, é claro, porém, que o ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuaram sobre ele as forças sociais” (SAPIR, 1969, p.45), ou seja, o meio social exerce forte influência na estruturação do sistema linguístico.

Nesta mesma linha, Labov (1972) também acredita que o enfoque dos estudos linguísticos precisa levar em conta as implicações sociais, pois a língua é, além de meio de comunicação, um meio para se estabelecer relações com as pessoas. Para o linguista, a língua, enquanto sistema, acompanha a evolução da sociedade e reflete o comportamento dos indivíduos, e, mais ainda: as línguas são socialmente condicionadas, ou seja, sofrem pressões sociais (MONTEIRO, 2000).

Para exemplificar a influência exercida pela sociedade, pode-se tomar como exemplo o fenômeno dos tabus, que relacionam comportamentos como proibidos ou impróprios em uma comunidade. Um comportamento considerado tabu será referido por uma palavra, que carregará consigo este peso e, portanto, não será pronunciada por muitos dos membros dessa sociedade. Por outro lado, revelando o comportamento humano por meio da língua, determinados membros dessa hipotética comunidade podem usar as palavras que nomeiam um tabu de forma subversiva. Para Labov, o aspecto mais relevante do condicionamento social das línguas se refere aos fenômenos de variação e mudança linguística (MONTEIRO, 2000).

Duranti, outro relevante linguista, por seu turno, também destaca o aspecto social da língua, sendo necessário, para compreendê-la, ir muito além da gramática, pois é no meio social que as palavras se relacionam às atividades socioculturais (DURANTI, 2000). Nessa visão, a língua não é apenas uma faculdade humana, a qual permite a comunicação por meio de signos concretos, como sons e gestos, mas também se constitui como um produto sócio-histórico singular.

Já Biderman (2001) trata a língua como uma realidade imaterial, um universo de abstrações, visto que a linguagem manifesta-se na fala e na escrita, sendo por meio da língua, acessada a linguagem, diferenciando-se do pensamento, embora ambos sejam atividades mentais. É seguro, portanto, afirmar que a linguagem é parte inerente da cognição humana e, a língua, uma espécie de contrato social por meio da qual o indivíduo pode relacionar-se com o mundo ao seu redor. Postula a autora que, “movido por estímulos exteriores e interiores, o indivíduo é levado a comunicar-se, utilizando o instrumento coletivo de comunicação e expressão: a língua” (BIDERMAN, 2001, p.32). Nesse viés, a língua é um patrimônio social que preexiste aos indivíduos e sofre influência de fatores que compõem a herança social,

como, por exemplo, a cultura e a estrutura da sociedade; desse modo, sempre terá uma função comunicativa, devendo, portanto, ser analisada dentro de um contexto social (FREITAS, 2012).

Ainda de acordo com Biderman (2001), por ser a língua um fenômeno social, o falante, por sua vez, terá sua liberdade no uso da linguagem circunscrita, pois,

sendo a língua uma instituição herdada, o indivíduo não cria o sistema convencional de comunicação que recebeu por herança e adotou desde a infância, inconscientemente. (...) O ato da comunicação falada ou escrita tem, pois, essas duas faces paradoxais: as coerções impostas pelo sistema linguístico e a liberdade relativa que tem o sujeito de servir-se dos elementos constitutivos da língua. Em alguns níveis do sistema linguístico a liberdade poderá exercer-se um pouco mais (domínio sintático e léxico) (BIDERMAN, 2001, p. 10-11).

Estudar a língua de um povo, mais especificamente, fornece informações sobre a história, a cultura e as crenças vigentes em determinado meio social. Biderman (2001) afirma que a língua se situa no eixo temporal e, por essa razão, evolui e sofre alterações ao longo dos séculos; sendo assim, para as mudanças nela verificadas é também olhar para as modificações ocorridas na sociedade, já que a língua reflete o comportamento de seus falantes. A autora ressalta que o conceito de língua não se fundamenta apenas em critérios linguísticos, mas comporta elementos ecléticos, como a tradição cultural e a coordenada política: “Eis porque a língua é continuidade, é história” (BIDERMAN, 2001, p. 28).

Em suma, segundo a visão dos linguistas citados, língua e cultura estão entrelaçadas, de modo que, para conhecer e compreender uma ou outra, não se pode investigá-las separadamente. Devido a sua complexidade, a língua pode ser estudada por diversas perspectivas e, no que tange a este trabalho, decidiu-se dirigi-lo por meio do cunho linguístico-sociocultural.

1.2 O LÉXICO

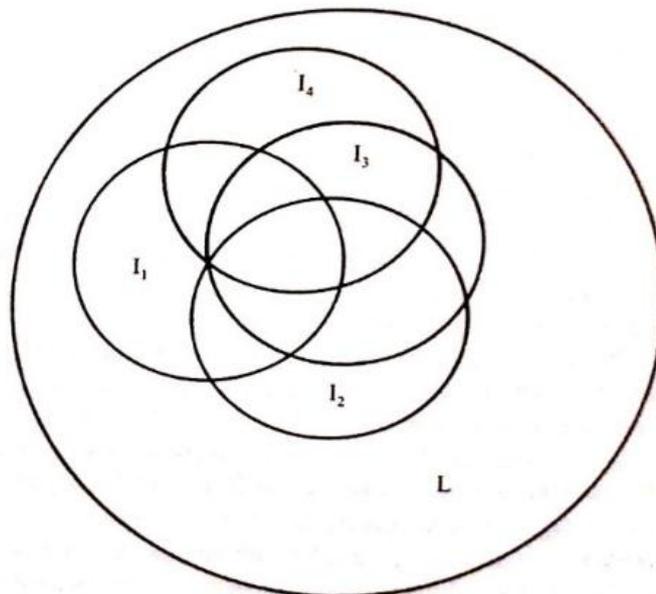
A aquisição de uma língua se dá no processo de internalização da gramática e do léxico. A gramática de uma língua natural consiste em um sistema fechado, no qual as regras definidas articulam-se entre si. Um indivíduo adulto que goza de pleno desenvolvimento cognitivo e pleno desenvolvimento educacional escolar possui a chamada *competência* linguística gramatical. Por seu turno, o Léxico é um conjunto de palavras de uma língua que nomeia e exprime o imensurável e ilimitado conjunto de palavras do universo de uma

sociedade, não sendo possível a um indivíduo dominá-lo plenamente, sendo que se encontra em constante expansão; sendo, desse modo, considerado um sistema aberto (BIDERMAN, 2001, p.18). Neste estudo, a compreensão de que ele é um sistema que se forma a partir da soma de toda experiência que uma sociedade acumula, tem por base os postulados de Biderman (2001):

O Léxico de qualquer língua constitui um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. Qualquer sistema léxico é a somatória de toda experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do léxico de sua língua (BIDERMAN, 2001, p.179).

Pela análise da Figura abaixo, proposta por Biderman (2001), é possível constatar que o domínio do léxico é um processo de aprendizagem contínuo e infundável. A incorporação do léxico acontece por meio de atos cognitivos da realidade e de categorização da experiência, valendo-se dos signos linguísticos, que são os lexemas:

Figura 1 – O domínio do léxico



Fonte: Biderman (2001, p. 180).

Explicitando-se as informações que constam da Figura 1, Biderman (2001) chama de L o Léxico de uma língua e considera que um falante de determinado idioma domina apenas uma porção desse léxico. Na Figura em questão, o vocabulário desse indivíduo é representado por l_1 , já o domínio lexical do outro sujeito é representado por l_2 , um terceiro, por l_3 , e ainda outro, por l_4 . Desse modo, por meio dessa disposição gráfica, pode-se inferir que os usuários dessa língua em questão deparam-se com intersecções que permitem que haja comunicação entre a comunidade linguística da qual fazem parte.

Fato é que um determinado léxico é patrimônio de uma comunidade linguística e os falantes são os responsáveis pela criação e conservação do vocabulário de determinada língua. A nomeação, a título de ilustração, é uma forma utilizada para atribuir nuances particulares aos lexemas¹, alterando a significação das palavras. Um adjetivo, por exemplo, ao unir-se a um substantivo deixa seu significado inicial ou etimológico e passa a significar um todo, como, em um topônimo de um dos municípios contemplados neste estudo: Espera Feliz. Nesse caso, nem mesmo o substantivo tem seu sentido inicial preservado, já que também ganha uma significação maior. Para os moradores da região, acostumados com o nome, a reflexão acerca de uma espera feliz, passa despercebida e, ao ouvir a pronúncia (muitas vezes com sílabas aglutinadas ou suprimidas), pensam apenas na cidade, ou seja, no nome do lugar. Tal estranhamento é referido por Seabra e Isquierdo (2018), quando afirma que mesmo os nomes que nos parecem familiares, porque os conhecemos, “quando paramos para pensar sobre a natureza dos nomes próprios de pessoas e lugares, [...] quase sempre, são de significados incompreensíveis, estranhos para nós, mesmo designando pessoas e lugares conhecidos” (SEABRA; ISQUIERDO, 2018, p. 993).

O homem classifica os seres e objetos no momento em que os nomeia. Sendo assim, este é o primeiro caminho científico trilhado pelo ser humano e o léxico pode ser considerado, também, um registro do conhecimento humano acerca do universo. Quando o homem associa os signos linguísticos aos conceitos, lança mão de um processo referencial e, na visão de Biderman (2001), as palavras são os rótulos por meios dos quais o homem interage cognitivamente com o meio em que vive.

Avançando-se um pouco mais na compreensão das teorias que cercam o léxico, essa mesma autora considera que “o acervo verbal de um idioma é o resultado de um processo de categorização secular e até milenar na cultura, através do reconhecimento das semelhanças e

¹ O termo lexema designa a unidade léxica abstrata em uma língua e advém de uma tentativa dos linguistas que procuram suprimir os equívocos entre *palavra* e *vocábulo* (BIDERMAN, 2001, p.169).

das diferenças entre elementos da experiência humana” (BIDERMAN, 1981, p.134), sendo ele o resultado da interação com o ambiente físico e com o meio cultural. Desse modo, percebe-se que a autora admite a teoria do relativismo linguístico, ou a hipótese de Sapir-Whorf, em que o léxico pode ser considerado como uma categorização simbólica organizada, que classifica de maneira única as experiências humanas da cultura. Para Whorf:

Nós dissecamos a natureza segundo diretrizes estabelecidas por nossas línguas nativas. As categorias e os tipos que isolamos do mundo dos fenômenos, nós não os encontramos aí porque eles encaram cada observador face a face; pelo contrário, o mundo se apresenta como um fluxo caleidoscópico de impressões, que têm de ser organizadas por nossas mentes – e isso significa em grande parte pelos sistemas linguísticos em nossas mentes. Nós recortamos a natureza, organizamo-la em conceitos, e atribuímos-lhe significações como fazemos, em grande parte, porque somos parte de um contrato para organizá-la dessa forma – um contato que se mantém através de nossa comunidade linguística e está codificado nos padrões da nossa língua. Esse contrato é implícito e não explícito, *mas seus termos são absolutamente coercitivos*; não podemos falar sequer, a não ser subscrevendo a organização e a classificação dos dados que esse contrato impõe (WHORF, 1958, *apud* BIDERMAN, 1981, p.133).

Biderman (1981) considera que os estudos de Whorf e de Sapir comprovam que o vocabulário é o domínio, por excelência, em que estão codificados os símbolos da cultura. Popper, outro pesquisador estudado por Biderman, na tentativa de compreender mais acerca das teorias relacionadas ao léxico, postula que o homem está situado em três mundos distintos que compreendem todas as suas existências e experiências. Biderman sumariza a proposta de Popper da seguinte forma: existiriam três mundos, sendo o primeiro, o mundo físico, o segundo, relativos aos estados de consciência e o terceiro, relacionado ao universo da cultura. Assim, seria possível inferir que as experiências e a interação entre os mundos 1 e 3 seriam capazes de fornecer um conjunto de dados a serem codificados linguisticamente e armazenados na memória léxica do indivíduo.

Biderman percebe certa semelhança entre as teorias de Popper e Sapir-Whorf no sentido de que ambas consideram que o léxico de uma língua está ligado aos aspectos sociais e culturais. Por meio da língua, “o mundo e a realidade serão vistos e percebidos pelos seus falantes de uma determinada maneira, com base nos lexemas cristalizados em seu patrimônio lexical” (BIDERMAN, 1981, p. 134).

Biderman (1981) propõe, assim, o seguinte modelo de categorização do léxico: considerando-o um tesouro vocabular de uma determinada língua, pode-se afirmar que a nomenclatura dos conceitos linguísticos e não-linguísticos, bem como todos os referentes do mundo físico (mundo 1) e do universo cultural (mundo 3), criados por todas as comunidades humanas atuais e do passado, estão dentro dele. O léxico material está compilado em

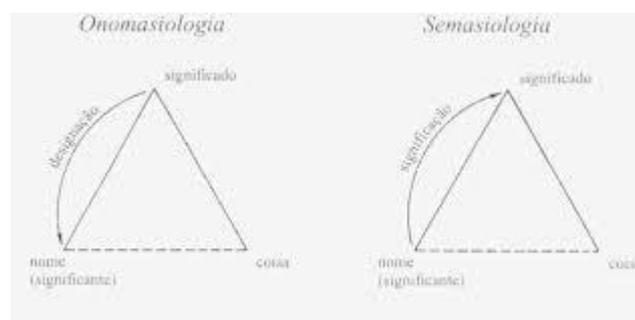
dicionários e nos padrões neuronais dos cérebros dos indivíduos. Para a criação deste modelo, a linguista leva em conta indivíduos adultos, mas ressalta que dado o caráter contínuo de expansão do léxico de uma língua, não é possível que qualquer falante seja capaz de conhecê-lo em sua totalidade. Ainda sobre isso, a autora destaca que

por outro lado, o acervo léxico arquivado na memória de um indivíduo, há de ser sensivelmente semelhante àquele existente na memória de outro falante da mesma língua. Essa semelhança é garantida pelo fato de a criança, o adolescente e o indivíduo adulto aprenderem novas palavras e novas denotações e conotações de uma palavra conhecida, através da interação social com outros indivíduos, ou com produto de outras mentes, representantes da mesma comunidade linguística (BIDERMAN, 1981, p.138).

A linguista ressalta que as incorporações de palavras e significados acontecem de forma organizada e não como mera estocagem de engramas nos neurônios. Todo tesouro do léxico é arquivado na memória léxica desse indivíduo para que seja usado em sua demanda comunicativa (BIDERMAN, 1981).

“O léxico engloba todo o universo da significação, o que inclui toda a nomenclatura e interpretação da realidade” (BIDERMAN, 2001, p. 198). Para analisar como se dá a estruturação do significado, Biderman considera o modelo da teoria dos campos semasiológico e onomasiológico como os mais profícuos. Nos estudos de Kurt Baldinger, há definições dessas noções: “Na estruturação do léxico, a onomasiologia representa a face das designações, ao passo que a Semasiologia representa a face das significações.” (BALDINGER, 1970, *apud* BIDERMAN, 2001, p.199) Nas palavras de Biderman, o campo onomasiológico engloba os significantes (designações e nomes) de um dado significado; o campo semasiológico engloba os significados que podem traduzir um determinado significante (nome). O esquema se apresenta, na Figura 2, da seguinte maneira:

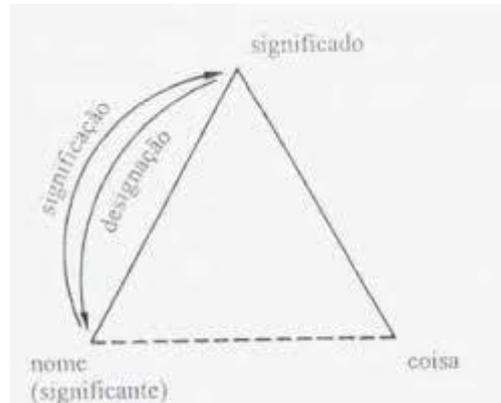
Figura 2 – Onomasiologia e Semasiologia



Fonte: Baldinger (1970, *apud* BIDERMAN, 2001, p.199).

Por meio da Figura 3, compreende-se que Semasiologia e Onomasiologia complementam-se no fenômeno léxico-semântico e constituem-se, assim, como um bom método para se compreender como se estrutura o léxico:

Figura 3 – Relação significante x significado



Fonte: Baldinger (1970, *apud* BIDERMAN, 2001, p. 200).

Biderman ilustra a perspectiva onomasiológica com a noção de “velho”. O falante determina a denotação ou conotação de acordo com o contexto e o referente. Esse falante pode escolher qual dos valores semânticos do subsistema léxico quer usar: *velho*, *antigo* ou *idoso*. Dos três, *velho* é mais abrangente, seguido de *antigo* e, por último e menos abrangente, *idoso*. *Velho* se aplica à pessoa, animal, ideia, sentimento e objeto. *Antigo* se aplica a objetos concretos e conceitos abstratos. Por sua vez, *idoso* só se aplica à pessoa. O Quadro 1 esquematiza os exemplos de Biderman:

Quadro 1 – Valores semânticos de uma palavra

VELHO	ANTIGO	IDOSO
Um homem velho	Um móvel antigo	Um homem idoso
Um cachorro velho	Um sentimento antigo	
Um sapato velho	Uma dor antiga	
Uma velha ideia		
Um sentimento velho		

Fonte: adaptado de Biderman (2001, p. 200-201).

Os variados usos delimitam a atuação de *velho*, *antigo* e *idoso* dentro do campo onomasiológico. A Lexicologia enfoca a onomasiologia, enquanto a Lexicografia enfoca a semasiologia.

1.2.1 O caráter social do Léxico

Léxico e cultura são indissociáveis; assim, o mundo referencial e o mundo cultural só podem ser compreendidos por meio do acervo lexical. Como um sistema aberto, o léxico de uma língua natural está exposto a constantes mudanças provocadas pela interação social de seus usuários, inseridos em comunidades linguísticas heterogêneas e essa flexibilidade permite que usuários transitem por diversos grupos linguísticos. Segundo Ferraz (2006), o léxico é um banco de informações que reflete o repositório de experiências seculares das comunidades humanas que usaram e usam tal língua. Segundo o autor,

o léxico é constituído de unidades criadas a partir da necessidade, expressa pelos grupos sociais, de interação com o universo sociocultural, e por isso mesmo essas unidades, emanadas desses grupos, carregam informações diretamente relacionadas às experiências humanas. A análise do léxico permite-nos identificar traços relevantes dos grupos sociais que dele se utilizam e o manipula, no interior dos quais situamos a motivação para constituição e expansão do conjunto lexical. Esse fato nos leva a considerar que a evolução de uma sociedade, bem como as transformações culturais (tradição, costume, moda, crença) propiciam mudanças no léxico, de vez que este está diretamente associado ao universo de pessoas e coisas (FERRAZ, 2006, p.220-221).

Desde os tempos mais antigos o homem procurava lugar para fazer morada, ainda que fosse temporária, como no caso dos nômades. Com o desenvolvimento da espécie humana, foi possível cultivar alimentos e o homem passou a ocupar e delimitar o território onde praticava a agricultura e, com isso, pôde ter um lugar fixo para habitar. Antes disso, já nomeava pessoas, coisas e eventos. E quando a posse de território é estabelecida, uma mudança ocorre no meio social que altera o (provavelmente limitado, até então) léxico: a necessidade de nomear lugares. É possível constatar que a Toponímia acompanha o ser humano há muito tempo e ela comprova o aspecto social que o léxico possui, conforme assevera Ferraz (2006). A evolução do homem e a evolução da sociedade exigem, entre tantas coisas, novos nomes para coisas, eventos e lugares. O léxico toponímico é um registro dessa evolução.

A relação língua e ambiente, apresentada por Sapir (1969) em seus estudos de Linguística, contribui para o estabelecimento da influência dos aspectos sociais no ato da denominação. Como salienta o autor, “o estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam.” (SAPIR, 1969, p. 49) Nesse sentido, prossegue Sapir:

Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte (SAPIR, 1969, p. 44).

O léxico de uma língua testemunha a vida e a história de um povo. É uma reprodução do patrimônio sociocultural de um povo. Para Sapir (1969), o léxico contém informações fidedignas das ideias de um povo:

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que atrainham a atenção da comunidade (SAPIR, 1969, p.45).

Para este estudo, a língua oferece pistas do modo como se organizou a região da Serra do Caparaó, mais especificamente o que os topônimos podem dizer acerca do ambiente físico e social, em consonância com o pensamento de Sapir.

1.2.2 Lexicologia

A Lexicologia é uma ciência linguística que se ocupa dos estudos do léxico, responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade. Os signos operacionais são transmitidos por gerações e os nomes são os responsáveis por exprimir ideias e sentimentos que as pessoas desejam transmitir, e, assim, os conceitos são cristalizados.

Estudar as palavras intriga o ser humano desde a Antiguidade Clássica. Há registros de estudos lexicais na Índia que datam do século IV a. C. e, na Grécia, filósofos discutiam a relação entre palavra e ser antes mesmo de Platão. Os latinos também se interessavam por estudos da língua, estabelecendo oposição entre *sistema* (gramática) e *norma* (uso social). Na

Idade Média, sob influência da tradição greco-latina, houve grande discussão acerca da exatidão das palavras e, já no período do Renascimento até o século XVIII, o estudo do léxico contemplou a confecção de dicionários e a perspectiva filosófica da palavra. Até o século XIX, somente a Lexicografia possuía um aspecto científico, cuja função era organizar as palavras de uma língua. Os estudos lexicais ficaram à margem do interesse dos linguistas por muito tempo, uma vez que voltavam sua atenção para os estudos gramaticais (ABBADÉ, 2012).

No entanto, como ciência, os estudos do léxico são mais recentes, com o surgimento da Lexicologia na tradicional Linguística Românica. Na transição do século XIX para o século XX, muitos trabalhos foram realizados nas áreas da semântica evolutiva, de palavras e coisas e da geografia linguística. Tais trabalhos estabeleceram relação entre léxico e cultura, como, por exemplo, o do lexicólogo Gerhard Rohlfs, traduzido por Manuel Alvar em 1966, cujo título é *Lengua y Cultura*. Muitos lexicólogos correlacionaram léxico e sociedade, como Matoré (1953), cuja perspectiva aponta o primeiro como testemunha de uma época e de uma sociedade (MATORÉ, 1953). Já nos anos 50 e 60 os trabalhos de Lexicologia ganharam aspectos quantitativos e probabilísticos. Os estudos atuais sobre o léxico são também estudos da história política, econômica, social e da cultura de uma sociedade.

Ao se ocupar dos estudos dos topônimos, dos neologismos e vocabulários específicos, a Lexicologia contribui, especialmente no Brasil, para o conhecimento da variação linguística, para a qual importa conhecer os aspectos da cultura, da história da língua e as visões de mundo e valor da sociedade. O léxico designa o mundo humano como expressão individual e coletiva. Ele funciona como um pulmão das línguas, mas assegura a permanência de um pilar comum de palavras. A Lexicologia oferece bases teóricas e metodológicas para estudos específicos do léxico (KRIEGER, 2010).

1.3 A PALAVRA

O mundo e as coisas que nele há são nomeados por meio da palavra. Biderman (1981) concorda com a afirmação de Matoré (1953) de que a palavra possui uma existência psicológica e um valor coletivo. Para Biderman (1998), cada cultura atribui à palavra uma força transcendental, presente em variados mitos e um poder instituidor do universo e dos acontecimentos. Segundo a autora, nas numerosas tradições culturais do homem, a *palavra* instituidora permite a manifestação dos seres, já que por meio dela nascem os agrupamentos

iniciais dessas sociedades. Para o homem primitivo, por exemplo, não existe arbitrariedade na nomeação de coisas e objetos, havendo, portanto, um vínculo entre o nome e o objeto nomeado. A palavra tem, assim, ligações com a criação e com as divindades presentes nos mitos dos mais variados povos.

Além desse aspecto mítico, a palavra tem também um aspecto cognitivo evocado no universo significativo da linguagem, como a nomeação de coisas, eventos e lugares da realidade. A atividade de nomear, segundo Biderman (1998), é utilizar a palavra para designar os referentes extralinguísticos e é, ainda, resultado da categorização e classificação de objetos. O aspecto cognitivo é perceptível na nomeação, que, por sua vez, requer a capacidade de cada indivíduo discriminar traços distintivos entre os referentes. Os seres humanos organizam seu modo de viver, de ler o mundo e interagir com ele, e seu conhecimento por meio do processo de categorização. Dessa forma, as palavras são consideradas como etiquetas ou rótulos pela autora. O dicionário de uma língua natural seria uma lista de etiquetas ou rótulos.

No entanto, as palavras não meramente rótulos. A autora afirma que as palavras vão muito além de nomear coisas físicas, ou seja, nomeiam campos de conhecimento. Como exemplo, Biderman (1998) aponta a categoria rotulada como “casa”, que não pode ser definida pela enumeração de todos os objetos que recebem este nome. Além dos critérios físicos de dimensão, cor e textura, são necessários critérios abstratos para fundamentar o processo de nomeação. Usando ainda o exemplo *casa*, que designa comumente o abrigo do homem, extensões da cognição humana, como a metáfora, alteram o critério de categorização, como em *casa de câmbio* e *casa de Deus*.

Biderman (1998) considera que o processo cognitivo primário é a formação de conceitos e o processo cognitivo secundário, a nomeação (designação). Os conceitos são maneiras de ordenar as informações sensoriais, ou seja, a conceptualização é o próprio processo cognitivo. O ser humano associa palavras a conceitos, e o processo de conceptualização se dá individualmente (o léxico é conceptualizado como um conjunto de representações, ou seja, objetos mentais que se substanciam em palavras) e coletivamente (pela transmissão do vocabulário através das gerações).

Os conceitos são dinâmicos e, por essa razão, as palavras não são meras etiquetas; pelo contrário, são rótulos do processo de categorização. E por se tratar de um processo dinâmico, os referentes das palavras podem sofrer alterações e modificações, expandindo seus significados. Biderman (1998, p.92) afirma que “é esse processo de nomeação que gerou e gera o léxico das línguas naturais”. O ser humano pode conceptualizar um número maior de

experiências do que o vocabulário de uma língua natural prescreve, uma vez que possui imensa capacidade cognitiva de processar informações. Para a autora, as palavras têm significados cristalizados na língua: “A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: a palavra” (BIDERMAN, 1998, p.92).

1.4 A ONOMÁSTICA

O processo de nomear pessoas e lugares é objeto de estudo da Onomástica, área do conhecimento que identifica, cataloga e explora a etimologia e as transformações pelas quais passaram os nomes próprios e se integra à Lexicologia. Alguns dos primeiros estudiosos desse ramo, como por exemplo, Dauzat, tratam a Onomástica como ciência. Este trabalho leva em conta a Onomástica como disciplina linguística, integrada à Lexicologia, tomando por base os estudos de Seabra (2004, 2006 e 2018). Nessa disciplina há duas áreas: A Antroponímia, que trata dos nomes de pessoas (nome próprio, parental, sobrenome ou apelido) e a Toponímia, que trata dos nomes próprios de lugares (SEABRA; ISQUERDO, 2018, p. 993).

Embora seja uma disciplina da linguagem, a Onomástica revela informações que servem a outras disciplinas, como a História, a Geografia, a Arqueologia, a Genealogia, a História Social, a Antropologia, a Sociologia e a Cartografia, vindo daí seu caráter interdisciplinar. A palavra grega *onoma* traz em seu significado básico o nome. Os gregos há muito já se ocupavam de pensar na relação semântica entre um objeto e sua denominação, e a referência como objeto. O gramático grego Dionísio, o Trácio, por volta do século II a.C. descreveu o *onoma* como a denominação de seres individuais, atividades humanas e objetos. É preciso ressaltar que, naquele tempo, não se distinguia nome próprio de nome comum, tal qual se conhece hoje (CARVALINHOS; ANTUNES, 2007, p.110).

O nome nasce de uma relação semântica entre o objeto e sua designação. Em Onomástica, é necessário compreender o referente para recuperar o significado do nome e compreender como ele foi gerado. Para Lyons (1979), a referência é o termo moderno de denominação ou significação das coisas por meio da palavra: “As palavras não “significam” nem “denominam” as coisas, mas se referem às coisas” (LYONS, 1979, p. 429).

Para a onomástica, é importante distinguir o nome da palavra, conforme assevera Seabra (2006): “À *Onomástica*, interessa o *nome* – distinto da palavra – pois pressupõe um nomeador e um nomeado, uma representação externa à qual ele se une”

(SEABRA, 2006, p. 1954). Dessa forma, a palavra migra do sistema lexical para o sistema onomástico. Há uma transcodificação: a palavra deixa o plano onomasiológico da língua (da designação) para integrar o plano semasiológico (da significação). Segundo Seabra (2006), “na construção do processo denominativo, a palavra incorpora o conceito dessa operação mental, cristalizando o nome e, assim, possibilitando sua transmissão às gerações seguintes” (SEABRA, 2006, p.1954).

Os estudos onomásticos envolvem a função referencial ou denotativa da linguagem. Segundo Milner (2003), a noção de referência “não deixa de dar lugar a discussões desde que a língua foi concebida como um conjunto bem definido, tendo pelo menos uma propriedade distintiva: justamente a que consiste em ‘designar’” (MILNER, 2003, *apud* SEABRA, 2006, p. 1954).

O signo linguístico enche-se de sentido quando passa a referir-se a uma determinada realidade. Para Seabra (2006), o termo *referência* cobre uma grande variedade de questões relacionadas ao significado; quando um nome é mencionado, alguma coisa é dita sobre ele. O significado, no entanto, às vezes é vago, o que dificulta obter alguma clareza sobre esse nome e, Seabra (2006), ressalta que o topônimo e o antropônimo vão além da expressão linguística e envolvem os referentes que destacam; acrescenta ainda que os nomes de lugares, assim como os nomes de pessoas, representam ou são os próprios referentes de uma situação comunicativa e, por essa razão, possuem singularidade nos estudos linguísticos.

O nome próprio é um conceito analisado por Pulgran (1954) da seguinte forma: *onoma* foi traduzido do grego para o latim como *nomen proprium*, não no sentido simples de propriedade, mas apresenta um sentido de peculiar que se opõe ao comum (PULGRAN, 1954, *apud* DICK, 1990b). Em sociedades mais antigas, os nomes dados às pessoas aludiam alguma qualidade espiritual, elementos da natureza e, até mesmo, características que poderiam ser desejadas; atualmente, nas sociedades ocidentais, o nome é esvaziado de seu significado (CARVALINHOS; ANTUNES, 2007).

No Brasil, os estudos onomásticos recentes têm promovido o resgate da história e dos aspectos socioculturais contidas nos topônimos de diversas regiões país afora. A Antroponímia e a Toponímia estão ligadas à Onomástica e estudam, respectivamente, nomes próprios de pessoas e nomes próprios de lugares, conforme assevera Rego (2013). Estudos atuais, relacionados à questão do nome, como os desse autor, tomam por base definições de outro, Dauzat (1951), linguista segundo o qual a antroponímia é a ciência dos nomes de pessoas e a toponímia, a ciência dos nomes de lugares; unidas, as duas ciências formam a

onomástica. No *Congress of Onomastic Sciences* (ICOS 2011), criou-se uma recomendada lista de termos importantes da Onomástica. Em alguns trabalhos no Brasil e no exterior já são encontrados termos como Toponomástica e Antroponomástica (AMARAL; SEIDE, 2020).

Por definições de Antroponímia e Toponímia, podem-se ver em Leite de Vasconcelos (1928, *apud* ISQUERDO; SEABRA, 2006):

Temos como se vê, muitas espécies de “nomes próprios”, A secção da Glotologia que trata d’eles (origem, razão de emprego, forma, evolução, etc.), conviveram com filólogos em a designar por “Onomatologia”, que, de acordo com aquelas espécies, deverá decompor-se em três disciplinas secundárias: 1) Estudo de nomes locais, ou “Toponímia”, na qual se inclui igualmente o elemento liquido (rios, lagos, etc.), e outros produtos da natureza, com árvores, penedos que dão frequentemente nomes a sítios (a “Toponímia” é pois Onomatologia geográfica). 2) Estudo dos nomes de pessoas, ou “Antroponímia”, expressão que o autor pela primeira vez propôs e empregou em 1887, na “Revista Lusitana”. I,45. 3) Estudo de vários outros nomes próprios, isto é, de astros, ventos, animais, seres sobrenaturais, navios cousas: “Panteonímia (de pantóios, que quer dizer “toda a espécie”, “variado”). No estudo dos nomes de seres sobrenaturais nada nos impede de chamar “Teonímia” (Theonymia) ao dos nomes dos deuses (LEITE DE VASCONCELOS, 1928, *apud* ISQUERDO; SEABRA, 2006, p. 994).

Diante da Onomástica, mais especificamente da Toponímia, reveladora de diversas nuances de uma sociedade, esta pesquisa investiga os topônimos de comunidades rurais dos três municípios que integram a Serra do Caparaó, localizada na Zona da Mata Mineira, e, por meio de tal investigação, levanta os aspectos linguísticos, geográficos, históricos e socioculturais dessa região. Embora tenha grande visibilidade e projeção no Estado de Minas Gerais, por nela se localizar o Pico da Bandeira e pela crescente produção de cafés de qualidade, premiados dentro e fora do território nacional, a região tem sido objeto de estudos acadêmicos que se voltam, majoritariamente, para os aspectos econômicos e agrônômicos. Nesse sentido, este estudo busca suprir uma lacuna de investigações no campo linguístico de uma porção territorial de Minas Gerais, a qual possui um rico patrimônio cultural.

1.4.1 Referência em Onomástica e em Toponímia

Em Onomástica, especificamente no tocante ao nome de lugar, a função simbólica do topônimo (relação entre significado de um nome com uma localidade) implica no questionamento sobre o que ele representa ou simboliza. O topônimo permanece na língua apesar das mudanças que ocorrem na sociedade; já o sistema de referência extralinguístico pode se perder ou não. A referência vai muito mais além do que a relação entre palavra e referente, uma vez que sofre a interferência das questões históricas e culturais, como no caso

dos topônimos, que guardam registros do passado de um povo. A referência na onomástica esbarra, portanto, na cultura, na história e na rede social². Desse modo, o significado não se realiza somente nas relações entre signo e conteúdo, mas também nas várias conexões entre os aspectos sociais (SEABRA, 2006).

Além disso, a Onomástica oferece instrumentos de investigação linguística que vão além da função referencial, como é o caso da toponímia, já que usar a língua para nomear reflete o modo de viver e os valores de uma dada cultura, conforme assevera Dick (1990a):

Exercendo na toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas, os topônimos se apresentam, da mesma maneira que os antropônimos, como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além do seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (DICK, 1990a, p. 21-22).

A investigação toponímica, quando articulada com os aspectos culturais, como, por exemplo, a antropologia linguística, permite que o estudioso encontre o significado do referente (nome). Dessa forma, na Onomástica, o processo de referenciação pode deixar de ser opaco (SEABRA, 2006). Assim, o nome do lugar permanecerá intacto ou sofrerá pouca alteração.

O nome possui a função referencial, ou seja, nem sempre seu sentido está arquivado na mente do falante, ainda mais quando se trata de topônimo antigo. Tal fato, no entanto, não compromete a comunicação, já que, na maioria das vezes, o sucesso acontece quando o ouvinte consegue identificar o referente. Sobre isso, Seabra (2006) afirma:

O que rege o uso de topônimos é, pois, a aplicação que o falante faz sobre a capacidade do ouvinte identificar o referente com base nas propriedades locativas a ele atribuídas através da descrição. Tal fato não está só relacionado com as objetivas das realidades denominadas, já que o léxico toponímico possibilita que o mesmo nome identifique diferentes lugares, correspondentes a diferentes realidades. Sem dúvida, ao refletirmos acerca

² A rede social pode ser entendida como um sistema de relações pessoais que têm efeitos sobre os indivíduos (MILROY, 1980).

da função de denominação toponímica percebemos que o ser humano nomeia o mundo que o rodeia, segundo seu saber, isto é, segundo experiências assimiladas no convívio com outros homens, o que nos leva a afirmar que, frequentemente, a linguagem toponímica se apoia no léxico regional (SEABRA, 2006, p. 1956).

Logo, percebe-se que o léxico regional carrega em si peculiaridades de uma porção de falantes acerca de uma língua, a qual reflete as características do modo de vida desses falantes. O topônimo, pois, irá refletir tal realidade:

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas das mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais (DICK, 1990a, p. 19).

Diante disso, fica claro que, para Dick, a Toponímia é um ponto de intersecção entre a língua e a cultura, e, por esta razão permite que se conheçam fatos do presente e do passado de um povo. E, além disso, revela aspectos físicos do ambiente:

A nomenclatura de uma região encerra, na tipicidade de suas designações, amplas possibilidades de estudo. A tessitura toponímica, com efeito, longe está de ser monótona no significado que recobre ou destituída de interesse prático ou científico. Através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto socio- culturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode, muitas vezes, estabelecer a correlação entre o “nome” dos acidentes e o “ambiente” em que ele se acha inscrito (DICK, 1990b, p. 35).

Segundo Andrade, a Toponímia compreende “o estudo das relações (motivações) que são estabelecidas entre o nome e o lugar” (ANDRADE, 2015, p. 30). Os estudos toponímicos, em geral, partem da etimologia e servem como resgate da memória, conforme Carvalhinhos (2003).

A Toponímia constitui-se como um vasto campo de investigação que conduz o pesquisador a diversas ramificações, além da nomeação de lugares. Por meio dela é possível entrar em questões de cunho político, social, cultural, histórico e econômico. Não há dúvidas de que por ela é possível conhecer, profundamente, um povo, já que taxonomias portam indícios de crenças e práticas, como também refletem a cultura.

Nesse viés multidisciplinar, pode-se inferir que no momento da nomeação são levados em conta os aspectos geográficos, os fatos históricos (ocorridos naquele contexto ou antes dele), os motivos pessoais (bastante comuns) e as influências religiosas. Assim, após consideradas tais questões, o nome escolhido pela sociedade passa, então, a ser reconhecido por tal comunidade:

É o simbolismo das formas linguísticas que transforma nomes em lugares existenciais e indivíduos em personalidades sociais. A configuração de um local só acontece a partir do nome, o antecedente sendo o não-lugar, o não simbólico, o inativo. Do mesmo modo, é o nome que dimensiona a pessoa e caracteriza o humano e o animado, polarizando sua atividade sociolinguística (DICK, 1999, p. 137).

Desse modo, a Toponímia tem sua importância evidenciada não somente na Linguística, ou na História, mas também na Sociologia, já que exerce um elo entre o ambiente e a realidade social. Da mesma forma, conecta-se com a Geografia, por relacionar-se com mapas, divisões e acidentes que são indispensáveis ao toponimista, e, na mesma direção, a Toponímia dialoga com a Antropologia, ao permear valores culturais. Estudar os topônimos de determinada localidade permite resgatar e compreender aspectos socioculturais de uma comunidade e consolidá-los como patrimônio imaterial, tal qual apresenta Seabra (2006) em sua reflexão acerca do ato denominativo, que implica o modo de determinado grupo social estruturar a experiência de sua realidade.

O topônimo constitui-se, geralmente, de substantivos, mas pode ser formado também por substantivos acrescidos de adjetivos, além de contar com sufixações (diminutivos, aumentativos e terminações como, por exemplo -lândia e -polis). Exemplificando: “AlminhaS (cach. Das RS)” e “Brasilândia (AH GO)”, (DICK 1990b, p. 13). Para Dick (1990a), o “sintagma toponímico” é constituído por um temo ou elemento genérico, complementado por um termo específico ou elemento específico. A ordem desses varia de acordo com a língua. No caso da língua portuguesa, primeiro aparece o elemento genérico e, depois, o elemento específico, como, por exemplo, em rio Tietê.

No Brasil, ainda existem mais topônimos que carregam significados do que aqueles que são esvaziados semanticamente. Tal característica se dá por conta de ser o Brasil um país não muito antigo. As camadas linguísticas que ao longo do tempo se colocam sobre um topônimo, podem deixá-lo opaco (CARVALHINHOS; ANTUNES, 2007).

Pode ocorrer, ainda, uma mudança gramatical no topônimo: o substantivo comum passa a ser um substantivo próprio, deixando de ser lexia virtual (antes da enunciação) a

lexema (qualquer palavra-ocorrência). E, por último, passa a termo quando acontece a transformação para sintagma toponímico (DICK, 1990a).

O caminho que gera sentido ao topônimo é semelhante ao dos lexemas comuns, mas difere no seguinte aspecto: o lexema se transforma em palavra-ocorrência quando se torna parte do léxico virtual de um falante, ao passo que o topônimo sobrevive mesmo se seu fator motivacional tiver desaparecido. Muitas vezes a reconstrução etimológica é o instrumento de resgate dos significados cristalizados (CARVALHINHOS, 2003).

Segundo Isquierdo e Dargel (2014), o topônimo, enquanto um signo linguístico enriquecido, tem em si as características do léxico comum e as especificidades que o tornam diferentes dos nomes comuns, uma vez que “consubstancia a intencionalidade do denominador que, acionando as várias circunstâncias que o rodeiam, seleciona um determinado nome pra este ou aquele acidente geográfico, que evoca em seu significado a justificativa para sua própria existência” (ISQUERDO; DARGEL, 2014, p. 63).

O comportamento lexical, por conseguinte, apresenta nuances históricas e sociais por meio da nomeação, traduzindo a visão de mundo dos homens enquanto seres sociais:

Valendo-se dela o homem nomeia e caracteriza o mundo, exerce seu poder sobre o universo natural e antropocultural, registra e perpetua a cultura. Assim, o léxico como repertório de palavras das línguas naturais traduz o pensamento das diferentes sociedades no decurso da história, razão por que o léxico implica também em resgatar cultura (ISQUERDO; KRIEGER, 2004, p. 11).

Os topônimos, portanto, seguem figurando as localidades, motivados pela paisagem e pelas atividades advindas do mosaico social. Neste contexto, a nomeação é motivada pela necessidade do denominador “marcar território” (ISQUERDO; DARGEL, 2014):

Qualquer estudo de toponímia brasileira, ainda que perspectivas diversas e sob distintas orientações ou critérios de análise- histórico, ambiental, etnolinguístico ou psicossociológico, por exemplo- sempre envolve alguma referência a dois pontos nucleares: a posse do território pelo domínio dos caminhos terrestres e *lacustres* e a conquista espiritual dos locais (ISQUERDO; DARGEL, 2014, p.63-64).

O topônimo possui dupla marca: é arbitrário em termos de língua e motivado no ato do batismo de um lugar. Segundo Dick, a maior das duas características é a motivação e esses aspectos aparecem em dois momentos (DICK, 1990a, p. 39):

-primeiro, na **intencionalidade** que anima o denominador, acionando em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro **nome** para este ou aquele acidente geográfico;

-e, a seguir, na própria **origem** semântica da **denominação**, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas (DICK, 1990a, p.39).

Esses dois modos de averiguação da motivação toponímica são perspectivas diacrônicas e sincrônicas que influem na formalização das taxonomias dos topônimos. Segundo Dick (1990a), a tipologia dos designativos justifica, até certo ponto, uma configuração icônica ou simbólica de sua significância. Essas funções seriam efetivas se houvesse um vínculo entre elas e seu referente, como no caso de um acidente geográfico físico (rio, lago, montanha etc.) ou humano (vila, povoado, cidade etc.). Sobre isso, Dick discorre que

Em tais circunstâncias, o signo linguístico em função toponímica representaria uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica (ou transparência, de acordo com Ullman) de seu significado. Haveria, por assim dizer, uma relação unívoca entre os termos implicados quando traduzam referências de cor, forma, tamanho, constituição natural, enfim, o que ocorre em rio Grande, rio Pequeno, ribeirão Preto (...) (DICK, 1990a, p.39).

O topônimo possui a característica de identificação de lugar. Além disso, o conceito de ícone ou símbolo evidenciado pela natureza do acidente nomeado é outra característica do topônimo: a indicação precisa de aspectos físicos e antropoculturais. Ressalva-se, no entanto, que, conforme Dick 1990a, as ideias de identificação e indicação de algo, aplicadas pelos teóricos da linguagem na oposição de nomes próprios e comuns, não cabem na visão onomástica: “Tanto topônimos como antropônimos, ao lado de uma função identificadora, guardam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais.” (DICK, 1990a, p. 41).

A motivação toponímica é, por vezes, complexa, dada as condições em que o homem se encontra no ambiente. Para Dick (1990a, p. 49), a motivação pode ser encarada sob dois pontos de vista:

- aquele do **denominador** e das razões que o levaram, dentro de um processo paradigmático de possibilidades, a selecionar uma delas, a que mais respondesse às suas necessidades momentâneas de opção;

-e o da **natureza do produto** dessa escolha, isto é, da substância mesma do topônimo, revelada pelos seus componentes linguísticos. (DICK, 1990a, p. 49).

No primeiro caso, o denominador pode não existir mais ou pode haver um longo distanciamento cronológico ao aparecimento do nome e, assim, não se pode mais assegurar plenamente sua intencionalidade. Em vista disso, se topônimo não estiver registrado em fontes históricas fidedignas, a investigação percorre um caminho de hipóteses.

1.5 A ANTROPOLOGIA LINGUÍSTICA E SUA RELAÇÃO COM A TOPONÍMIA

Os estudos de Antropologia Linguística consideram que a linguagem é um recurso cultural e a fala é a prática de uma cultura. As análises etnolinguistas encontram inspirações intelectuais em diversas correntes filosóficas das ciências humanas e sociais. Todas essas áreas do conhecimento possuem um ponto comum: consideram as práticas comunicativas como algo constitutivo da cultura e, a linguagem, como uma poderosa ferramenta que reflete as realidades sociais. O linguista Duranti (2000) considera que a Antropologia Linguística é uma disciplina com entidade própria, que merece ser estudada por suas conquistas passadas e por suas perspectivas de trabalhos futuros de investigadores interdisciplinares. Segundo o autor, as contribuições dessa ciência sobre a natureza da linguagem como instrumento social e da fala como prática cultural imprime novos conceitos às ciências humanas e sociais, levantando reflexões sobre a relação entre linguagem e cultura (DURANTI, 2001).

Para Duranti (2000), dizer que a Antropologia Linguística é um campo interdisciplinar implica em considerar que ela se distancia consideravelmente das disciplinas que possuem credenciais de independência, especialmente as que constituem sua origem: A Linguística e a Antropologia. O termo Antropologia Linguística e sua variante Linguística Antropológica foram usados em estudos passados de modo permutável. Duranti (2001, p.20) aponta que o linguista Hymes procurou estabilizar o uso do termo Antropologia Linguística nos anos 60, visto que ele mesmo, um rigoroso historiador, por vezes, surpreendia-se usando um termo, ora outro.

Por se tratar de uma área interdisciplinar, a Antropologia Linguística se vale de métodos que pertencem a outras disciplinas, a fim de obter compressão dos aspectos da linguagem como prática cultural, ou seja, como um sistema de comunicação que permita que as representações interpsicológicas (entre indivíduos) e intrapsicológicas (no mesmo indivíduo) constituam atos sociais (DURANTI, 2000).

O que distingue os antropólogos linguistas de outros estudiosos é a visão da língua como um conjunto de estratégias simbólicas que formam o tecido social e a representação

individual de mundos possíveis e reais. Essa perspectiva permite que os antropólogos linguistas abordem temas como as políticas de representação, a constituição da autoridade, a legitimação de poder, as bases culturais do racismo, a construção cultural do indivíduo, as formas de controle social, domínios específicos do conhecimento e da cognição, o contato cultural e as trocas sociais (DURANTI, 2000, p.22).

A Antropologia Linguística é uma ampliação do campo da Antropologia, visto que examina a linguagem pelo prisma antropológico. Isto não quer dizer que haja uma limitação nos moldes da pesquisa antropolinguística, já que ela existe por si mesma como disciplina independente. A prática dos antropólogos linguistas desempenha um papel importante na mediação dos aspectos materiais e ideológicos da existência humana com a maneira individual de estar no mundo. A dinâmica da linguagem é que outorga à Antropologia Linguística um lugar de destaque nas ciências humanas e sociais (DURANTI, 2001, p. 23).

O campo de estudos da Antropologia Linguística parte do princípio teórico de que os signos linguísticos são representações do mundo e que as conexões do mundo não são neutras, ou seja, são carregadas de intenções, a fim de construir afinidades ou diferenças culturais. Os seres humanos são criaturas que pensam sobre si mesmas, pensando. Isto é chamado de consciência, que é vinculada à representação simbólica e, por isso, é também uma faculdade da fala. Para Duranti (2000), a linguagem é mais que uma ferramenta usada para encontrar sentido para o pensamento e para a ação, ela é um espaço de interação com o mundo (DURANTI, 2000).

O interesse dessa disciplina está nos falantes, enquanto atores sociais, e na linguagem, como condição e resultado da interação social. Os antropólogos linguistas acreditam que existam dimensões da fala que só podem ser desvendadas quando se estuda o que as pessoas realmente fazem com linguagem (como relacionam palavras com intervalos de silêncio, com gestos e em que contexto esses signos são produzidos).

Para Immanuel Kant (1798, *apud* Duranti, 2000) não há uma relação entre a forma de uma letra e um som, pois cada combinação de letras pode formar um som diferente, conforme as variedades ortográficas das línguas. Por outro lado, convencionou-se que a fumaça é um alerta de fogo, um signo de conhecimento de um fenômeno natural: ela representa o fogo; por isso, quando está em uma conexão espaço-temporal física com outro fenômeno relacionado, adquire significado por meio dessa conexão. Assim, é possível compreender a motivação toponímica. Por exemplo, um aspecto geográfico pode motivar um topônimo (geomorfotopônimo), que passa a representar esse aspecto: Campina Grande (PB). Os

topônimos podem ser motivados também por fatores religiosos (hagiotopônimos), como no exemplo de Santa Bárbara (MG). Segundo Duranti,

Decir que hay palabras que están relacionadas deiticamente com algún <<objeto>> o aspecto del mundo significa que las palabras llevan consigo um poder que vá más allá de la descripción e identificación de la gente, los objetos, las propiedades o los acontecimientos. Significa tratar de identificar los modos com los que la lengua se convierte em uma herramienta a través de la cual nuestro mundo social y cultural se describe, evalúa y reproduce constantemente (DURANTI, 2000, p 43).

Dessa forma, a escolha de um geomorfotopônimo revela aspectos do ambiente físico e o hagiotopônimo, de aspectos sociais e culturais, além de deixar nítida a relação entre língua e cultura.

1.6 OS ESTUDOS TOPONÍMICOS NO BRASIL

Os estudos toponímicos desenvolveram-se em diversos países, e, em panorama mundial, destacam-se os nomes de Leite de Vasconcelos (em Portugal) e Albert Dauzat (na França). No Brasil as pesquisas neste campo, segundo Santos e Dal Corno (2014), se iniciam por volta do ano de 1965, com a obra *Contribuição do Bororo à Toponímica Brasileira*, estudo realizado por Carlos Drummond e consolidaram-se por meio do aporte teórico desenvolvido na década de 1980 e 1990 por Maria Vicentina do Amaral Dick, na Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

Essa pesquisadora constitui-se como uma referência essencial para os que se dedicam ao estudo dos nomes de lugares por dedicar-se ao estudo do sistema toponímico brasileiro e sua realidade, em particular. Suas principais obras são *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira* e *Toponímia e Antroponímia no Brasil*, ambas publicadas em 1990; *O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência*, de 1998 e *Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira*, publicada no ano de 2004.

Pode-se afirmar que os estudos de Dick abriram caminhos para diferentes pesquisas desenvolvidas a partir de então, sendo uma das mais profícuas o estudo intitulado Atlas Toponímico do Brasil, conhecido como ATB, iniciado pela própria pesquisadora, que se ramificou em outros atlas pelo país, os quais pesquisavam as variantes regionais presentes pelo território nacional e ainda hoje rendem inúmeras pesquisas, como por exemplo, o

ATITO, Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins, o ATEMS, Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul, o ATEPAR, Atlas Toponímico do Estado do Paraná, o ATOBAH, Atlas Toponímico da Bahia e o ATEMIG, Atlas Toponímico de Minas Gerais, coordenado pela Profª. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, a qual o presente estudo se vincula, como também ao Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (GruMEL/UFMG/CNPq).

O projeto ATEMIG constitui-se como um estudo dos nomes de lugares presentes nos municípios mineiros, seguindo a metodologia presente em Dauzat (1926) e as categorias taxonômicas de Dick (1990c), já mencionadas neste tópico. Entre os objetivos básicos do projeto ATEMIG estão:

1. Constituir um *corpus* com todos os topônimos presentes nas cartas geográficas do IBGE, correspondentes aos 853 municípios mineiros;
2. Catalogar e reconhecer remanescentes lexicais na rede toponímica mineira, cuja origem remonta a nomes portugueses, africanos, indígenas, dentre outros;
3. Classificar e analisar o padrão motivador dos nomes, resultante das diversas tendências étnicas registradas (línguas indígenas, africanas e de imigração);
4. Buscar a influência das línguas em contato no território (fenômenos gramaticais e semânticos);
5. Cartografar nomes de acidentes físicos e humanos do estado de Minas Gerais;
6. Realizar gravações orais com o objetivo de coletar outros topônimos que não constam na rede toponímica oficial do Estado;
7. Analisar a toponímia de mapas antigos que remetem a território mineiro;
8. Realizar estudos diacrônicos a partir dos dados coletados;
9. Construir glossários toponímicos;
10. Estudar os nomes de logradouros (bairros, ruas, praças, becos, etc), presentes em cidades mineiras (FARIA, 2017, p. 48-49).

A presente investigação se enquadra nos objetivos propostos pelo projeto ATEMIG porque se propõe a pesquisar a toponímia rural no contexto cafeeicultor da Serra do Caparaó, em Minas Gerais.



Vista panorâmica das montanhas - Alto Caparaó.

(Arquivo pessoal)

CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Serra do Caparaó foi uma das últimas áreas a serem povoadas em Minas Gerais. Apesar de ser uma região de recente ocupação, se comparada a outras partes do território mineiro, os dados toponímicos nela coletados são ricos e revelam a presença humana por meio de marcas linguísticas e culturais. Tais marcas podem ser observadas nos nomes de rios, ribeirões, córregos, morros, fazendas, sítios e comunidades rurais, nos municípios que têm como importante atividade agrícola as lavouras de café.

2.1 SOBRE OS DADOS

O objetivo desta pesquisa, conforme mencionado na Introdução, é realizar um estudo linguístico-histórico-cultural dos topônimos que nomeiam acidentes físicos e humanos³³ na serra mencionada, na porção que compreende as terras mineiras, localizada na divisa com o estado do Espírito Santo. Embora a região do Caparaó compreenda também parte do território do Espírito Santo e a cafeicultura esteja presente em mais municípios dos dois estados, optou-se por delimitar a área pesquisada, dada sua extensão.

A escolha dos municípios mineiros denominados Alto Caparaó, Caparaó e Espera Feliz se deu pelo fato de que compreendem áreas limítrofes com o Parque Nacional do Caparaó, que leva o nome da serra. . Alto Caparaó e Caparaó foram distritos de Espera Feliz antes de serem emancipados. É importante destacar que a altitude se eleva ao longo do caminho de Espera Feliz até Alto Caparaó, localidade em que atinge um dos pontos mais altos do estado de Minas Gerais, o que favorece o cultivo de cafés especiais e o turismo de montanha, com trilhas, cachoeiras e áreas de *camping*. Além dos fatores mencionados, a escolhas dessas cidades do entorno do Parque Nacional do Caparaó se justifica pelos laços humanos e afetivos da pesquisadora com a região.

A cafeicultura foi o fator que motivou a ocupação da região do Caparaó. Até os dias atuais, essa é a principal atividade econômica ali desenvolvida. Pela força e pela expressividade do cultivo do café, levanta-se a hipótese de que ele seja fonte da motivação do ato de denominar lugares, especialmente os acidentes localizados nas áreas rurais.

³³ Segundo Dick (1990a), os acidentes físicos são de natureza física, ou seja, rios, riachos, córregos, ribeirões, montanhas, cachoeiras, serras, planaltos, planícies e quedas d'água. Já os acidentes humanos são aqueles cuja natureza remonta ao aspecto antropológico, como povoados, cidades, vilas, bairros, distritos, propriedades rurais e municípios.

Destaca-se, a seguir, a imagem cartográfica elaborada pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas, onde é possível observar a proximidade entre os municípios investigados e compreender o caminho de quem “sobe” a serra a partir de Espera Feliz a Alto Caparaó:

Mapa 1 – Municípios de Caparaó e Alto Caparaó/MG

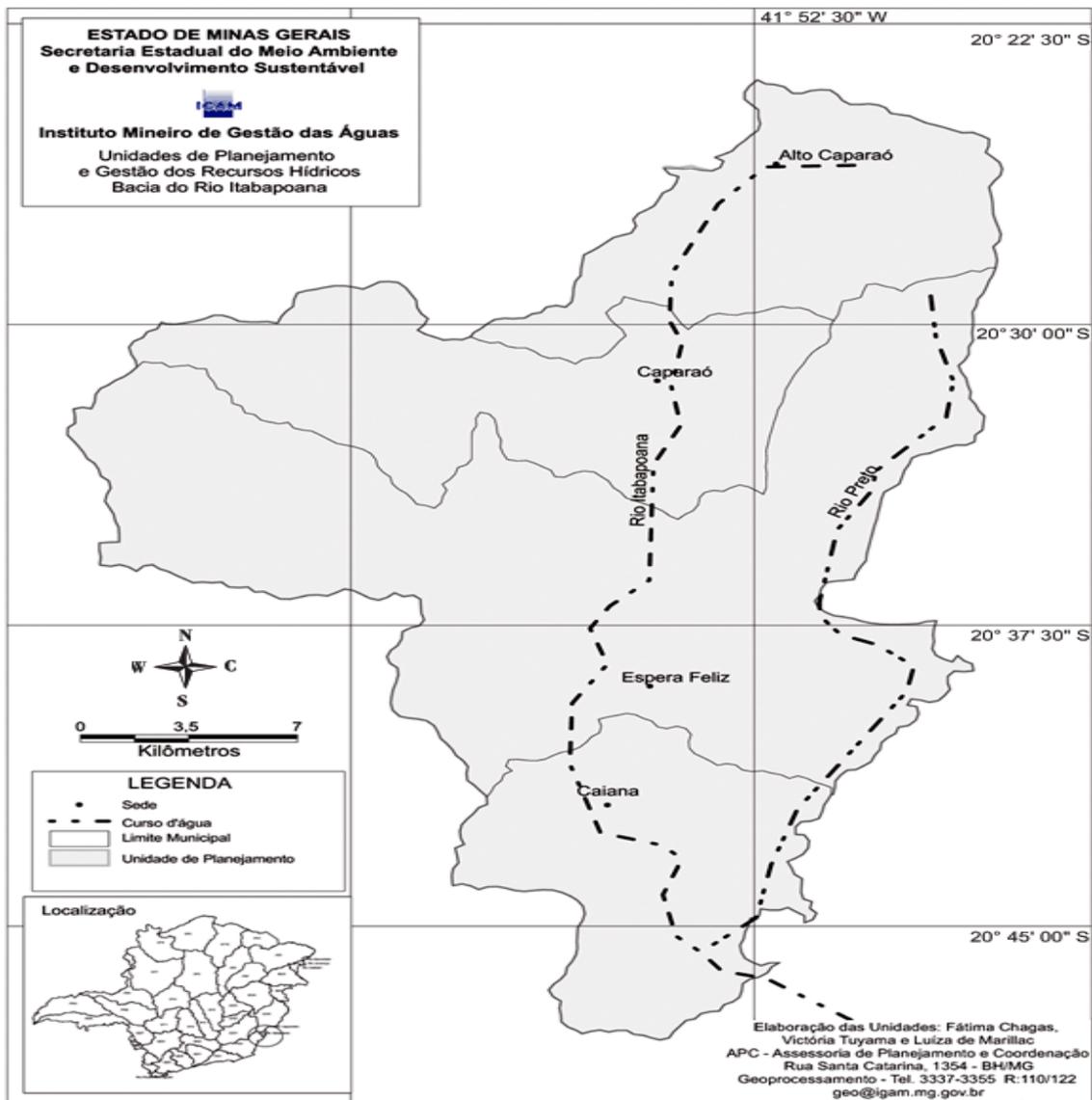


Figura 1 - Mapa dos municípios de Alto Caparaó e Caparaó - Minas Gerais.

Fonte: Saraiva *et al.* (2006). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822006000100011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 16/02/2021.

Apoiando-se em Dick (1990c), que afirma serem os topônimos não só nomeadores de lugar, mas testemunhos de fatos históricos vividos por um povo, já que perpetuam memórias, neste estudo levou-se em conta a história dos nomes de lugares, bem como a compreensão da

relação que os mesmos têm com os povos que outrora ocuparam aquele espaço, observando as escolhas feitas no ato de nomear.

Para isso, cumpriram-se as seguintes etapas metodológicas:

- (i) levantamento e consulta de material bibliográfico para compor o arcabouço teórico desta dissertação;
- (ii) levantamento e consulta de obras para compreensão dos aspectos históricos e geográficos da região;
- (iii) consulta e análise de cartas geográficas para o levantamento de dados e a constituição do *corpus* toponímico;
- (iv) elaboração de listagem, organizada por ordem alfabética, dos topônimos encontrados em cada município;
- (v) consulta a dicionários de língua portuguesa e de língua tupi para identificar a origem dos itens lexicais que compõem os topônimos;
- (vi) classificação dos topônimos consoante as taxonomias propostas por Dick (1990c);
- (vii) fichamento dos topônimos por município;
- (viii) análise dos topônimos que nomeiam os municípios;
- (ix) análise dos topônimos encontrados nas áreas rurais dos municípios.

Compõem os *corpora* da pesquisa: Mapas do IBGE, ano de 2010, escala 1:50.000, referentes aos três municípios em estudo: Alto Caparaó, Caparaó e Espera Feliz.

Constituindo uma metodologia prática de trabalho dos estudos onomasiológicos (*praxis toponímica*), a referida documentação, isto é, as cartas geográficas, constituem uma fonte confiável de obtenção de dados que abarcam acidentes físicos e acidentes humanos.

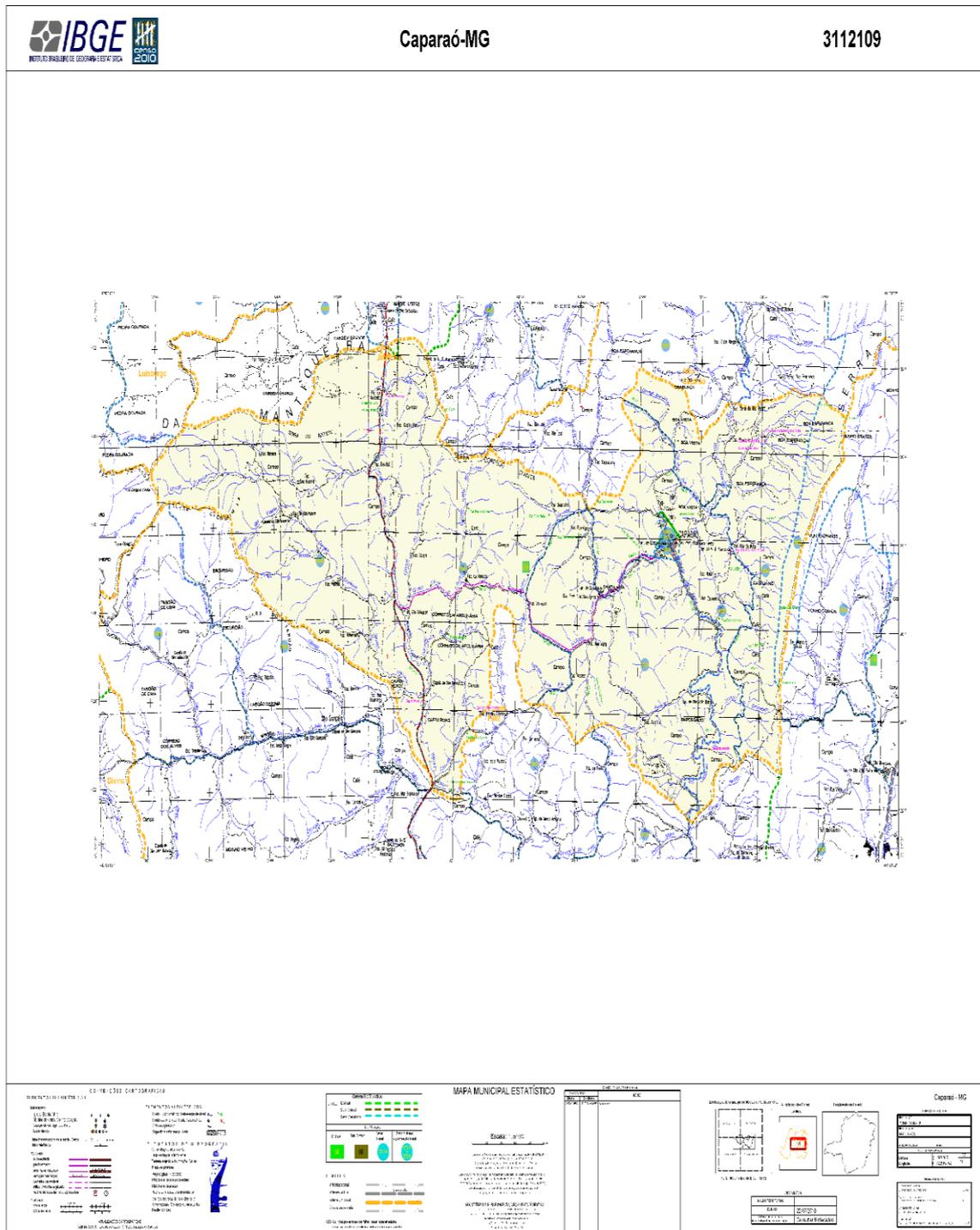
A seguir, destacam-se as reproduções da carta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 2010) aqui utilizadas:

Mapa 2 – Município de Alto Caparaó (2010)



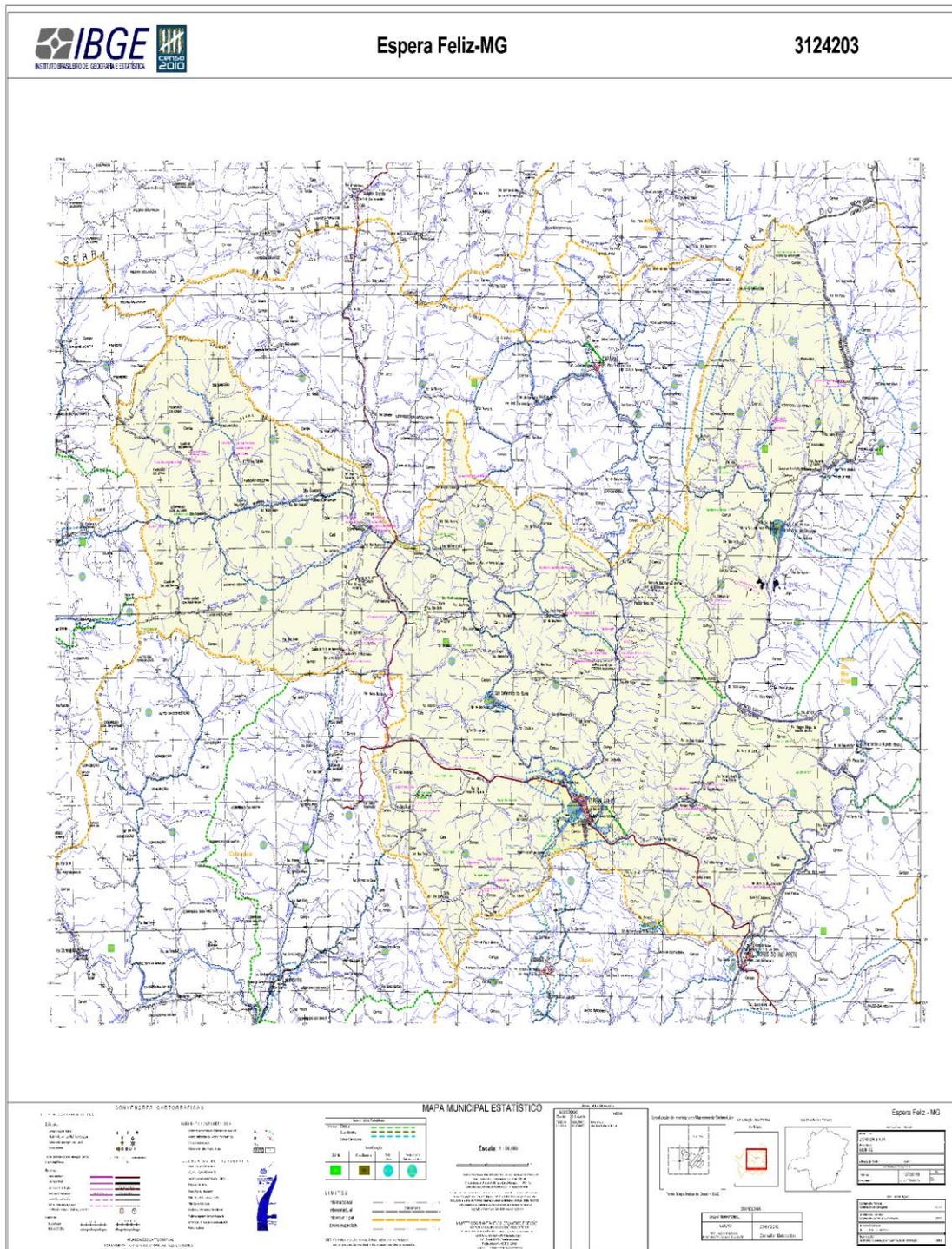
Fonte: IBGE (2010). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBIS%20-%20RJ/map12723.pdf>. Acesso em 30/04/2020.

Mapa 3 – Município de Caparaó (2010)



Fonte: IBGE (2010). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBIS%20-%20RJ/map13214.pdf>. Acesso em 30/04/2020.

Mapa 4 – Município de Espera Feliz (2010)



Fonte: IBGE (2010). Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBIS%20-%20RJ/map12999.pdf>. Acesso em 30/04/2020.

Selecionados os dados para a constituição do *corpus* toponímico, elaborou-se a listagem ordenada dos topônimos em ficha resumida, contendo os seguintes campos: número, acidente, tipo de acidente, topônimo, origem, taxonomia, natureza do topônimo.

2.2 FICHAS TOPONÍMICAS RESUMIDAS

Segundo Seabra (2004, p. 48), a ficha toponímica “pode ser descrita como um conjunto estruturado de informações sobre um topônimo, objetivando explicitá-lo e classificá-lo”. Neste trabalho, adotou-se a ficha toponímica em modelo de ficha resumida, inspirado em Mendes (2009, p. 80), em seu trabalho sobre a *Hidronímia da região do Rio das Velhas*.

Quadro 2 – Modelo de Ficha toponímica adotado na pesquisa

Nº	ACIDENTE	TIPO DE ACIDENTE	TOPÔNIMO	ORIGEM	TAXONOMIA	NATUREZA DO TOPÔNIMO
----	----------	------------------	----------	--------	-----------	----------------------

Fonte: adaptado de MENDES (2009).

Estruturada em forma de quadro, com sete colunas, as informações nele contidas seguem os pressupostos metodológicos de Dick (1990c), com adaptações de Seabra (2004), que propõe os seguintes campos:

- i) NÚMERO: destina-se à quantificação de topônimos. Além de numerar, oferece praticidade para realização do somatório final.
- ii) ACIDENTE: ao acidente se faz a nomeação. O acidente ou o termo genérico recebe o nome próprio, isto é, o topônimo.
- iii) TIPO DE ACIDENTE: o acidente físico (A/F) está relacionado à diversidade e à constituição geográfica de uma região (montanha, rio etc) e o acidente humano (A/H) relaciona-se aos lugares habitados pelo ser humano, bem como aos lugares construídos por ele (fazenda, cidade etc).
- iv) TOPÔNIMO: corresponde ao nome próprio de lugar retirado das cartas geográficas selecionadas.
- v) ORIGEM: corresponde à indicação de onde procede o topônimo, com base nos dicionários citados ao longo deste capítulo.
- vi) TAXONOMIA: corresponde ao registro da taxa do topônimo, segundo o proposto no quadro adaptado da classificação de Dick (1990c).

vii) NATUREZA DO TOPÔNIMO: corresponde ao aspecto semântico do topônimo, se a taxonomia recebida é de natureza física ou antropocultural.

Para se conhecer a origem e se certificar sobre a motivação dada ao topônimo, foram consultados os dicionários e obras listados a seguir:

- *Contribuição indígena ao Brasil: Lendas e tradições – Usos e costumes – Fauna e flora – Língua – Raízes – Toponímia – VOCABULÁRIO – Volumes I, II e III – Irmão José Gregório (1980);*
- *Denominações indígenas na toponímia carioca – J. Romão da Silva (1966);*
- *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi. Significado dos nomes geográficos de origem Tupi – Luiz Caldas Tibiriçá (1985);*
- *Dicionário etimológico da língua portuguesa – Antônio Geraldo da Cunha (2010);*
- *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi – Antônio Geraldo da Cunha (1978);*
- *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais – Waldemar de Almeida Barbosa (1971);*
- *Dicionário Houaiss da língua portuguesa – Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar (2001);*
- *Dicionário morfológico da língua portuguesa. Volumes I, II, III, IV e V – Evaldo Heckler, Sebald Back e Egon Ricardo Massing (1984);*
- *O tupi na geografia nacional – Teodoro Sampaio (1987, 5ª ed.);*
- *Toponímia de Minas Gerais – Joaquim Ribeiro Costa (1997);*
- *Toponímia Mineira de Origem Tupi – Clêuton Gonçalves (2009);*
- *Dicionário etimológico da língua portuguesa – Antônio Geraldo da Cunha (2010, 4ª ed.).*

Nas fichas, classificou-se a origem de cada topônimo tomando como referência o que se encontra no Quadro 3, descrito a seguir, estabelecido por Seabra (2004, p. 49-50):

Quadro 3 – Origem e descrição dos topônimos

ORIGEM	DESCRIÇÃO
Portuguesa	Usada para os nomes pertencentes à língua portuguesa que mantiveram a mesma significação em território brasileiro.
Africana	Usada para os nomes relativos ao continente africano cujo significado foi assimilado e se manteve no Brasil.
Indígena	Usada para os vocábulos, que, em sua maioria, remetem à língua Tupi ou às outras línguas indígenas.
Híbrida	Usada para os topônimos formados por duas ou mais línguas, como, por exemplo, a língua Tupi e a língua portuguesa.

Desconhecida ou não encontrada (n/e)	Usada para aqueles vocábulos em que não é possível uma classificação de maneira precisa e suficiente.
Outras	Usada para os vocábulos em que se encontraram poucas ocorrências, como por exemplo, árabe, espanhol e alemão.

Fonte: adaptado de Seabra (2004).

Tomou-se como modelo taxonômico o estudo proposto por Dick (1990c), que estabelece a divisão da taxonomia em dois blocos: um, de natureza física, e outro, de natureza humana, que se desdobram em 27 taxes, de acordo com os principais fatores motivacionais referentes à realidade brasileira. O Quadro 4 expõe as taxonomias de natureza física em questão:

Quadro 4 – Taxonomias de natureza física

TAXONOMIAS DE NATUREZA FÍSICA		REFERÊNCIA	EXEMPLO
1	Astrotopônimos	Corpos celestes em geral, com ou sem luz própria.	<i>Estrela</i> (RS)
2	Cardinotopônimos	Posições geográficas em geral.	<i>Fazenda Ocidente</i> (MG)
3	Cromotopônimos	Escala cromática.	<i>Rio Claro</i> (SP)
4	Dimensiotopônimos	Características dimensionais de acidentes geográficos: extensão, comprimento, largura, altura e profundidade.	<i>Alto Jequitibá</i> (MG)
5	Fitotopônimos	Índole vegetal.	<i>Sumaré</i> (SP)
6	Geomorfotopônimos	Formas topográficas: a depressão e a elevação (planície, planalto (planície, planalto, montanha, vargem etc).	<i>Vargem Grande Paulista</i> (SP)
7	Hidrotopônimos	Acidentes hidrográficos e cursos d'água em geral.	<i>Lagoa Santa</i> (MG)
8	Litotopônimos	Índole mineral e constituição do solo (alinham-se, muitas vezes, aos Sociotopônimos).	<i>Ouro Fino</i> (MG)
9	Meteorotopônimos	Fenômenos ocorridos na atmosfera terrestre.	<i>Chuvisca</i> (RS)
10	Morfotopônimos	Formas geométricas.	<i>Volta Redonda</i> (RJ)
11	Zootopônimos	Índole dos animais e seu <i>habitat</i> .	<i>Araponga</i> (MG)

Fonte: Adaptado de Dick (1990c).

Por seu turno, o Quadro 5 expõe as taxonomias de natureza antropocultural:

Quadro 5 – Taxonomias de natureza antropocultural

TAXONOMIAS DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL		REFERÊNCIA	EXEMPLO
1	Animotopônimos	Instância psíquica não vinculados ao meio físico.	<i>Saudades</i> (SC)
2	Antropotopônimos	Nomes próprios individuais (prenomes, sobrenomes, apelidos, hipocorísticos, alcunhas).	<i>Betim</i> (MG)
3	Axiotopônimos	Títulos, dignidades e cargos que acompanham os nomes próprios individuais.	<i>Barão de Melgaço</i> (MT)
4	Corotopônimos	Nomes de cidades, países, estados, regiões.	<i>Holambra</i> (SP)
5	Cronotopônimos	Indicadores cronológicos marcados pelo uso de adjetivos como: novo, velho, nova e velha.	<i>Nova Era</i> (MG)
9	Dirrematotopônimos	Frases ou enunciados linguísticos.	<i>Passa Quatro</i> (MG)
6	Ecotopônimos	Habitações de um modo geral, como: casa, chalé.	<i>Chalé</i> (MG)
7	Ergotopônimos	Elementos da cultura material.	<i>Jangada</i> (MT)
8	Etnotopônimos	Elementos de grupos étnicos.	<i>Matipó</i> (MG)
10	Hierotopônimos Subdivisão: - Hagiotopônimos - Mitotopônimos	Nomes sagrados de diferentes crenças. - Santos e santas - Entidades e mitos	<i>Igrejinha</i> (RS) - <i>São Roque</i> (SP) - <i>Anhanguera</i> (GO)
11	Historiotopônimos	Movimentos de cunho histórico-social.	<i>Inconfidentes</i> (MG)
12	Hodotopônimos	Caminhos ou vias rurais ou urbanas.	<i>Ponte Serrada</i> (SC)
13	Numerotopônimos	Adjetivos numerais.	<i>Dois Irmãos</i> (RS)
14	Polipotopônimos	Aglomerados populacionais.	<i>Arraial do Cabo</i> (RJ)
15	Sociotopônimos	Atividades profissionais, locais de trabalho, pontos de encontros.	<i>Lavras</i> (MG)
16	Somatotopônimos	Processo metafórico referente às partes do corpo humano ou do corpo animal.	<i>Pé de Serra</i> (BA)

Fonte: Adaptado de Dick (1990c).

Explicitada a metodologia adotada, que ampara um estudo toponímico, o próximo capítulo trará um breve relato referente à parte histórico-geográfica da região do Caparaó, abordagem necessária para um estudo linguístico-histórico-cultural.



Foto de mirante em Caparaó.

(Arquivo pessoal)

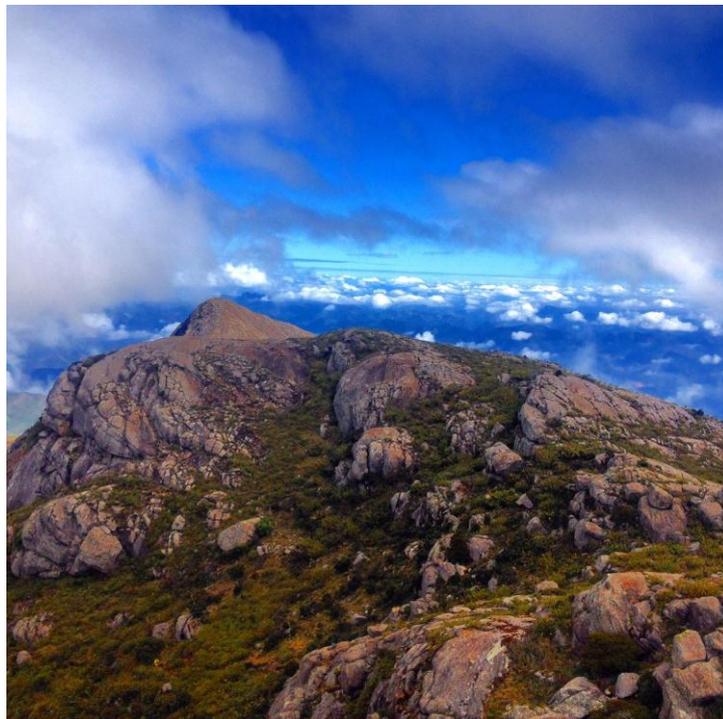
CAPÍTULO 3 – SOBRE A REGIÃO DA SERRA DO CAPARAÓ

Este Capítulo se propõe a descrever os aspectos históricos e geográficos da região da Serra do Caparaó, objeto de estudo desta dissertação de mestrado. Pretende-se, ainda, investigar como a ocupação motivada pelo cultivo do café nesta localidade modificou a paisagem econômica e social, moldando a religiosidade, os costumes e o modo de vida da população.

3.1 ASPECTOS FÍSICOS DA SERRA DO CAPARAÓ

Localizada em região montanhosa no Sudeste do Brasil, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a Serra do Caparaó é um imenso maciço montanhoso que se eleva a quase 3.000 metros de altitude, com fortes aclives. Nela se destaca o Pico da Bandeira, com 2891,32 metros, terceiro ponto mais alto do país. As terras do entorno da Serra se caracterizam pelo clima tropical de altitude e pelo bioma de Mata Atlântica, com várias nascentes de rios, como o Itabapoana. A Foto 1 traz uma visão da serra em questão.

Foto 1 – Vista da Serra do Caparaó



Fonte: Acervo pessoal.

No entorno da Serra do Caparaó há duas estações climáticas, definidas com verão chuvoso e inverno seco, mas uma característica que chama a atenção é a temperatura amena durante todo o ano, com médias entre 19 e 22 graus.

Por essa mesma razão, no período do inverno intenso, nos meses de junho e julho, a temperatura cai consideravelmente, chegando aos 4 graus no entorno da serra e, no cume do Pico da Bandeira, pode atingir números negativos, com episódios de geadas. Outro fator que influencia no clima da região é a relativa proximidade do litoral. Tal localização, combinada às elevadas altitudes, resulta, na localidade pesquisada, em um clima úmido, ameno, com ventos fortes e muita nebulosidade. De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2015), em seu *Plano de manejo do Parque Nacional do Caparaó*, a região é considerada uma das mais privilegiadas para a agricultura, já que o Estado de Minas Gerais possui a maior parte do território com clima seco e longos períodos de estiagem.

Nos locais em tela, predominam afluentes de duas bacias hidrográficas: a do Rio Itabapoana e a do Rio Itapemirim. Além dessas duas bacias, o entorno do Caparaó possui alguns afluentes do Rio Doce. Algumas nascentes situadas na área de preservação do Parque Nacional do Caparaó alimentam o rio Manhuaçu, que deságua no Rio Doce. A hidrografia do entorno da Serra do Caparaó depende, especialmente, das nascentes que emanam do Parque Nacional do Caparaó. O turismo é movido pelas montanhas e pelas águas que descem por elas. A agricultura depende dos rios e córregos para irrigação e as cidades precisam desses recursos para o abastecimento de água potável.

As espécies vegetais nativas presentes nessa porção geográfica fazem parte do bioma da Mata Atlântica, mas cumpre salientar que boa parte da flora e da fauna se perderam no processo de ocupação e colonização dessa parte do território brasileiro. As áreas com maior preservação são aquelas cuja topografia dificultou o acesso pela altitude e que hoje pertencem ao Parque Nacional do Caparaó. Além da cafeicultura, o cultivo de eucalipto está contribuindo para a extinção de espécies que se encontram fora do parque, já que muitos agricultores ainda desmatam para plantar e aumentar a área de produção.

O Parque Nacional do Caparaó foi criado em 24 de maio de 1961 pelo então Presidente da República Jânio Quadros. Possui grande importância do ponto de vista da conservação internacional, já que abriga, protege e conserva um remanescente de um dos ecossistemas mais ameaçados no mundo: a Mata Atlântica. Localizado no limite entre Minas Gerais e o Espírito Santo, o Parque situa-se na porção mineira denominada mesorregião da Zona da Mata, na microrregião de Manhuaçu e na porção espírito-santense chamada

mesorregião Sul Espírito-santense, microrregião de Alegre. Cerca de 79,4% da área do parque está localizada no Espírito Santo, nos municípios de Iúna, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Irupí e Ibitirama. Já a área localizada em Minas Gerais, corresponde a 20,6% do território do Parque, e encontra-se nos municípios de Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó e Espera Feliz (COMASTRI; PIMENTEL; SÁ, 1981). Neste trabalho, o recorte da parte mineira estudada não contempla o município de Alto Jequitibá. A Foto 2 traz uma vista do cume do Pico da Bandeira, ponto turístico relevante que integra a área pesquisada.

Foto 2 – Vista do cume do Pico da Bandeira, no Parque Nacional do Caparaó



Fonte: Arquivo pessoal.

3.2 OS PRIMEIROS HABITANTES: OS INDÍGENAS

Diversos grupos indígenas ocupavam a Serra do Caparaó em tempos mais remotos (Botocudos, Puris, Tapuias e Tupis), pois era considerada a *Terra Sagrada dos Guaranis*, que saíam da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, e para a serra peregrinavam rumo ao Pico da Bandeira, para cultuar suas divindades. Desses tempos, há alguns poucos resquícios de presença indígena em um lugar conhecido pelos moradores de Caparaó como “Fogão dos

Puris”. Trata-se de uma laje natural de pedra usada para preparar alimentos obtidos na caça, no alto da serra, nas proximidades do Pico da Bandeira (GRIMALDE, 2016).

Não há outros resquícios na paisagem física da presença dos puris nessa região, o que dificulta estudar a passagem desse grupo pela Serra do Caparaó. Barbosa (2009) afirma que os indígenas certamente habitaram as regiões mais baixas da serra, já que nas partes mais elevadas, o frio era intenso. Mercadante (1973) afirma que os Puris, até meados do século XIX, viviam de modo bastante rudimentar e aponta que há uma corrente de estudiosos que associa a origem dos Puris dessa região aos Coroados e aos Goitacazes. Alguns relatos dão notícia da presença desses indígenas no local:

Existem notas da comercialização de plantas medicinais mediada pela Curadoria dos Índios. É o caso do desbravador Domingos Fernandes Lana que, no início do século XIX, possuía autorização para negociar a compra das ervas ipecacuanha e poaia, extraídas pelos indígenas. O interesse do europeu pela ipecacuanha se deve ao fato de que é o princípio ativo da beladona, além de servir no tratamento de amebíase. Já a poaia, substituta da ipecacuanha, trata o vômito. Este desbravador abriu caminho nas matas por onde outros desbravadores passaram a chegar na região da Serra do Caparaó. A ganância dos aventureiros que procuravam lucrar com as ervas gerou muitos conflitos com os indígenas. Os comerciantes queriam ocupar as terras onde a erva poaia era produzida para que pudessem extraí-la sem a participação dos índios. Por volta de 1843, o curador dos índios da região organizou uma nova aldeia para os índios, nas proximidades da bacia do rio São Luiz (BARBOSA, 2009, p. 372-373).

É consensual a menção da ascendência indígena nas famílias mais antigas, motivada por casamentos dos imigrantes europeus com as mulheres Puris. Muitas delas foram tomadas pelos homens brancos por meio de laçadas de cordas (QUEIROZ, 2011). Segundo Barbosa (2009, p. 31), a presença indígena na formação da população da região é indiscutível: “Todos dessas áreas somos descendentes dos Puris”. Além, disso, ressalta:

Alguns Puris vieram até nosso tempo. O dr. Joaquim Cabral faz referência ao “Puri velho”, Joaquim Mariano, um dos primeiros moradores do início do povoado de Manhumirim. A vovó Moça revelava ser autêntica Puri, pelo formato de rosto, pela tez bem morena e pelos cabelos lisos. Ela própria dizia que sua mãe, a vovó Ritinha, havia sido “pega no laço”, isto é, forçada a se casar. Vovó Moça ouvira tal fato da própria mãe e do pai. Tal fato deve ter ocorrido pelo ano de 1890! Até a década de 50, do século XX, na região do Córrego do Pirapitinga, nas fraldas da Serra do Caparaó, vivia vagando o Puri de cabelos um pouco encaracolados, tez bem escura e feições nitidamente indígenas, revelando ser produto de miscigenação de índio com negro. Perambulava pelas fazendas de café em busca de uma cachaça na venda (...) (BARBOSA, 2009, p. 32-33).

A ocupação da Serra do Caparaó pelos Puris se deu anos após a chegada do homem europeu ao Brasil, na medida em que os interesses portugueses avançavam em direção a zonas

até então não desbravadas, como as regiões da Mata mineira e Leste. Ao resistirem, iam sendo exterminados e perseguidos pelas autoridades ligadas ao governo central, assim os “índios foram sendo empurrados, miscigenados, extintos” (BARBOSA, 2009, p. 404).

Alguns topônimos da região podem também confirmar ou revelar a presença dos indígenas, conforme relata Barbosa (2009, p. 404), citando o Córrego Jacutinga, situado no município de Manhumirim: “Jacutinga é o nome indígena para uma galinha selvagem que existia em grande quantidade naquela área”. A presença dos indígenas está marcada, também, nos nomes dos municípios *Caparaó* e *Alto Caparaó*, que muitos moradores acreditam significar, na língua tupi, “*águas que descem da serra*” (QUEIROZ, 2011). Conforme se verá no Capítulo 5, há certa divergência em tal significação.

3.3 A ZONA PROIBIDA

A região do Caparaó se tornou uma Zona Proibida ou Zona Restritiva por meio do Alvará de 1733, que coibia a abertura de caminhos nas matas de Minas Gerais e do Espírito Santo, bem como o estabelecimento de fazendas. A proibição abrangia uma extensa área, que ia de Vila Rica até a costa brasileira. Reiterou-se também a proibição da navegação pelo Rio Doce. Este alvará atendia aos temores da Coroa Portuguesa de que o ouro oriundo da região extrativista deixasse de passar pelo sistema alfandegário; temia-se que seguisse por caminhos difíceis, em que o controle se fazia quase impossível. Tornando-se Zona Restritiva, essa área limitaria, ainda, o acesso de holandeses e de franceses pelo porto de Vitória, no Espírito Santo (BARBOSA, 2009).

Essas terras chamadas Áreas Proibidas ou Zona Proibida passaram a ser ocupadas, de fato, quando a mineração entrou em declínio, em fins do século XVIII e início do XIX, (BARBOSA, 2009). Contrariamente à ocupação inicial do território brasileiro pelos portugueses, que se deu da costa em direção ao centro do país, a região da Serra do Caparaó foi ocupada do centro em direção à área costeira. Isso se explica pelo abandono do trabalho na mineração e pela procura de novas fontes de trabalho e de riqueza em localidades próximas; a atenção, assim, recaiu sobre o plantio de culturas diversas, e, na região em tela, especialmente o café.

A história da colonização da Serra do Caparaó, nos últimos dois séculos, insere-se na dinâmica das transformações políticas que ocorreram no Brasil após a transferência da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro. No início do século XIX, o governador da

Bahia, Silva Pontes, que tinha jurisdição sobre o Espírito Santo, demarcou divisas entre Minas Gerais e Espírito Santo. Em 1811, a capitania do Espírito Santo conquistou sua autonomia e o novo governador, Francisco Alberto Rubin, nomeado em 1812, propôs uma administração dinâmica. Estabeleceu uma colônia de açorianos em Viana, seguida de um plano de construção de uma estrada que ligaria Viana a Vila Rica, em Minas Gerais. O Príncipe Regente Dom João VI autorizou a abertura dessa estrada pelo Alvará de 1815 e há registros históricos de que boiadas da Província de Minas Gerais tenham percorrido essa estrada por volta de 1820 (BARBOSA, 2009), o que pode significar que o interesse pelo gado mineiro teria sido o motivo inicial da criação dessa via. Assim, a pecuária precedeu a chegada do café àquelas montanhas; no entanto, dada a pobreza da população, não havia consumo para a grande quantidade de gado produzida, e, por esta razão, o comércio não prosperou, a estrada foi temporariamente abandonada e sua retomada se deu em 1833, pelo lado capixaba (PRADO JÚNIOR, 1942).

Lentamente, a obra iniciada no lado capixaba alcançou a Serra do Caparaó, atravessou o Rio Pardo e o Rio José Pedro, nomeado em homenagem ao bandeirante José Pedro, que por lá passara em outros tempos. A entrada do bandeirante em Minas Gerais se deu no pé da Serra do Caparaó. Esta localidade recebeu o nome de São João, como homenagem a Dom João VI e, mais tarde, foi denominada São João do Príncipe, homenagem ao nascimento de Dom Pedro II (BARBOSA, 2009).⁴

Os planos eram de que a estrada atingisse o topo da serra, chamado hoje de Pico da Bandeira, cujo nome se deve ao fato de que lá, por volta de 1859, foi posta uma bandeira do Império a mando do Imperador Dom Pedro II, pois se acreditava ser aquele o ponto culminante do território brasileiro.

Às margens da estrada entre Minas Gerais e Espírito Santo, formaram-se povoados e lugarejos. Nas suas proximidades, fazendas e capelas foram erguidas. Os moradores que chegavam traziam consigo costumes e crenças. Portugueses e italianos propagaram a religião Católica e os alemães e suíços, a Protestante – a região abriga, curiosamente, uma das comunidades protestantes mais antigas do Brasil. As escolas confessionais (católicas e protestantes) nortearam a educação secular e moldaram o comportamento dos indivíduos. Os imigrantes encontraram um ambiente favorável à agricultura, já que a altitude, conforme já foi

⁴ O nome permanece até os dias atuais para denominar uma próspera comunidade rural e cafeeira, situada no distrito de Pequiá, pertencente ao município capixaba chamado Iúna, que divisa com o município mineiro de Alto Caparaó.

dito, o clima frio e o tipo de solo propício ao cultivo do café foram fatores que ajudaram na prosperidade das famílias.

No final do século XVIII, com o declínio do ciclo econômico da mineração em Minas Gerais, o café substituiu o ouro no processo de expansão do povoamento da Província. As lavouras de café da região do Vale do Paraíba Fluminense se expandiram em direção à Zona da Mata mineira, alcançando os vales dos rios Pomba, Muriaé e Carangola. As cidades próximas à Serra do Caparaó, agora interligadas à capital da Província por uma estrada, tornaram-se potencialmente cafeicultoras e atraíram muitas pessoas no início do século XIX (BARBOSA, 2009, p. 30). Nesse sentido, faz-se relevante salientar que o cultivo do café era a principal força econômica da região desde os tempos iniciais de sua ocupação. Essa atividade influenciou, como nenhuma outra, os hábitos e a cultura de seus moradores, que tratam o café como o Ouro Verde de Minas Gerais.

3.4 A CHEGADA DOS POVOADORES

A partir de 1554, o Governo-Geral instalado na Bahia estimulou expedições à procura de ouro e prata nos vales dos rios São Francisco e Doce. Numa dessas expedições, o português Sebastião Fernandes Tourinho deixou a cidade de Porto Seguro e embrenhou-se pelo Rio Doce, alcançando o Rio Manhuaçu. De lá, contemplou a cadeia montanhosa caparaoense, na qual se sobressai o Pico da Bandeira. Em seus relatos, Tourinho diz ter pensado que avistara o Rio de Janeiro, dada a semelhança topográfica com a Serra dos Órgãos. No entanto, só mais tarde, por volta de 1600, expedições saídas de São Paulo, mais especificamente de Taubaté, passaram nas proximidades da Serra do Caparaó (MERCADANTE, 1973).

Tais expedições, contudo, não deixaram plantações ou edificações (GÓES FILHO, 2015) e, somente após as Entradas e as Bandeiras organizadas por Fernão Dias Pais Leme, o conhecido como “o Caçador de Esmeraldas”, lugarejos foram fundados pelo caminho (BARBOSA, 2009); todavia, como já se fez saber neste capítulo, a região da Serra do Caparaó foi uma das últimas a ser povoada.

Ao descrever o perfil e a origem dos primeiros fazendeiros, Paulo Mercadante (1973, p. 70) aponta que eles procediam das regiões mineradoras em decadência, “da região barroca, onde o luxo e a riqueza desapareceram nos finais do século XVIII”, para se fixar em uma região desabitada, em busca de novas terras. Com pouca experiência na agricultura, as

primeiras áreas ocupadas pelos primeiros habitantes foram os vales dos rios, onde se desenvolveram pequenas lavouras de subsistência. Com a exaustão dos solos na região do Vale do Paraíba fluminense, a lavoura cafeeira expande-se na direção da Zona da Mata, modificando as paisagens da região. Esse fator foi decisivo para alterar a estrutura social de Minas Gerais, tornando o povo das Gerais um “rústico dos Sertões” (MERCADANTE, 1973, p. 74).

Conforme já mencionado, o que motivou a penetração dos povoadores nessa área antes considerada Zona Proibida, foi a possibilidade do cultivo de café. Muitas famílias eram oriundas de cidades fluminenses do Vale do Paraíba, como por exemplo, Cantagalo e Nova Friburgo. Famílias mineiras de Santa Bárbara, de Cataguases e da região mineradora também ocuparam a serra, atravessando o vale do Carangola, povoado que recebeu o nome de Santa Luzia, em 1842, em homenagem aos liberais (luzias), como Teófilo Ottoni (1807-1869). Muitas famílias chegaram à serra também pelo seu lado leste, vindas do Espírito Santo (MERCADANTE, 1973).

3.5 A POSSE DAS TERRAS

Embora algumas cidades da região da Zona da Mata tenham sido formadas a partir de grandes propriedades oriundas de sesmarias outorgadas, na região do Caparaó formou-se, em grande parte, com a posse de terras públicas por meio de invasão. Havia muitas imprecisões no registro e na demarcação de sesmarias até então. Com esse benefício, a marcha de ocupação de terras ainda sem donos não se interrompia. De posse de documentos oficiais ou não, terras como as das Áreas Proibidas foram sendo, aos poucos, ocupadas e, assim foi criada a Lei de Terras de 1850, baseada no direito romano “*uti possidetis*”, que garantia o direito de posse a quem ocupasse a terra naquele momento.⁵

A Lei de Terras de 1850 foi implantada pouco depois da Lei Eusébio de Queirós, que aboliu o tráfico de escravos, fruto da forte pressão exercida pelos ingleses sobre a Coroa Portuguesa. Inicialmente, regulamentaria questões relativas à posse de terras: a delimitação do tamanho de propriedades e seu registro em até seis anos; a criação de impostos sobre o território rural para custear a vinda de colonos; a demarcação e reconhecimento de sesmarias

⁵ Essa premissa romana já havia sido usada por Portugal no Tratado de Tordesilhas. O diplomata Bartolomeu Gusmão conseguiu o reconhecimento internacional das terras para o Brasil e Portugal por meio desse direito, feito repetido mais tarde, pelo também diplomata Barão do Rio Branco, na conquista do território do Acre (BARBOSA, 2009).

já existentes, a fim de verificar as terras ainda disponíveis pelo Estado, chamadas de terras devolutas, para que pudessem ser vendidas aos colonos europeus.⁶ O caráter reformista e antilatifundiário do projeto, entretanto, não vingou; os colonos europeus vieram por outros mecanismos e não por meio da Lei de Terras (BARBOSA, 2009). A sesmaria favorecia a existência do latifúndio; a posse, a existência da pequena propriedade, fundamentada na ocupação de uma porção suficiente para o trabalho de uma família.

Na Serra do Caparaó, o método de ocupação foi a posse, e por essa razão, as propriedades da região iniciaram-se com porte pequeno ou médio. Barbosa (2009) relata:

Como não houve leilão de terras públicas, a ocupação da terra na Serra do Caparaó e regiões adjacentes deu-se pelo processo de posse das terras, certamente registradas anteriormente à vigência da Lei de 1850. A partir dessa época, a região foi efetivamente ocupada, e as “ocupações” anteriores foram legitimadas pela Lei. As pessoas vinham, abriam uma área, iniciavam uma plantação ou soltavam umas cabeças de gado, construíam uma casinha e corriam para Ponte Nova ou Mariana, sedes anteriores da Comarca dessa região, a fim de registrar a posse. Depois vendiam (BARBOSA, 2009, p.56-57).

Enquanto a sesmaria era acessível somente aos homens com vastos recursos financeiros, o apossamento representava a possibilidade de lavradores com poucos recursos cuidarem de sua própria porção de terra: a pequena propriedade agrícola foi instituída pela necessidade de sobrevivência e pela falta de políticas que amparassem o colono livre. Com a Lei de Terras, houve possibilidade de regularização e de legitimação da posse dos terrenos.

Além do apossamento, houve também compra de terras nos arredores da Serra do Caparaó. Barbosa cita um episódio de compra em Ponte Nova por um colono de origem alemã, instalado inicialmente em Nova Friburgo: “Quando chegou a Jequitibá em 1868, Guilherme Eller foi a Ponte Nova comprar suas terras” (BARBOSA, 2009, p. 57). Barbosa afirma que esse colono se maravilhou com a diferença na qualidade do solo da região do Caparaó e para lá se mudou com a família.

3.5.1 A motivação para ocupar a Serra do Caparaó: o café

Motivadas pela possibilidade de cultivar café na Serra do Caparaó, diversas pessoas chegaram às áreas anteriormente proibidas da Zona da Mata de Minas Gerais com o intuito de

⁶ A lei foi aprovada com diversas modificações em seu texto inicial, inclusive a não delimitação do tamanho de cada propriedade. A proposta era extremamente radical: nem mesmo em anos seguintes algo parecido foi apresentado à Câmara (CARVALHO, 2003).

estabelecer moradia e agricultura, ambas possibilitadas pelo Ouro Verde mineiro: “O café é cultura permanente, contínua; uma colheita por ano, após quatro anos de plantio, cada lavoura dura pelo menos vinte anos. Exige a fixidez do homem na terra. O café exigia que as pessoas viessem para ficar” (BARBOSA, 2009, p. 37). O plano de permanência na região prosperou. Em 1850 o café chegou, definitivamente, a Carangola, município de onde foram emancipadas, posteriormente, as cidades de Espera Feliz, Caparaó e Alto Caparaó.

Com o declínio da produção no Vale do Paraíba, a região de Cantagalo (onde já estavam instalados alguns colonos – suíços e alemães) torna-se o polo irradiador do café para o interior fluminense e para a Zona da Mata mineira (BARBOSA, 2009).⁷ Nesses lugares, especialmente na Serra do Caparaó, o clima é ameno e, naquela época, as terras eram virgens, cobertas por matas – cenário apropriado para a cafeicultura. Diferentemente do Vale do Paraíba, a Serra do Caparaó possui montanhas elevadas, o que permitiu o cultivo do café na altitude correta para a qualidade do fruto: de oitocentos a mil e duzentos metros.

Além da distinção topográfica, o modelo das fazendas produtoras de café também variava nas duas regiões. No Vale do Paraíba, havia grandes fazendas nas quais trabalhavam escravos e alguns homens livres que já não conseguiam mais sustento após o declínio da mineração. Surgiu então uma nova classe social no Brasil: o baronato do café, composto por senhores de terras. Esses grandes fazendeiros formavam o espectro da elite econômica e política que dominava o país: “uma classe senhorial escravista, que participou da construção do Estado nacional, estendeu-se por todo território do país e para quase todos os estratos sociais e diferentes ramos de atividade” (BARBOSA, 2009, p. 43). Esses senhores representavam a base do Partido Conservador.

Já na Serra do Caparaó, a produção cafeeira se deu em outro prisma: o sistema de meação. Este modelo era utilizado na região de Cantagalo e em São Paulo. O cultivo do café era mais apropriado ao regime de parceria do que ao trabalho escravo. Dessa forma, as fazendas estabelecidas não eram tão grandes quanto as primeiras fazendas cafeeiras do país. O proprietário firmava um contrato de meação, geralmente com um homem casado, que levava sua família para morar em uma casa na fazenda destinada ao meeiro. Toda a família participava, de alguma forma, do trabalho nas lavouras. O proprietário oferecia as terras, e, ao final da produção de cada ano, os lucros da colheita eram divididos entre o dono e o meeiro

⁷ Em Mercadante, encontra-se o seguinte panorama de ocupação regional: “Honório Silvestre descreve-nos o movimento demográfico, chamando a atenção para a circunstância de que o café não prendeu os montanhese no território fluminense. Este os levaria às Florestas da Mata, campo escolhido para o desdobramento de novas energias” (MERCADANTE, 1973, p. 26).

(BARBOSA, 2009). A prática da meação impactou no processo de desenvolvimento da cafeicultura em toda a região da Serra do Caparaó. Essa diferença no cultivo do café em relação ao Vale do Paraíba fluminense se refletiu na estruturação sociedade, que praticamente não utilizou mão-de-obra escrava.

O crescimento exponencial da região da Zona da Mata Mineira, que abriga a Serra do Caparaó, atraiu muitos contingentes populacionais. Além do café, foram descobertos, no início do século XIX, alguns minerais: caulim, feldspato e mica.⁸ Durante um século, a região passou por transformações em sua composição populacional, arquitetônica e social, motivadas não apenas pela presença da cafeicultura, mas também pela chegada da ferrovia Leopoldina Railway Company Limited, posteriormente rebatizada Estrada de Ferro Leopoldina, ao município de Carangola.⁹ O transporte ferroviário interligou a Zona da Mata ao porto do Rio de Janeiro, ampliando as vantagens logísticas da economia cafeicultora. Segundo Paulo Mercadante, a especialização no cultivo no café trouxe melhorias sociais e políticas para a região:

O café proporcionara às comunidades o calçamento, e a luz elétrica e, finalmente, certa ordem social e política. As cidades progrediram após a especialização da lavoura. Trazia não só a lavoura com renda superior. Em sua escalada, cresceram as comunidades, que receberam melhor organização administrativa e judiciária. Vieram os doutores para o cargo de magistratura, os bancários atraídos para a solução de litígios, reduzindo a incidência de disputas violentas. O café também atraiu os representantes do comprador, comerciantes de praças adiantadas, que montavam armazéns com máquinas de beneficiamento do grão. Provocavam o crescimento do mercado de trabalho, empregando catadeiras em serviços ligados à atividade já mercantil. Além de que, sua presença democratizava o financiamento, levando o capital ao pequeno lavrador para o custeio da safra (MERCADANTE, 1973, p. 95).

Para Celso Furtado, o produtor de café foi uma espécie de empresário, pois além do cultivo da planta, especializou-se em comprar terras, melhorar a tecnologia da produção, transportar grãos e procurar meios de financiamento e de custeio da lavoura. Segundo o autor, os produtores de café compreenderam a importância do governo como um instrumento na ação econômica (FURTADO, 1963). Da região do Vale do Paraíba fluminense, o cultivo do café se expandiu para Minas Gerais, rumo às cabeceiras do Rio Doce, cercando a serra do Caparaó por Muriaé, Carangola, Manhumirim e Manhuaçu.

⁸ A mica era exportada para a indústria bélica, que abastecia países europeus na Segunda Guerra Mundial.

⁹ A ligação com a então capital do Brasil, Rio de Janeiro, era intensa: cargas e passageiros eram conduzidos diariamente da região para o litoral. É válido ressaltar que, nos primeiros anos de ocupação, os moradores tinham maior ligação com a cidade mineira de Ponte Nova, pois muitos registros de documentos só podiam ser feitos naquela localidade (BARBOSA, 2009). No entanto, com a chegada do trem de ferro, a capital fluminense passou a influenciar fortemente a população local (QUEIROZ, 2011).

A lavoura cafeeira preencheu a lacuna de povoamento entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais e aproximou os dois Estados (MERCADANTE, 1973). Por volta de 1900, o cultivo do café ocorreu em concomitância ao processo de extração de mica e de feldspato; porém, a mineração durou poucas décadas e declinou com a queda da demanda por mica e por outros produtos no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial. Hoje, o café da Serra do Caparaó tem destaque em Minas Gerais, no Brasil e em diversos países europeus que importam grande quantidade de grãos, como a Alemanha.

3.5.2 A produção cafeeira

A região mineira da Zona da Mata se tornou uma das mais propícias para o cultivo do café no Brasil durante a segunda metade do século XIX. As grandes fazendas de café que se constituíram na região, distante dos grandes centros urbanos e das principais vias férreas, se tornaram autossuficientes na produção de alimentos para o sustento das famílias, dos meeiros e dos poucos escravos. A Foto 3 traz a imagem do café, ainda no pé, largamente cultivado na região pesquisada.

Foto 3 – Café *in natura* no próprio pé



Fonte: Facebook. Página *Caparaó/Mg*. Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo?fbid=275154922571498&set=a.275154765904847> acesso em 09/03/2021

Os fazendeiros, no entanto, também necessitavam de produtos como sal, querosene, tecidos e utensílios domésticos, comprados fora da região, demanda que deu origem a

pequenos centros comerciais onde se instalaram vendas, igrejas e cartórios. (MERCADANTE, 1973).

Ao longo das estradas movimentadas pelo transporte do grão, surgiram os povoados, que se transformaram em cidades, com o passar dos anos. Dessa forma, a região do Caparaó foi sendo ocupada por interessados no cultivo do café ao longo dos vales dos rios Muriaé, Carangola e Manhumirim. As grandes fazendas de café possuíam complexos equipamentos de beneficiamento do grão, mas as fazendas menores, na parte mais interiorizada do território mineiro, não dispunham desses melhoramentos: os grãos eram secados nos chamados terreiros de chão batido, substituídos posteriormente pelos terreiros de cimento, chamados de terreiros de pedra. Nas grandes propriedades, atualmente, os equipamentos estão sendo trocados por secadores movidos à energia elétrica.

O café produzido nos municípios investigados é o do tipo arábica, uma variação que se adaptou muito bem à região. Os cafés chamados de “especiais” recebem essa classificação devido à qualidade obtida por meio do solo propício, da altitude e, especialmente, do manejo durante a produção. Grande parte da produção da Serra do Caparaó é hoje exportada para a Europa e os Estados Unidos. Empresas nacionais e multinacionais possuem armazéns na região, fazendo a compra e o transporte dos grãos até os portos. Com o desmantelamento do modal de transporte ferroviário na década de 1970, a logística de transporte depende exclusivamente do deslocamento de *containers* em caminhões pesados por algumas rodovias (BR-116, BR-262 e BR-482).

3.5.2.1 O sistema de meação: o meeiro

Durante o século XIX, os setores econômicos mais preocupados com as tendências do cenário político nacional e internacional já percebiam que o cultivo do café utilizando a mão de obra escrava não teria futuro. O tráfico de escravos africanos já era praticamente impossível, dadas as pressões exercidas pela Inglaterra e a repressão interna após a aprovação da Lei Eusébio de Queirós. Ao cessar a escravidão, dois meios de produção restaram aos cafeicultores brasileiros: o misto de salário e a parceria em São Paulo e a parceria pura na Serra da Caparaó (BARBOSA, 2009). Os imigrantes italianos, especialmente em São Paulo, na segunda metade do século XIX, trabalharam de forma assalariada. Os proprietários das terras no Caparaó eram, em maioria, colonos suíços e alemães. O meeiro, por sua vez, era o

homem pobre, fruto da miscigenação entre portugueses, indígenas e africanos. Barbosa assim descreve essa personagem:

O meeiro de café da Serra do Caparaó era o brasileiro pobre e livre que perambulava Brasil afora, em busca de trabalho e moradia, em busca de um lugar para estabelecer um lar. Em busca de uma vida de respeito. Semelhante ao escravo, nada possuía de seu, não tinha nada. Diferente do escravo, tinha liberdade, era dono do seu corpo, de suas mãos. Mãos que andavam à procura de enxada, de machado, de foice, de facão (BARBOSA, 2009, p.134).

Barbosa descreve, em sua análise da estrutura econômica e social da região da Serra do Caparaó, a origem do meeiro:

O meeiro era descendente dos habitantes originais dessas terras, os Puris, do europeu português e do africano - como no geral, todos os brasileiros. Era filho de Puri com português ou brasileiro, com um bandeirante aventureiro que passou por aqui e deixou as índias Puris engravidadas. Ou de preto com índio. Ou de português e brasileiro com gente de origem africana. Ou produto de uma mistura de todos eles. Um escravo que obtivera alforria, ou liberto depois do ano de 88, poderia tornar-se meeiro (BARBOSA, 2009, p. 134).

Outra característica do sistema de meação na Serra do Caparaó é o estabelecimento de contrato entre filhos dos proprietários com seus pais; ou seja, os filhos tornaram-se meeiros de seus pais (BARBOSA, 2009). O meeiro tem como características comportamentais o cultivo do respeito à mulher, a sua honra, a sua família e sua dignidade. Algumas de suas qualidades são destacadas por Barbosa: “fidelidade à palavra dada, probidade, respeitabilidade e independência moral” Segundo o autor, o homem rural “é um ser humano próprio, com cultura e psicologia típicas e próprias” (BARBOSA, 2009, p. 136). A agricultura, dessa forma, vinculava o homem com a sua terra.

3.5.2.2 O contrato de meação

O meeiro era (e ainda é assim nos dias atuais) uma espécie de sócio que pensava como um pequeno empresário que participa de um empreendimento, “*a meia*” (BARBOSA, 2009, p. 181). Desde o início, o meeiro estava ciente de que o sucesso da colheita dependia de sua dedicação e de seu esforço ao trabalho. A boa produção não se resume à colheita, mas depende de um trabalho realizado ao longo dos meses. Nesse sentido, os meeiros que trabalharam com mais afinco e pouparam seus rendimentos conseguiram realizar o sonho de

todos: adquirir um sítio, ainda que pequeno. O autor estima que, na região da Serra do Caparaó, um em cada dez meeiros conseguiu comprar uma pequena propriedade.

O contrato de meação firmado entre o fazendeiro e o meeiro por vezes era escrito e registrado em cartório, mas o que prevalecia na maioria dos contratos era a firmação de um acordo verbal. A posse direta permanecia com o fazendeiro, e a posse indireta, ou seja, o uso, era cedido ao meeiro. O contrato era negociado livremente, mas sempre prevalecia a vontade do proprietário.

Em contrapartida, para obter condições mais favoráveis no contrato, o meeiro oferecia sua moral, sua conduta, sua boa reputação familiar, sua capacidade para o trabalho e seu conhecimento acerca dos assuntos da cafeicultura. Sua esposa também deveria ser de boa família. A meação não era dada a homens solteiros e jamais à mulher: “A função de meeiro era, portanto, para o homem, e casado, para a família” (BARBOSA, 2009, p. 141). Se apresentasse essas qualidades, o meeiro poderia ter alguma chance de ampliar seu poder de barganha na negociação. O meeiro era livre para vender sua parte como quisesse. Muitas vezes, usava este valor para quitar dívidas contraídas com o patrão (BARBOSA, 2009, p. 146-147).

Muitas propriedades rurais de médio e grande porte adotam até hoje o sistema de meação. Os pequenos proprietários conduzem o manejo da lavoura apenas com a mão de obra da família. Nos dois casos, a participação dos filhos na lida também é fundamental. Como se percebe, essa instituição de trabalho se tornou uma das características da formação da população da região da Serra do Caparaó.

3.6. A CHEGADA DO TREM DE FERRO

A produção e a comercialização do café no Brasil deram início a um novo ciclo econômico e social. Inicialmente, a produção da Serra do Caparaó e de suas adjacências era transportada em tropas até povoados mais próximos para que lá pudesse ser vendida. Os lombos dos animais também eram usados dentro das propriedades para carregar o café da lavoura até o terreiro para a secagem do fruto. Até 1887, o comércio era concentrado na cidade de Manhumirim, no lado noroeste da serra. A partir desse ano, com a chegada do trem de ferro em Carangola, a comercialização voltou-se para o lado sul.

O percurso das fazendas até os armazéns de Carangola ainda era feito com o uso de tropas de animais. A viagem durava cerca de três dias. As sacas de café que deixavam os armazéns para os vagões de trem seguiam viagem até o Rio de Janeiro (BARBOSA, 2009).

A Foto 4 traz a imagem da Estação velha de Carangola, para onde afluíam as tropas de animais que transportavam o café a ser exportado para os grandes centros, em imagem datada do ano de 1929.

Foto 4 – Estação velha de Carangola (1929)



Fonte: MERCADANTE (1990, p. 84).

A chegada do trem de ferro à região cafeeicultora modificou a economia e a vida das pessoas das cidades da Serra do Caparaó. Embora representasse o progresso na região, houve pessoas que resistiram à instalação dos trilhos que cortariam suas fazendas. Mercadante observa que: “a estrada de ferro modificaria o fazendeiro. Não sem luta, na verdade. Nas proximidades de São Mateus, afluente do rio Carangola no município de mesmo nome, o Coronel Pereira levantou barricadas contra a máquina infernal que lhe atravessaria a fazenda” (MERCADANTE, 1973, p. 71).

Em 1914, a linha de trem chegou a Manhumirim. Em 1915 já era possível fazer viagens para o Rio de Janeiro direto do município de Manhauçu, ponto final da Ferrovia Leopoldina. Carangola se tornou a cidade mais importante da região, pois de lá saía a maior parte da produção de café e por lá chegava toda espécie de mercadoria vinda do Rio de Janeiro. Pelos trilhos do trem vinham também as novidades da então capital do Brasil, como filmes, jornais, livros e moda (BARBOSA, 2009).

Houve muito esforço político para que a linha de trem que passava por Carangola também fosse ligada a Manhauçu. Quando ficou comprovada a viabilidade econômica, os trilhos começaram a ser colocados em direção à Serra do Caparaó. Saindo do vale do Carangola, os trilhos subiram pela Serra da Ernestina e chegaram ao altiplano que antecede a Serra do Caparaó, no então distrito de Espera Feliz (hoje município), onde foi instalado um entroncamento que permitiu um ramal em direção ao Espírito Santo. Após passar por Espera Feliz, a estrada de ferro avançou no sentido do distrito de Caparaó Novo.

É válido destacar que, por muitos anos, e ainda nos dias atuais, muitos moradores da região referem-se ao município de Caparaó como Caparaó Novo, pois teria sido povoado depois de Alto Caparaó, conhecido como Caparaó Velho. No entanto, ao se verificar das datas de emancipação, Caparaó Novo emancipou-se primeiro, sendo então o mais antigo.

Após passar por Caparaó, a estrada avançou no sentido da localidade de Taquaruna (comunidade rural de Caparaó) e da Serra da Vista Bela (comunidade rural do município de Alto Jequitibá). Em 1914, o trem chegou à Manhumirim, e, em 1915, finalmente, à cidade de Manhauçu.

A chegada da linha férrea trouxe outras perspectivas para a região, como observa Barbosa (2009, p. 121): “O trem operou profunda mudança na vida econômica, nos hábitos e costumes de toda a região”.

A chegada da ferrovia à Serra do Caparaó modificou a estrutura social das fazendas. Mercadante (1973, p. 71) observa que, se antes o fazendeiro tinha um tom rústico, “a segunda geração ganha um verniz diferente, o velho fazendeiro contrata a professora na cidade ou envia o filho, futuro doutor, à escola”.

Assim como a criação da Estrada Real impactou a sociedade mineradora do século XVIII, a ferrovia trouxe, aos poucos, maior diversificação social para a Zona da Mata. Dessa forma, conclui Mercadante, houve a formação de uma nova classe social, trazendo para a região hábitos mais sofisticados que, até então, estavam restritos ao litoral, mais desenvolvido e urbanizado:

Talvez, sem dogmatismo e certeza, se possa sugerir que o sertão reacionário e prepotente estivesse submetido à ideia hegemônica do bem, enquanto que o doutor preferisse a do belo. A verdade é que nos hábitos da comunidade fixamos os aspectos de tal confronto. Mas já nos anos vinte existia em Carangola uma sociedade diversificada, constituída de uma classe média propensa aos costumes das grandes cidades. O litoral impusera outra vez o seu estilo de vida (MERCADANTE, 1990, p. 19-20).

O panorama urbano também sofreu modificações provocadas pela abertura de galpões e de armazéns de café nos arredores das estações ferroviárias que surgiram nas cidades. A lavoura e a sociedade foram alteradas com a chegada do trem de ferro: “Ocorrera, por certo, maior desenvolvimento da lavoura de café, que tornou a ferrovia uma necessidade. A última teria sido uma consequência do surto regional. A interação posterior e as transformações sociais assim se efetuaram” (MERCADANTE, 1990, p. 17). Com a máxima expansão dos trilhos da Ferrovia Leopoldina na Zona da Mata mineira, essa região se tornou uma das mais bem servidas do Brasil por este tipo de transporte.

Durante quase um século, o trem de ferro fez parte não apenas do sistema econômico, mas igualmente do imaginário cultural dos habitantes da Serra do Caparaó. Além do afluxo de notícias do Brasil e do mundo, a conexão ferroviária aproximou a Zona da Mata da capital do Brasil, trazendo para a Serra do Caparaó a influência da cultura e da música do Rio de Janeiro. Como legado dessa influência da antiga capital na região, até hoje os seus habitantes torcem majoritariamente para os times futebolísticos do Rio de Janeiro, com pouca ligação com os times de Belo Horizonte.

Na década de setenta do século XX, com o avanço da construção de rodovias em todo país, o sistema ferroviário entrou em declínio. Na região do Caparaó, ficaram apenas alguns dos antigos prédios das estações de trem, que guardam uma parte da memória do período da “Maria Fumaça”. Os trilhos foram retirados e o tempo e a vegetação encobriram as antigas estradas por onde transitaram.

Algumas cidades, como Espera Feliz e Carangola, aproveitaram as estações e transformaram-nas em rodoviárias. Restam alguns pontilhões e caixas d’água, em estado acelerado de deterioração. Em algumas outras cidades, como Caiana, antigo distrito de Espera Feliz, as estações foram completamente descaracterizadas, restando bem pouco para a preservação da memória ferroviária.

Na Foto 5, observa-se uma dessas antigas passagens do trem.

Foto 5 – Túnel remanescente das construções da Ferrovia Leopoldina



Fonte: Acervo pessoal.

3.7 A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA RURAL DA REGIÃO DO CAPARAÓ

Na região da Serra do Caparaó, como foi possível observar, a ocupação começou com pequenos povoados que passaram a distrito e, posteriormente, com seu crescimento populacional, foram elevados à condição de municípios. Muitos povoados surgiram no entorno de cidades já constituídas. Outros, como São Sebastião da Barra e Santa Rita, se formaram antes dos municípios de que hoje fazem parte, transformando-se em comunidades rurais de cidades que se desenvolveram a partir deles: Espera Feliz e Caparaó, respectivamente.

As cidades são formadas pelo seu centro urbano, pelas comunidades rurais que comportam as localidades, os sítios e as fazendas. Por se tratar de uma região de forte base agrícola, houve grande distinção entre as moradias das áreas urbana e rural. Espera Feliz possui uma peculiaridade: além das propriedades rurais, possui também duas vilas no campo. A chegada da energia elétrica nessas residências rurais se deu apenas a partir da década de 1970, com os programas de eletrificação rural dos governos estadual e federal. Atualmente, com o avanço do acesso à tecnologia, os meios de comunicação, como telefonia móvel e internet, também já estão presentes em grande parte da área rural; muitas residências rurais

contam com estrutura e mobiliário bem semelhantes às residências urbanas. Além disso, a melhoria das condições de tráfego das estradas rurais e o aumento considerável da frota automobilística permitem a locomoção diária dos moradores das duas áreas.

Dessa forma, a distinção entre o meio urbano e o meio rural, que era saliente no passado, tem sido minimizada. É difícil estabelecer um perfil de morador totalmente rural ou totalmente urbano, já que ambos foram mesclados, pelos motivos citados. Ademais, muitos moradores urbanos trabalham na área rural e muitos moradores da área rural trabalham na área urbana. Para exemplificar esse fluxo, cite-se o caso de proprietários rurais que optaram por fixar residência na cidade e se locomovem diariamente para cuidar das demandas do trabalho no campo. Há também os chamados “panhadores”, profissionais que trabalham apenas no período da colheita de café, chamado de “panha de café”, que residem na cidade e, nas demais épocas do ano, se ocupam de outros trabalhos. Compõem ainda este quadro os moradores da área rural que trabalham na cidade, como os filhos de meeiros que preferiram trabalhar no comércio.

É preciso destacar que muitos povoados e comunidades rurais que surgiram na ocupação são chamados de “*córregos*” pelos moradores. Os *córregos* são compostos pelos sítios, pelas fazendas, pelas capelas, pelas vendas, pelas escolas e pelas casas. Barbosa (2009, p. 407) em sua obra histórica e analítica da região, aponta essa característica: “*na virada do século, os principais pontos da Serra do Caparaó, seus principais córregos e vales, já estavam ocupados*”. Embora as margens de muitos *córregos* tenham sido ocupadas e os nomes desses cursos d’água tenham sido usados para nomear as comunidades, os povoados passaram a ser chamados pelo nome genérico “*córrego*”, acrescido do nome próprio (ou topônimo), como relata Barbosa (2009, p. 435)¹⁰ acerca da cidade vizinha da Serra do Caparaó, chamada Divino: “Em pouco tempo, toda uma área da região de Divino tornou-se conhecida como “*Córrego dos Frossard*”.

Pode-se afirmar, então, que quando um morador faz referência a sua residência ou propriedade rural que fica no “*córrego*” (seguido de um topônimo), refere-se a uma comunidade rural que pode ou não estar próxima às margens de um riacho. A comunidade de Bragança, no município de Alto Caparaó, é chamada por muitos moradores de *Córrego do*

¹⁰ A acepção mais comum que se tem de *córrego* é a de sinônimo de riacho, conforme salienta Cunha: “*córrego* > CORRER.” Na etimologia de correr encontra-se: “Correr// **córrego** *sm.* ‘riacho’ XVI. Do lat. **corrugus*.” (CUNHA, 2013, p. 182-183). No entanto, naquela região o vocábulo *córrego* possui um sentido mais próximo de Bluteau e Silva: “CO’RRÉGO. caminho estreito entre os montes” (BLUTEAU; SILVA, 1789, p. 334). Para os moradores da área rural da Serra do Caparaó o *córrego* representa a vizinhança e a comunidade fixadas entre as montanhas.

Bragunça; contudo o nome não é proveniente de um riacho, mas de um apelido dado a um antigo morador. A esta alcunha, foi acrescida a palavra *córrego* pelos alto-caparaoenses. O registro nos dados levantados para esta pesquisa traz apenas Bragunça, sem o ‘córrego’ no início. Em Espera Feliz, existe uma comunidade chamada Córrego do Bananal, como se pode ver no rótulo da embalagem de doce vendido na feira da cidade, na Foto 6:

Foto 6 – Grafia da comunidade *Córrego do Bananal* em produto artesanal local



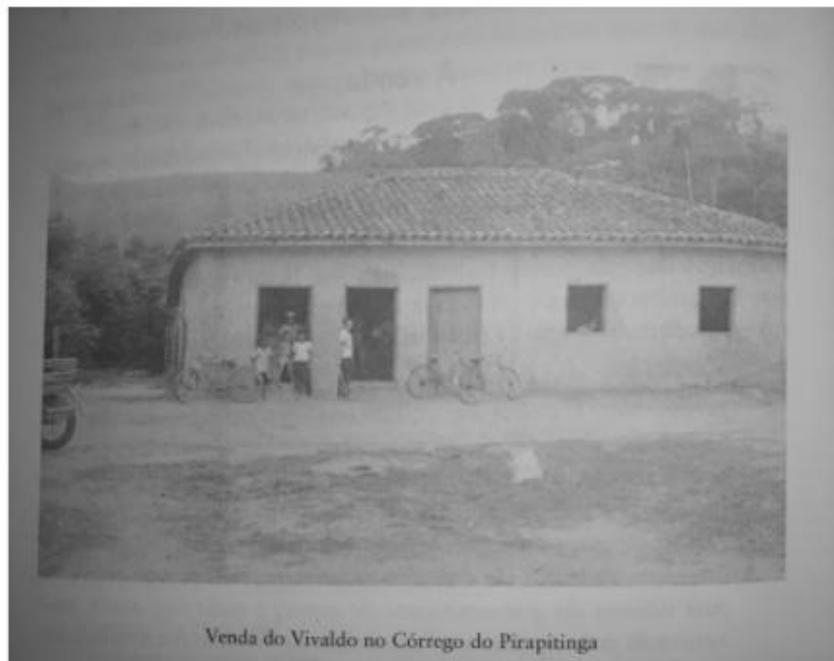
Fonte: Acervo pessoal.

Essa comunidade não aparece nos dados obtidos nas cartas do IBGE. Contudo, foi encontrado um curso d’água com esse nome no mapa de Espera Feliz (Córrego Bananal) e, encontrou-se também o topônimo Bananal em “Fazenda Bananal”, no mesmo município. É possível que o curso d’água tenha sido nomeado primeiro, e, posteriormente, a fazenda tenha dado nome ao povoado que se formou em torno dela. Como se viu em Barbosa (2009, p. 435), as comunidades foram se formando a partir das propriedades. Por costume, então, teriam os moradores passado a chamar a localidade de “Córrego do Bananal”. Levanta-se a hipótese de que houvesse ou até haja ainda um grande número de touceiras de bananeira na região e, daí, tenha surgido a denominação da localidade, da fazenda e do curso d’água.

Outra comprovação dessa característica é o uso da preposição *no* (em + artigo “o”) antes do topônimo: ... “teria chegado João Félix de Oliveira, com sua família, indo morar no Córrego da Ventania” (BARBOSA, 2009, p. 406). Logo, entende-se que não se mora “no” riacho, mas em uma localidade chamada “*córrego*”. Outros exemplos de Barbosa fazem menção a outra cidade da vizinhança da Serra do Caparaó, Manhumirim: “Todo o longo vale do Córrego do Pirapitinga era muito bonito” (BARBOSA, 2009, p. 363); “Haviam deixado

pela manhã a bela fazenda no Córrego do Lessa” (BARBOSA, 2009, p. 209); “Bom benzedor, melhor ainda, ‘costurador’, era o Sr. Joaquim Afonso no Córrego do Pirapetinga” (BARBOSA, 2009, p. 264); “Em seguida, veio João Félix de Oliveira, procedente de Catas Altas, que se estabeleceu na Ventania, e Geraldo Sabino, que possuiu o Córrego da Caatinga” (BARBOSA, 2009, p. 61). Conforme se vê pela Figura 4, o autor usa a preposição que indica lugar: “no córrego Pirapetinga”, na legenda da foto no livro.

Figura 4 – Venda do Vivaldo no Córrego do Pirapetinga



Fonte: BARBOSA (2009, p. 174).

Em seu estudo sobre a fala de moradores rurais do município mineiro de Luisburgo, distante aproximadamente cinquenta quilômetros do Caparaó, Dornelas de Carvalho (2014, p. 20) constata: “A estrutura rural do município de Luisburgo, assim como a organização rural da região, apresenta uma divisão peculiar, baseada em propriedades de determinadas famílias, denominadas ‘córregos’”. A autora compara os córregos aos bairros da estrutura rural paulista: “O ‘córrego’ é estruturado por ‘grupos rurais de vizinhança’ que na área paulista correspondem à definição tradicional de ‘bairro’ explicitada por Cândido” (DORNELAS DE CARVALHO, 2014, p. 20).

Antônio Cândido, em sua célebre obra, *Os parceiros do Rio Bonito*, resultado de um profundo e apurado estudo sobre a vida do caipira paulista, versa sobre o *bairro*:

Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoamento ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega (CÂNDIDO, 2001, p. 81).

Os povoados rurais (córregos e comunidades) na região do Caparaó se assemelham aos bairros descritos por Cândido. O autor ressalta que o bairro paulista é uma espécie de ponto de apoio para os moradores: “Este é, porém, o tipo de povoamento concentrado, que se estabelece os pontos de apoio da civilização; são centros de dominância em regiões mais ou menos amplas e de povoamento mais ou menos disperso. São o comércio, o lugar geralmente pouco habitado, a quem vêm os moradores da cercania quando precisam de sal, religião ou justiça” (CÂNDIDO, 2001, p. 76).

Da mesma forma acontece nos “córregos”. Neles os moradores encontram uma igreja ou capela, um pequeno comércio e, em muitos deles, já existem postos de saúde para atendimentos básicos. Os atuais moradores não têm mais necessidades tão primitivas, como o sal. Observa-se na região que os órgãos responsáveis pela saúde e pela educação estão tomando direções opostas: enquanto os agentes do Plano de Saúde Familiar percorrem as residências rurais e pequenos postos de atendimento estão sendo instalados, os alunos das comunidades são levados para estudar nas escolas urbanas, enquanto as rurais têm sido desativadas.

Embora haja semelhança na estrutura dos córregos, o município de Luisburgo possui uma população majoritariamente rural, ao passo que em dois dos municípios pesquisados neste trabalho, a população é, em sua maior parte, urbana. Alto Caparaó possuía, em 2010, segundo informa o IBGE, 74% dos habitantes na área urbana; Espera Feliz, por sua vez, 62% de área urbana. Caparaó, diferentemente, possuía 62% dos seus habitantes em área rural. Assim, mudanças do modo de vida e no acesso à tecnologia modificaram a dinâmica rural, permitindo que os moradores circulem pelos dois ambientes sociais.

Como se observará no Capítulo 4, que trata da apresentação dos dados, por questões didáticas e metodológicas, os córregos, enquanto cursos d’água, foram tratados com essa grafia, sem alteração. Os córregos que correspondem às comunidades foram tratados como córregos*, sinalizados com asterisco para diferenciá-los dos cursos d’água, e as comunidades foram tratadas como localidades.



Vale Verde (Alto Caparaó).

(Arquivo pessoal)

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo apresentam-se os dados coletados referentes aos acidentes físicos e humanos pertencentes às áreas rurais que se inserem em Alto Caparaó, Caparaó e Espera Feliz, municípios mineiros que, desmembrados do município de Carangola, no século XX, alcançaram autonomia, principalmente, em decorrência do trabalho nas lavouras de café. Como já mencionado no Capítulo 3, caracteriza-se, nessa região, o trabalho com a produção cafeeira pelo sistema de meação, o que fez com que a área, principalmente nas partes mais altas, atraísse colônias suíças e alemãs e delas recebessem influências diversas.

São apresentadas, a seguir, três fichas toponímicas, cada uma delas relativa aos municípios já mencionados: Alto Caparaó, Caparaó e Espera Feliz. Para alocar as fichas neste capítulo, selecionou-se o critério da ordem alfabética e não a ordem cronológica de emancipação dos municípios. Além disso, em cada ficha, os topônimos foram numerados, com o objetivo de facilitar a posterior quantificação dos dados.

À medida que os dados são expostos, nas fichas, será possível observar que alguns topônimos nomeiam mais de um acidente, tendo sido contabilizados apenas uma vez. As fichas contemplam, sobre cada topônimo: o acidente; o tipo de acidente; o topônimo, propriamente; a origem; a taxonomia; a natureza.

Para a correta compreensão da listagem dos dados, faz-se necessário ressaltar que, na região investigada, muitos povoados são chamados de “córregos” pelos moradores, embora nem sempre haja neles existência de córregos, no sentido de “cursos d’água”. Essa particularidade vocabular presente na região pesquisada foi exposta no Capítulo 3, e, pode-se compreender que a motivação para o nome tenha vindo da geografia do lugar, uma vez que dicionários costumam definir “córrego” como “caminho apertado entre montanhas”¹¹. Por se tratar de uma acepção desconhecida contemporaneamente, por questões didáticas e metodológicas, optou-se por tratar esse acidente humano como Córrego sinalizado com um asterisco para diferenciá-lo do acidente físico Córrego (curso d’água). Os demais povoados foram tratados como Localidades.

Somando-se os topônimos dos três municípios, têm-se um total de 199 acidentes. Os dados *Acidente e Topônimo* foram obtidos por meio de mapas do IBGE (2010).

¹¹ Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/c%C3%B3rrego>. Acesso em 30 mar. 2021.

4.1 ALTO CAPARAÓ

No Quadro 6 apresentam-se os dados relativos ao município de Alto Caparaó, com 36 topônimos.

Quadro 6 – Município de Alto Caparaó

N.º	Acidente	Tipo de Acidente A/F – físico A/H – humano	Topônimo	Origem	Taxonomia	Natureza do topônimo
1	Córrego do	A/F	Aleixo	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
2	Córrego Fazenda	A/F A/H	Algodão	Árabe/Espanhol	Fitotopônimo	Física
3	Município	A/H	Alto Caparaó	Híbrida: Português/Indígena	Dimensiotopônimo	Física
4	Sítio de	A/H	Antônio Vieira	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
5	Fazenda do	A/H	Bálsamo	Grego/Hebraico/Latim	Fitotopônimo/ Animotopônimo	Física/ Humana
6	Sítio	A/H	Bananal	Híbrida: Língua Africana (termo da Guiné)/Taíno (Índias Ocidentais) e sufixo <i>-al</i> , português.	Fitotopônimo	Física
7	Localidade Fazenda	A/H A/H	Boa Esperança	Português <Latim	Animotopônimo	Humana

8	Localidade	A/H	Bragunça	Incerta(Alcunha)	Antropotopônimo	Humana
9	Fazenda	A/H	Cachoeira	Português <Latim	Hidrotopônimo	Física
10	Rio Serra do	A/F A/F	Caparaó	Indígena	Ecotopônimo	Humana
11	Morro do	A/F	Cristal	Português <Latim	Litotopônimo	Física
12	Fazenda	A/H	Eduardo Gripp	Inglês/Alemão	Antropotopônimo	Humana
13	Ribeirão da	A/F	Fama	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
14	Sítio de	A/H	Francisco Aguiar	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
15	Cachoeira da	A/F	Fumaça	Português <Latim	Hidrotopônimo (Refere-se à neblina da queda d'água)	Física
16	Fazenda	A/H	Irmãos Ferreira	Português <Latim	Axiotopônimo	Humana
17	Fazenda	A/H	Joaquim Machado	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana

18	Rio	A/F	José Pedro	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
19	Córrego dos	A/F	Louzada	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
20	Sítio de	A/H	Nair dos Santos	Árabe/Português	Antropotopônimo	Humana
21	Córrego do	A/F	Ouro	Português <Latim	Litotopônimo	Física
22	Córrego	A/F	Pinheiro	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
23	Localidade	A/H	Pinheiros	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
24	Fazenda de	A/H	Rene Rabelo	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
25	Ribeirão	A/F	São Domingos	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
26	Córrego Fazenda	A/F A/H	São José	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
27	Córrego	A/F	São Pedro	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana

28	Fazenda de	A/H	Sebastião Tavares	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
29	Fazenda Localidade	A/H A/H	Taquaruna	Tupi	Fitotopônimo	Física
30	Córrego dos ¹² *	A/H	Tavares	Português <Latim	Antropotopônimo/	Física/Humana
31	Córrego Sítio	A/F A/H	Tempestade	Português <Latim	Meteorotopônimo	Física
32	Córrego Localidade	A/F A/H	Três Barras	Português <Latim	Numerotopônimo	Humana
33	Sítio	A/H	Vale Verde	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
34	Córrego dos Fazenda dos	A/F A/H	Valérios	Português < Latim	Antropotopônimo	Humana
35	Ribeirão	A/F	Vargem Alegre	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física

¹² O lugar pertence ao município de Alto Jequitibá, mas faz divisa com Alto Caparaó.

* Nos casos em que o acidente Córrego vier acompanhado de asterisco, ele representa um acidente humano, ou seja, uma localidade, conforme o exposto no Capítulo 3.

36	Fazenda	A/H	Vista Alegre	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
----	---------	-----	--------------	------------------	---------------	--------

Fonte: IBGE (2010). Elaborado pela autora.

No município de Alto Caparaó, há um total de 36 topônimos e 44 acidentes. Tem-se que os de ordem física são: cachoeira, córrego, morro, rio, ribeirão e serra. Por seu turno, os de ordem humana ou antropocultural são: localidade, fazenda, sítio, córrego* e município. A seguir, são descritos esses acidentes, de modo mais minucioso.

ACIDENTES FÍSICOS – Quantidade: 18

- **1 cachoeira:**
 1. da Fumaça (hidrotopônimo)
- **10 córregos:**
 1. Algodão (fitotopônimo)
 2. do Aleixo (antropotopônimo)
 3. do Ouro (litotopônimo)
 4. do Pinheiro (antropotopônimo)
 5. dos Louzada (antropotopônimo)
 6. dos Valérios (antropotopônimo)
 7. São José (hagiotopônimo)
 8. São Pedro (hagiotopônimo)
 9. Tempestade (meteorotopônimo)
 10. Três Barras (numerotopônimo)
- **1 morro:**
 1. do Cristal (litotopônimo)
- **3 ribeirões:**
 1. da Fama (animotopônimo)
 2. São Domingos (hagiotopônimo)
 3. Vargem Alegre (geomorfotopônimo)
- **2 rios:**
 1. Caparaó (ecotopônimo)
 2. José Pedro (antropotopônimo)

- **1 serra:**
 1. do Caparaó (ecotopônimo)

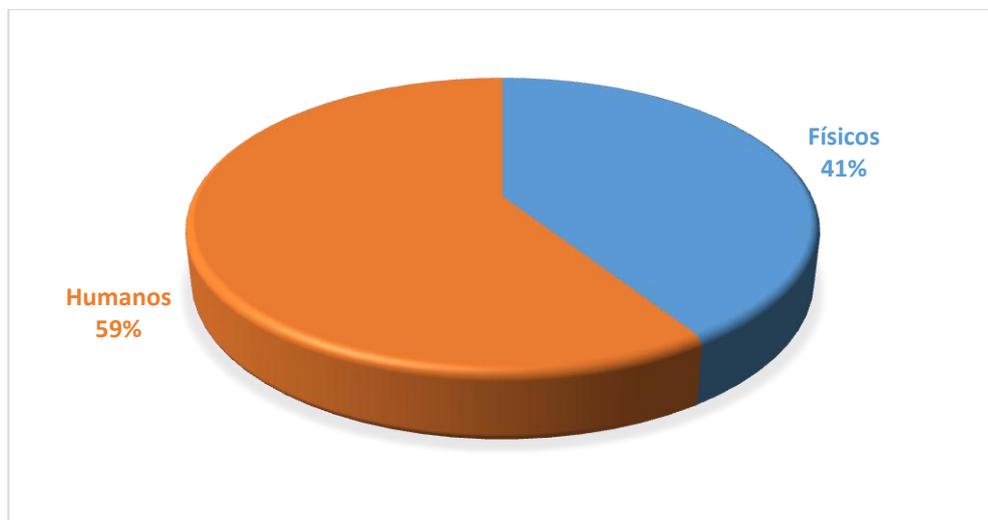
ACIDENTES HUMANOS – Quantidade: 26

- **1 Córrego***
 1. Tavares
- **5 localidades:**
 1. Boa Esperança (animotopônimo)
 2. Bragança (antropotopônimo)
 3. Pinheiros (antropotopônimo)
 4. Taquaruna (fitotopônimo)
 5. Três Barras (numerotopônimo)
- **13 fazendas:**
 1. Algodão (fitotopônimo)
 2. Boa Esperança (animotopônimo)
 3. Cachoeira (hidrotopônimo)
 4. de Rene Rabelo (antropotopônimo)
 5. de Sebastião Tavares (antropotopônimo)
 6. do Bálsamo (fitotopônimo)
 7. dos Valérios (antropotopônimo)
 8. Eduardo Gripp (antropotopônimo)
 9. Irmãos Ferreira (antropotopônimo)
 10. Joaquim Machado (antropotopônimo)
 11. São José (antropotopônimo)
 12. Taquaruna (fitotopônimo)
 13. Vista Alegre (animotopônimo)
- **1 município:**
 1. Alto Caparaó (dimensiotopônimo)
- **6 sítios:**
 1. Bananal (fitotopônimo)
 2. de Antônio Vieira (antropotopônimo)
 3. de Francisco Aguiar (antropotopônimo)
 4. de Nair dos Santos (antropotopônimo)
 5. Tempestade (meteorotopônimo)

6. Vale Verde (geomorfotopônimo)

Pelos dados elencados, é possível aferir que, dentro do total de 44 acidentes, os físicos correspondem a 41% (18 ocorrências) e, entre eles, predomina a existência de córregos (10 ocorrências). Os acidentes humanos somam 59% (26 ocorrências) e, entre eles, predominam as fazendas (13 ocorrências). Os dados acerca da natureza física e humana no município de Alto Caparaó encontram-se sistematizados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Acidentes Físicos e Humanos – Município de Alto Caparaó

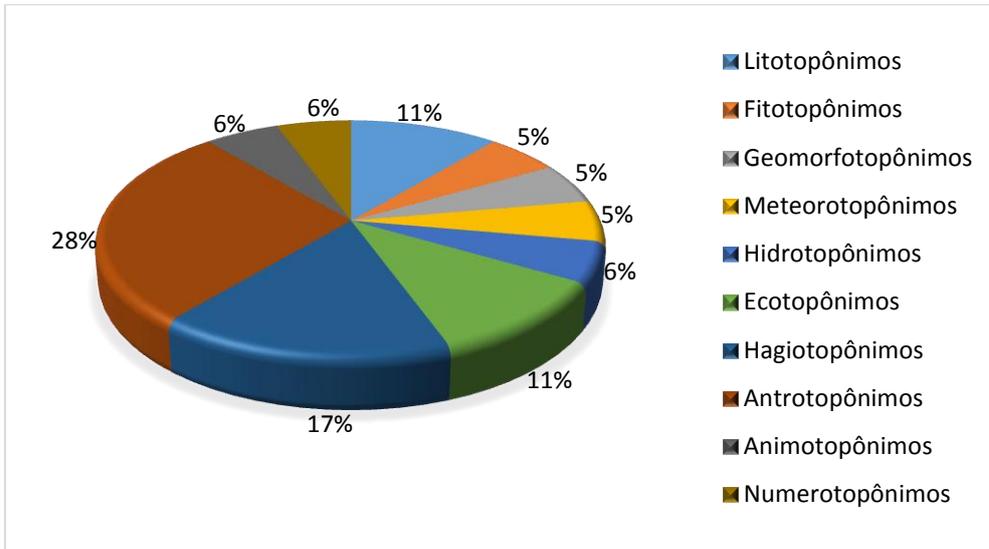


Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

A seguir, serão apresentados os resultados dos dados encontrados nesta pesquisa com relação aos quantitativos das taxonomias encontradas nos acidentes físicos e humanos para o município de Alto Caparaó. Cada gráfico traz o percentual dos dados, divididos pelas taxonomias que se fizeram presentes em cada caso. As análises relativas aos dados serão apresentadas no Capítulo 5 desta dissertação.

Primeiramente, seguem os dados sobre os acidentes físicos, expostos no Gráfico 2.

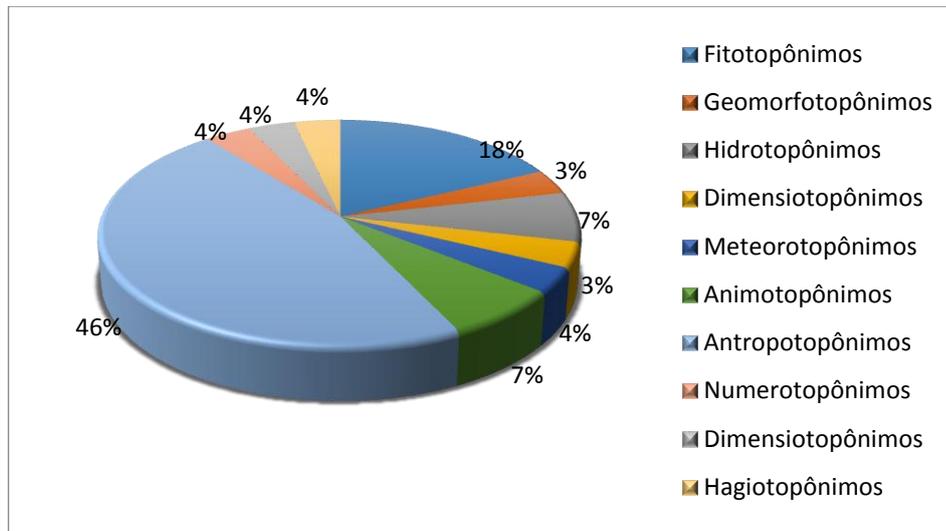
Gráfico 2 – Acidentes físicos – Taxonomias – Município de Alto Caparaó



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Em relação aos topônimos que nomeiam os 44 acidentes, verifica-se que, dos 18 acidentes físicos, predominam as taxonomias de natureza humana, com 12 ocorrências. Entre elas, se sobressai a antroponímia, com 28% do total. Na sequência estão os hidrotopônimos, com 17%; os ecotopônimos e litotopônimos atingiram o mesmo percentual (11%) de ocorrências. Numerotopônimos, animotopônimos e hagiotopônimos atingiram o índice de 6 % das ocorrências e, em menor número se encontram os fitotopônimos, os geomorfotopônimos e os meteorotopônimos, atingindo 5% do total dos dados. Na sequência, o Gráfico 3 apresenta os percentuais relativos aos acidentes humanos.

Gráfico 3 – Acidentes humanos – Taxonomias – Município de Alto Caparaó



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora. ;;

Nesses dados, observa-se a predominância das taxonomias de natureza humana, com 16 ocorrências. Percebe-se que a antroponímia figura em primeiro lugar, com 46% do total das ocorrências. Em segundo lugar estão os fitotopônimos (18%). Em menor número aparecem os meteorotopônimos, os numerotopônimos, os dimensiotopônimos, os dimensiotopônimos, os hagiotopônimos e os geomorfotopônimos, representando, cada um, 4% do total de ocorrências.

Os dados coletados no município de Alto Caparaó expõem ainda outras características relevantes: encontraram-se, entre os topônimos, casos que nomeiam mais de um acidente. São eles:

1. Algodão = córrego e fazenda;
2. Boa Esperança = comunidade e fazenda;
3. Caparaó = rio e serra;
4. São José = córrego e fazenda;
5. Taquaruna = comunidade e fazenda;
6. Tempestade – córrego e sítio;
7. Três Barras = córrego e comunidade;
8. Valérios = córrego e fazenda.

Feitas essas análises, seguem os dados relativos ao segundo município em tela nesta pesquisa: Caparaó.

4.2 CAPARAÓ

No Quadro 7 apresentam-se os dados relativos ao município de Caparaó, somando 52 topônimos.

Quadro 7 – Município de Caparaó

Nº	Acidente	Tipo de Acidente A/F – físico A/H – humano	Topônimo	Origem	Taxonomia	Natureza do topônimo
1.	Córrego dos Pedra dos	A/F A/F	Alves	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
2.	Fazenda	A/H	Americana	Português	Corotopônimo	Humana
3.	Córrego	A/F	Anta da Floresta	Híbrida: Árabe/Espanhol/ Língua Africana (Anta) Português <Latim (Floresta)	Zootopônimo	Física
4.	Córrego* Fazenda Córrego	A/F A/H A/H	Apolinária	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
5.	Fazenda	A/H	Areal	Português <Latim	Litotopônimo	Física
6.	Fazenda	A/H	Barra de São Pedro	Português <Latim Grego (Pedro)	Hidrotopônimo	Física

7.	Localidade	A/H	Boa Esperança	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
8.	Córrego Localidade Fazenda	A/F A/H A/H	Boa Vista	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
9.	Fazenda	A/H	Cachoeira	Português <Latim	Hidrotopônimo	Física
10.	Fazenda	A/H	Cachoeirinha	Português <Latim	Hidrotopônimo	Física
11.	Rio Município	A/F A/H	Caparaó	Tupi/ Guaraní	Ecotopônimo	Humana
12.	Morro do	A/F	Capim	Tupi	Fitotopônimo	Física
13.	Ribeirão Localidade Fazenda	A/F A/H A/H	Capim Roxo	Híbrida: Tupi (Capim) Português <Latim (Roxo)	Fitotopônimo	Física
14.	Localidade	A/H	Castorino	Incerta	Antropotopônimo	Humana
15.	Localidade	A/H	Comunidade Fazendinha	Português <Latim	Sociotopônimo	Humana
16.	Serra	A/F	Córrego D'anta	Híbrida: Português <Latim (Floresta) Árabe/Espanhol/Língua Africana (Anta)	Hidrotopônimo	Física

17.	Córrego	A/F	D'anta Floresta	Híbrida: Árabe/Espanhol/ Língua Africana (Anta) Português <Latim (Floresta)	Zootopônimo	Física
18.	Fazenda	A/H	Del- Rei	Português <Latim	Axiotopônimo	Humana
19.	Córrego	A/F	Deus-me-livre	Português <Latim	Dirrematopônimo	Humana
20.	Córrego Localidade Fazenda	A/F A/H A/H	Empoçado	Português <Latim	Hidrotopônimo	Física
21.	Fazenda	A/H	Esperança	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
22.	Ribeirão	A/F	Fama	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
23.	Fazenda	A/H	Flor da Mata	Português <Latim	Fitotopônimo	Física
24.	Fazenda	A/H	Floresta	Português <Latim	Fitotopônimo	Física
25.	Fazenda	A/H	Formiga	Português <Latim	Zootopônimo	Física
26.	Localidade	A/H	Galileia	Grego	Corotopônimo	Humana

27.	Córrego do Fazenda	A/F A/H	Garcia	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
28.	Córrego	A/F	Gramarim	Tupi	Fitotopônimo	Física
29.	Córrego Serra	A/F A/H	Grumarim	Tupi	Fitotopônimo	Física
30.	Fazenda	A/H	Guarulho	Tupi	Etnotopônimo	Humana
31.	Fazenda	A/H	Irmão Xavier	Português <Latim	Axiotopônimo	Humana
32.	Córrego	A/F	Jacutinga	Tupi	Zootopônimo	Física
33.	Córrego da	A/F	Lajinha	Controversa	Litotopônimo	Física
34.	Córrego Fazenda	A/F A/H	Montes Claros	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
35.	Cachoeira	A/F	Nico Amorim	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
36.	Igreja de	A/H	Nossa Senhora Aparecida	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
37.	Capela	A/H	Padre Júlio Maria	Português <Latim	Axiotopônimo	Humana

38.	Córrego Fazenda	A/F A/H	Palmital	Português <Latim	Fitotopônimo	Física
39.	Fazenda	A/H	Pedro Gomes	Híbrida:Grego/Português	Antropotopônimo	Humana
40.	Córrego do Fazenda	A/F	Penedo	Português <Latim	Litotopônimo	Física
41.	Córrego do Serra do Fazenda do	A/F A/F A/H	Rochedo	Português <Latim	Litotopônimo	Física
42.	Fazenda	A/H	Roseira	Português <Latim	Fitotopônimo	Física
43.	Capela	A/H	Santa Luzia	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
44.	Córrego Localidade Igreja de	A/F A/H A/H	Santa Rita	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
45.	Igreja de	A/H	São João Batista	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
46.	Fazenda	A/H	São Salvador	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
47.	Capela	A/H	São Sebastião	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana

48.	Capela	A/H	São Sebastião da Boa Vista	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
49.	Córrego Fazenda Capela de	A/F A/H A/H	São Vicente	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
50.	Fazenda	A/H	Serra dos Alves	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
51.	Córrego Fazenda	A/F A/H	Vai-volta	Português <Latim	Dirrematopônimo	Humana
52.	Fazenda	A/H	Xadrez	Árabe/Persa/Sânscrito	Ergotopônimo	Humana

Fonte: IBGE (2010). Elaborado pela autora.

No município de Caparaó, têm-se o número de 52 topônimos e 74 acidentes. Foram encontrados os seguintes acidentes físicos: cachoeira, córrego, morro, rio, ribeirão, serra, cachoeira e pedra. Os acidentes humanos são: localidade, fazenda, município, córrego*, igreja e capela. Todos os dados se encontram descritos de forma minuciosa, na sequência.

ACIDENTES FÍSICOS – Quantidade: 27

- **1 cachoeira:**
 1. Nico Amorim (antropotopônimo)
- **1 pedra:**
 1. dos Alves (antropotopônimo)
- **1 rio:**
 1. Caparaó (ecotopônimo)
- **1 morro:**
 1. do Capim (fitotopônimo)
- **2 ribeirões:**
 1. Capim Roxo (fitotopônimo)
 2. Fama (animotopônimo)
- **3 serras:**
 1. Córrego D'anta (hidrotopônimo)
 2. do Rochedo (litotopônimo)
 3. Grumarim (fitotopônimo)
- **18 córregos:**
 1. Anta da Floresta (zootopônimo)
 2. dos Alves (antropotopônimo)
 3. Apolinária (antropotopônimo)
 4. Boa Vista (animotopônimo)
 5. D'anta Floresta (zootopônimo)
 6. Deus-me-livre (dirrematopônimo)
 7. Emçoçado (hidrotopônimo)
 8. do Garcia (antropotopônimo)
 9. Gramarim (fitotopônimo)
 10. Grumarim (fitotopônimo)
 11. Jacutinga (zootopônimo)

12. da Lajinha (geomorfotopônimo)
13. Montes Claros (geomorfotopônimo)
14. Palmital (fitotopônimo)
15. Penedo (litotopônimo)
16. Rochedo (litotopônimo)
17. Santa Rita (hagiotopônimo)
18. São Vicente (hagiotopônimo)
19. Vai-volta (dirrematopônimo)

ACIDENTES HUMANOS – Quantidade: 47

- **1 município:**
 1. Caparaó (ecotopônimo)
- **1 córrego***
 1. Apolinária
- **28 fazendas:**
 1. Americana (corotopônimo)
 2. Apolinária (antropotopônimo)
 3. Areal (litotopônimo)
 4. Barra de São Pedro (hidrotopônimo)
 5. Boa Vista (animotopônimo)
 6. Cachoeira (hidrotopônimo)
 7. Cachoeirinha (hidrotopônimo)
 8. Capim Roxo (fitotopônimo)
 9. Del- Rei (axiotopônimo)
 10. Empoçado (hidrotopônimo)
 11. Esperança (animotopônimo)
 12. Flor da Mata (fitotopônimo)
 13. Floresta (fitotopônimo)
 14. Formiga (zootopônimo)
 15. Garcia (antropotopônimo)
 16. Guarulho (etnotopônimo)
 17. Irmão Xavier (antropotopônimo)
 18. Montes Claros (geomorfotopônimo)

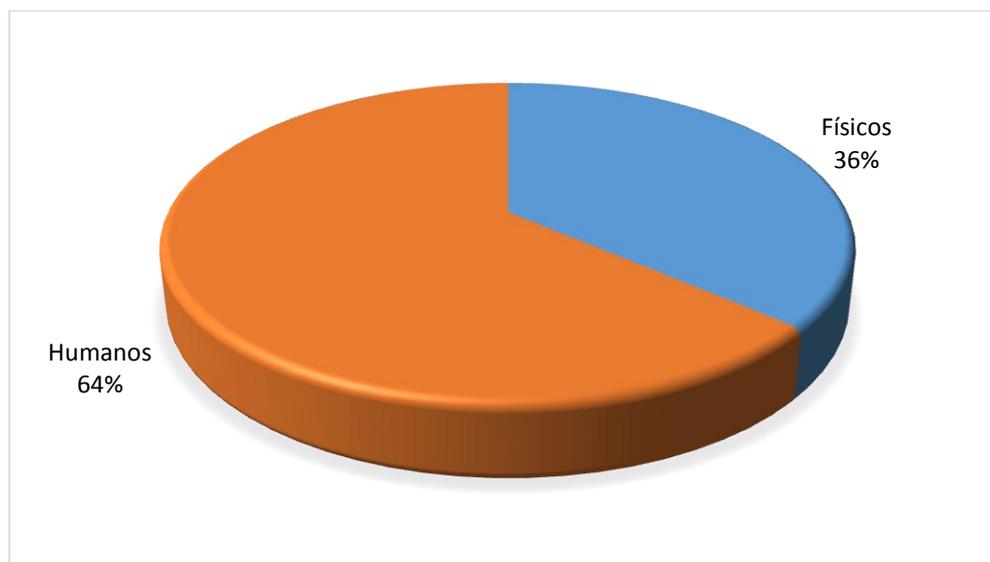
19. Palmital (fitotopônimo)
 20. Pedro Gomes (antropotopônimo)
 21. Penedo (litotopônimo)
 22. do Rochedo (litotopônimo)
 23. Roseira (fitotopônimo)
 24. São Salvador (hagiotopônimo)
 25. São Vicente (hagiotopônimo)
 26. Serra dos Alves (geomorfotopônimo)
 27. Vai-volta (dirrematopônimo)
 28. Xadrez (ergotopônimo)
- **9 localidades:**
 1. Boa Esperança (animotopônimo)
 2. Boa Vista (animotopônimo)
 3. Capim Roxo (fitotopônimo)
 4. Castorino (antropotopônimo)
 5. Comunidade Fazendinha (polipotopônimo)
 6. Apolinária (Antropotopônimo)
 7. Empoçado (hidrotopônimo)
 8. Galileia (corotopônimo)
 9. Santa Rita (hagiotopônimo)
 - **3 igrejas:**
 1. Nossa Senhora Aparecida (hierotopônimo)
 2. Santa Rita (hagiotopônimo)
 3. São João Batista (hagiotopônimo)
 - **5 capelas:**
 1. Padre Júlio Maria (axiotopônimo)
 2. Santa Luzia (hagiotopônimo)
 3. São Sebastião (hagiotopônimo)
 4. São Sebastião da Boa Vista (hagiotopônimo)
 5. São Vicente (hagiotopônimo)

Por meio dos dados dos quais se dispõe, pode-se perceber que, dentro do total de 74 acidentes, os físicos correspondem a 27 ocorrências (36%) e, entre eles, prevalecem os

córregos (19 ocorrências). Por sua vez, os acidentes humanos equivalem a 64% (47 ocorrências) e, entre eles, predominam as fazendas (28 ocorrências).

Os dados acerca da natureza física e humana no município de Alto Caparaó encontram-se sistematizados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Acidentes físicos e humanos – Município de Caparaó

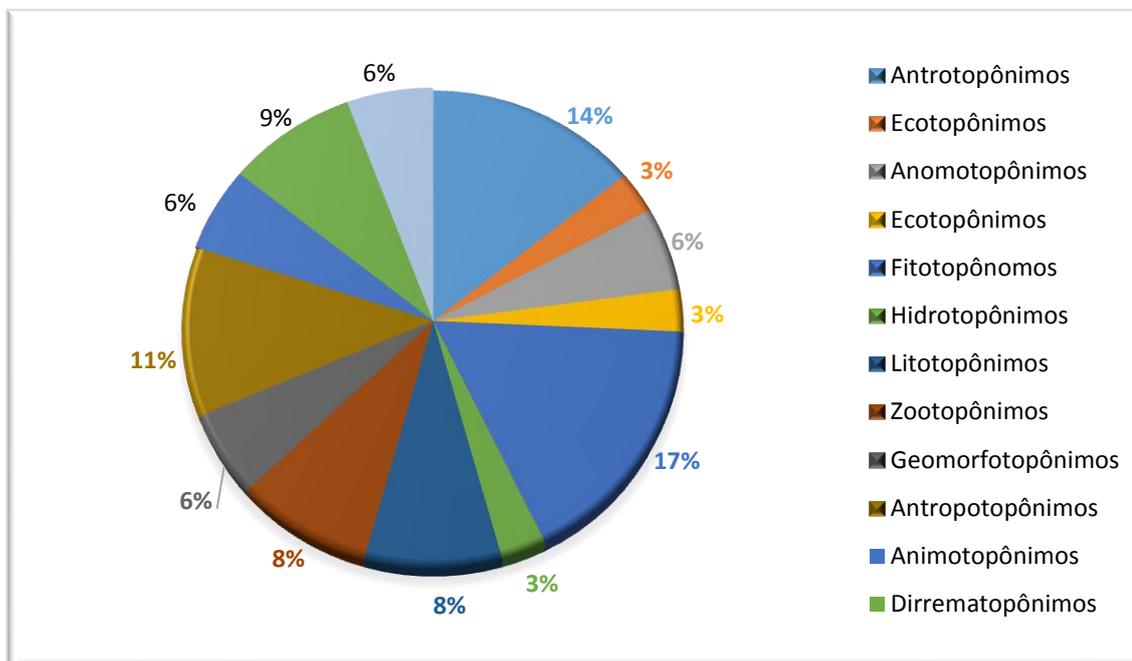


Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Na sequência, apresentam-se os resultados dos dados encontrados nesta pesquisa com relação aos quantitativos das taxonomias de natureza física e humana para o município de Caparaó. Cada gráfico traz o percentual dos dados, divididos pelas taxonomias que se fizeram presentes em cada caso. As análises relativas aos dados, conforme já mencionado, serão apresentadas no Capítulo 5 desta dissertação.

Seguem, em primeiro lugar, os dados sobre as taxonomias nos acidentes físicos, expostos no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Acidentes físicos – Taxonomias – Município de Caparaó

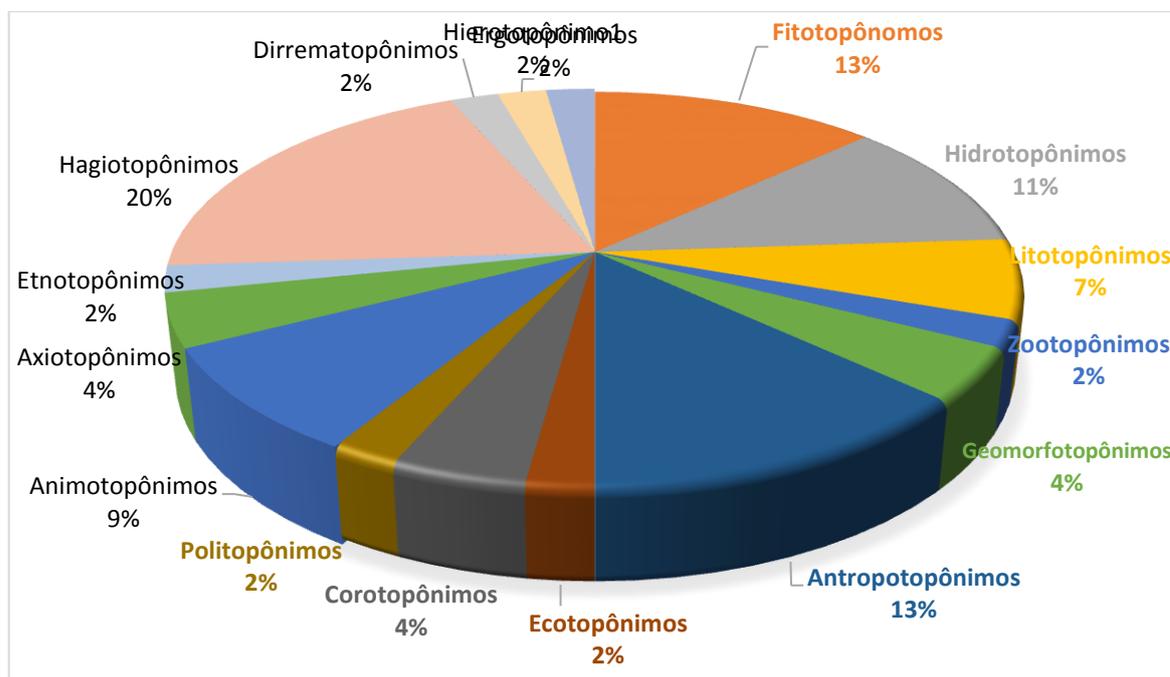


Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Por meio dos dados, percebe-se que entre os 27 acidentes de natureza física, predominam as taxas de natureza física, com 17 ocorrências, das quais a categoria mais produtiva foi a dos fitotopônimos (6 topônimos), seguida dos antropotopônimos (4 ocorrências) e a de menor ocorrência correspondeu aos ecotopônimos e hidrotopônimos (1 ocorrência cada um).

Seguem, por seu turno, os dados sobre as taxonomias encontradas nos acidentes humanos, expostos no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Acidentes humanos – Taxonomias – Município de Caparaó



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Os dados demonstram que entre os 47 acidentes humanos, predominam as taxas de natureza humana, com 25 ocorrências. A categoria que se mostrou mais produtiva foi a dos hagiopotopônimos (9 topônimos), seguida dos antropopotopônimos (6 ocorrências), a qual empatou-se com os fitopotopônimos (também com 6 ocorrências). As categorias com menor número de ocorrências correspondem aos ecopotopônimos, zootopônimos, politopônimos, etnotopônimos, dirrematopotopônimos e ergopotopônimos, com apenas 1 ocorrência cada um.

No município de Caparaó foram encontrados 14 topônimos que nomeiam, ao mesmo tempo, dois ou três acidentes. São eles:

1. Alves (córrego e pedra)
2. Apolinária (córrego, fazenda e córrego*)
3. Boa Vista (córrego, comunidade e fazenda)
4. Caparaó (rio e município)
5. Capim Roxo (ribeirão, comunidade e fazenda)
6. Empossado (córrego, comunidade e fazenda)
7. Garcia (córrego e fazenda)
8. Grumarim (córrego e serra)
9. Montes Claros (córrego e fazenda)

10. Morro Seco (córrego e comunidade)
11. Palmital (córrego e fazenda)
12. Rochedo (córrego, serra e fazenda)
13. Santa Rita (córrego e comunidade)
14. São Vicente (córrego, comunidade e capela)

A seguir, apresentam-se os dados relativos ao terceiro município pesquisado: Espera Feliz.

4.3 ESPERA FELIZ

No Quadro 8 apresentam-se os dados relativos ao município de Espera Feliz, totalizando 111 topônimos.

Quadro 8 – Município de Espera Feliz

Nº	Acidente	Tipo de Acidente A/F – físico A/H – humano	Topônimo	Origem	Taxonomia	Natureza do Topônimo
1.	Sítio de	A/H	Achiles	Grego/ Português	Antropotopônimo	Humana
2.	Igreja	A/H	Adventista do Sétimo Dia	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
3.	Localidade	A/H	Água Espalhada	Português <Latim	Hidrotopônimo	Física
4.	Fazenda	A/H	Água Limpa	Português <Latim	Hidrotopônimo	Física
5.	Córrego dos Córrego dos*	A/F	Alves	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
		A/H			Antropotopônimo	Humana
6.	Córrego do Fazenda	A/F	Angola	Língua africana/Banto	Corotopônimo	Humana
		A/H				
7.	Fazenda	A/H	Areal	Português <Latim	Litotopônimo	Física

8.	Córrego Fazenda	A/F A/H	Areia Branca	Português <Latim	Litotopônimo	Física
9.	Igreja	A/H	Assembleia de Deus	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
10.	Fazenda Córrego	A/H A/F	Bananal	Híbrida:Língua africana/ Guiné /Taino Índias Ocidentais, sufixo <i>-al</i> , português	Fitotopônimo	Física
11.	Fazenda	A/H	Bananeira	Língua africana/Guiné /Taino Índias Ocidentais, sufixo <i>-eira</i> português	Fitotopônimo	Física
12.	Fazenda	A/H	Bela Aurora	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
13.	Fazenda Localidade	A/H A/H	Boa Esperança	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
14.	Córrego da Fazenda Sítio	A/F A/H A/H	Boa sorte	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
15.	Fazenda	A/H	Boa Vista	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
16.	Fazenda	A/H	Boiadeiro	Português <Latim	Sociotopônimo	Humana
17.	Córrego Fazenda Localidade	A/F A/H A/H	Bonfim	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana

18.	Córrego do*	A/H	Brejo	Português/ Latim/Árabe	Litotopônimo	Física
19.	Morro da	A/F	Canoa	Castelhano/Aruaque	Ergotopônimo	Humana
20.	Rio	A/F	Caparaó	Híbrida:Tupi/ outra língua indígena	Ecotopônimo	Humana
21.	Ribeirão	A/F	Chalê	Português <Francês	Ecotopônimo	Humana
22.	Localidade	A/F	Chalet	Português <Francês	Ecotopônimo	Humana
23.	Fazenda	A/H	Chalét	Português <Francês	Ecotopônimo	Humana
24.	Córrego	A/F	Comadre	Português <Latim	Axiotopônimo	Humana
25.	Localidade	A/H	Comunidade de Fátima	Português <Latim	Sociotopônimo	Humana
26.	Morro da	A/F	Conceição	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
27.	Fazenda	A/H	Contendas	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
28.	Fazenda	A/H	Córrego da Preguiça ¹³	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física

¹³ Este topônimo foi classificado como geomorfotopônimo, já que sua motivação não é hídrica, ou seja, não há um curso de água nas proximidades. Acredita-se que a motivação esteja ligada à topografia, ou seja, a um lugar estreito entre as montanhas.

29.	Fazenda	A/H	Córrego Grande ¹⁴	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
30.	Fazenda	A/H	Córrego Ventania ¹⁵	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
31.	Localidade	A/H	Cruzeiro	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
32.	Capela do	A/H	Divino Espírito Santo	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
33.	Fazenda de	A/H	Durvalino P. de Souza	Híbrida:Português/ Germânico	Antropotopônimo	Humana
34.	Córrego Fazenda Localidade	A/F A/H A/H	Escuridão	Português <Latim	Cromotopônimo	Humana
35.	Município	A/H	Espera Feliz	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
36.	Localidade	A/H	Forquilha	Português <Latim	Morfotopônimo	Física
37.	Córrego* Córrego	A/H A/F	Grande	Português <Latim	Dimensiotopônimo	Física Física/Humana
38.	Serra	A/F	Grumarim	Tupi (?)	Fitotopônimo	Física

¹⁴A classificação deste topônimo segue a mesma diretriz adotada no topônimo Córrego da Preguiça.

¹⁵ *idem*.

39.	Fazenda	A/H	Ipê	Tupi	Fitotopônimo	Física
40.	Fazenda de	A/H	Jaci Cabral	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
41.	Fazenda	A/H	Jaci de Lima	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
42.	Sítio	A/H	João Tomas Pontes	Português	Antropotopônimo	Humana
43.	Fazenda de	A/H	Joaquim Figueira	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
44.	Vila	A/H	Klabin	Não encontrada	Antropotopônimo	Humana
45.	Córrego da*	A/H	Limeira	Português <Latim	Fitotopônimo	Física
46.	Fazenda	A/H	Limoeiro	Português <Latim	Fitotopônimo	Física
47.	Fazenda	A/H	Manoel L. Oliveira	Português	Antropotopônimo	Humana
48.	Localidade	A/H	Moinho Grande	Português <Latim	Ergotopônimo	Humana
49.	Córrego Localidade	A/F A/H	Moinho Velho	Português <Latim	Ergotopônimo	Humana
50.	Localidade Fazenda	A/H A/H	Monho Grande	Português <Latim	Ergotopônimo	Humana
51.	Fazenda	A/H	Monte Feliz	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física

52.	Localidade Capela Fazenda	A/H A/H A/H	Monte Verde	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
53.	Fazenda	A/H	Montes Claros	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
54.	Córrego	A/F	Morro Seco	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
55.	Localidade	A/H	Munho Grande	Português <Latim	Ergotopônimo	Humana
56.	Fazenda de	A/H	Nazareno Grilo	Português <Latim	Antropotopônimo	Humana
57.	Capela	A/H	Nossa Senhora Aparecida	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
58.	Capela	A/H	Nossa Senhora da Aparecida	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
59.	Capela	A/H	Nossa Senhora da Conceição	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
60.	Capela	A/H	Nossa Senhora da Consolação	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
61.	Capela	A/H	Nossa Senhora das Graças	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
62.	Capela	A/H	Nossa Senhora de Fátima	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
63.	Capela	A/H	Nossa Senhora de Lourdes	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana

64.	Capela	A/H	Nossa Senhora da Esperança	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
65.	Localidade	A/H	Pão-de-ló	Português/Alemão	Ergotopônimo	Humana
66.	Córrego Localidade Fazenda	A/F A/H A/H	Paraíso	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
67.	Localidade Fazenda	A/H A/H	Pedra Menina	Português <Latim	Litotopônimo	Física
68.	Córrego Fazenda	A/F A/H	Pedra Negra	Português <Latim	Litotopônimo	Física
69.	Vila	A/H	Pelegrine	Italiano	Antropotopônimo	Humana
70.	Córrego	A/H	Peroba	Tupi	Fitotopônimo	Física
71.	Córrego da Fazenda da	A/F A/H	Prata	Português <Latim	Litotopônimo	Física
72.	Localidade	A/H	Quicé	Tupi	Ergotopônimo	Humana
73.	Fazenda	A/H	Recanto	Português <Latim	Sociotopônimo	Humana
74.	Fazenda do Fazenda	A/H A/H	Retiro	Português <Latim	Sociotopônimo	Humana
75.	Sítio	A/H	Retiro do Mato Dentro	Português <Latim	Sociotopônimo	Humana

76.	Capela	A/H	Santa Clara	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
77.	Fazenda	A/H	Santa Cruz	Português <Latim	Hierotopônimo	Humana
78.	Capela Fazenda	A/H A/H	Santa Margarida	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
79.	Sítio	A/H	Santa Maria	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
80.	Córrego Fazenda	A/F A/H	Santa Rita	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
81.	Localidade	A/H	Santo Amaro	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
82.	Córrego Igreja	A/F A/H	Santo Antônio	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
83.	Capela	A/H	São Cristóvão	(Povoado)	Hagiotopônimo	Humana
84.	Ribeirão Fazenda Capela	A/F A/H A/H	São Domingos	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
85.	Fazenda	A/H	São Felipe	Português <Latim < Grego	Hagiotopônimo	Humana
86.	Córrego Fazenda	A/F A/F	São Filipe	Português <Latim Grego	Hagiotopônimo	Humana

87.	Fazenda	A/H	São Geraldo	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
88.	Capela Localidade Fazenda	A/H A/H A/H	São Gonçalo	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
89.	Rio	A/F	São João	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
90.	Capela	A/H	São João Batista	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
91.	Localidade	A/H	São João da Farinha	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
92.	Córrego Fazenda	A/F A/H	São José	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
93.	Localidade Igreja de	A/H A/H	São José da Pedra Menina	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
94.	Capela	A/H	São Paulo	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
95.	Igreja de	A/H	São Pedro	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
96.	Igreja de	A/H	São Sebastião	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana
97.	Localidade	A/H	São Sebastião da Barra	Português <Latim	Hagiotopônimo	Humana

98.	Fazenda de	A/H	Saul Barbosa	Híbrida: Português/Hebraico	Antropotopônimo	Humana
99.	Córrego Fazenda	A/F A/H	Serrinha	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
100	Sítio	A/H	Simão Medis	Português <Latim Hebraico	Antropotopônimo	Humana
101	Córrego Fazenda	A/F A/H	Soledade	Espanhol	Animotopônimo	Humana
102	Córrego Serra do Fazenda Localidade	A/F A/F A/H A/H	Taboão	Tupi/ Português Sufixo - <i>ão</i>	Fitotopônimo	Física
103	Localidade	A/H	Taboão de Cima	Tupi/ Português Sufixo - <i>ão</i>	Fitotopônimo	Física
104	Fazenda	Tabuleiro	Tabuleiro	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
105	Fazenda	A/H	Tamboril	Tupi	Fitotopônimo	Física
106	Córrego Serra Localidade Fazenda Sítio	A/F A/F A/H A/H A/H	Vargem Alegre	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física

107	Fazenda	A/H	Vargem Alegre de Irene Peixoto	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
108	Fazenda	A/H	Vargem Alegre de Joaquim Mineiro	Português <Latim	Geomorfotopônimo	Física
109	Córrego Fazenda	A/F A/H	Ventania	Português <Latim	Meteorotopônimo	Física
110	Fazenda	A/H	Vista Alegre	Português <Latim	Animotopônimo	Humana
111	Sítio	A/H	Volta da Eireira	Português <Latim	Morfotopônimo	Física

Fonte: IBGE (2010). Elaborado pela autora.

No município de Espera Feliz, têm-se o número de 111 topônimos e 155 acidentes. Foram encontrados os seguintes, físicos: córrego, morro, rio, ribeirão e serra. Os humanos ou antropoculturais presentes são: sítio, localidade, fazenda, vila, córrego*, igreja e capela. Os dados, em sua totalidade, se encontram descritos de forma minuciosa, na sequência.

ACIDENTES FÍSICOS – Quantidade: 35

- **2 rios:**
 1. Caparaó (ecotopônimo)
 2. São João (hagiotopônimo)
- **3 serras:**
 1. Grumarim (fitotopônimo)
 2. do Taboão (fitotopônimo)
 3. Vargem Alegre (geomorfotopônimo)
- **3 ribeirões:**
 1. Chalê (ecotopônimo)
 2. São Domingos (hagiotopônimo)
 3. Grumarim (fitotopônimo)
- **3 morros:**
 1. da Canoa (ergotopônimo)
 2. da Conceição (antropotopônimo)
 3. Caparaó (ecotopônimo)
- **24 Córregos:**
 1. dos Alves (antropotopônimo)
 2. do Angola (corotopônimo)
 3. Areia Branca (litotopônimo)
 4. Bananal (fitotopônimo)
 5. Boa sorte (animotopônimo)
 6. Bonfim (hierotopônimo)
 7. Comadre (axiotopônimo)
 8. Escuridão (cromotopônimo)
 9. Grande (dimensiotopônimo)
 10. Moinho Velho (ergotopônimo)
 11. Morro Seco (geomorfotopônimo)

12. Paraíso (animotopônimo)
13. Pedra Negra (litotopônimo)
14. Peroba (fitotopônimo)
15. Prata (litotopônimo)
16. Santa Rita (hagiotopônimo)
17. Santo Antônio (hagiotopônimo)
18. São Filipe (hagiotopônimo)
19. São José (hagiotopônimo)
20. Serrinha (geomorfotopônimo)
21. Soledade (animotopônimo)
22. Taboão (fitotopônimo)
23. Vargem Alegre (geomorfotopônimo)
24. Ventania (meteorotopônimo)

ACIDENTES HUMANOS – Quantidade: 120

- **1 município:**
 1. Espera Feliz (animotopônimo)
- **2 vilas:**
 1. Klabin (antropotopônimo)
 2. Pelegrini (antropotopônimo)
- **4 córregos ***
 1. dos Alves
 2. do Brejo
 3. Grande
 4. Limeira
- **6 igrejas:**
 1. Adventista do Sétimo Dia (hierotopônimo)
 2. Assembleia de Deus (hierotopônimo)
 3. Santo Antônio (hagiotopônimo)
 4. São José da Pedra Menina (hagiotopônimo)
 5. São Pedro (hagiotopônimo)
 6. São Sebastião (hagiotopônimo)

- **8 sítios:**
 1. de Achiles (antropotopônimo)
 2. Boa Sorte (animotopônimo)
 3. João Tomas Pontes (antropotopônimo)
 4. Retiro do Mato Dentro (sociotopônimo)
 5. Santa Maria (hagiotopônimo)
 6. Simão Medis (antropotopônimo)
 7. Vargem Alegre (geomorfotopônimos)
 8. Volta da Eireira (morfotopônimo)
- **17 capelas:**
 1. do Divino Espírito Santo (hierotopônimo)
 2. Monte Verde (geomorfotopônimo)
 3. Nossa Senhora Aparecida (hierotopônimo)
 4. Nossa Senhora da Aparecida (hierotopônimo)
 5. Nossa Senhora da Conceição (hierotopônimo)
 6. Nossa Senhora da Consolação (hierotopônimo)
 7. Nossa Senhora das Graças (hierotopônimo)
 8. Nossa Senhora de Fátima (hierotopônimo)
 9. Nossa Senhora de Lourdes (hierotopônimo)
 10. Nossa Senhora da Esperança (hierotopônimo)
 11. Santa Clara (hagiotopônimo)
 12. Santa Margarida (hagiotopônimo)
 13. São Cristóvão (hagiotopônimo)
 14. São Domingos (hagiotopônimo)
 15. São Gonçalo (hagiotopônimo)
 16. São João Batista (hagiotopônimo)
 17. São Paulo (hagiotopônimo)
- **25 localidades:**
 1. Água Espalhada (hidrotopônimo)
 2. Boa Esperança (animotopônimo)
 3. Bonfim (hierotopônimo)
 4. Chalet (ecotopônimo)
 5. Comunidade de Fátima (sociotopônimo)

6. Cruzeiro (hierotopônimo)
 7. Escuridão (cromotopônimo)
 8. Forquilha (morfotopônimo)
 9. Moinho Grande (ergotopônimo)
 10. Moinho Velho (ergotopônimo)
 11. Monho Grande (ergotopônimo)
 12. Monte Verde (geomorfotopônimo)
 13. Munho Grande (ergotopônimo)
 14. Pão-de-ló (ergotopônimo)
 15. Paraíso (animotopônimo)
 16. Pedra Menina (litotopônimo)
 17. Quicé (ergotopônimo)
 18. Santo Amaro (hagiotopônimo)
 19. São Gonçalo (hagiotopônimo)
 20. São João da Farinha (hagiotopônimo)
 21. São José da Pedra Menina (hagiotopônimo)
 22. São Sebastião da Barra (hagiotopônimo)
 23. Taboão (fitotopônimo)
 24. Taboão de cima (fitotopônimo)
 25. Vargem Alegre (geomorfotopônimo)
- **57 fazendas:**
 1. Água Limpa (hidrotopônimo)
 2. Angola (corotopônimo)
 3. Areal (litotopônimo)
 4. Areia Branca (litotopônimo)
 5. Bananal (fitotopônimo)
 6. Bananeira (fitotopônimo)
 7. Bela Aurora (animotopônimo)
 8. Boa esperança (animotopônimo)
 9. Boa Sorte (animotopônimo)
 10. Boa Vista (animotopônimo)
 11. Boiadeiro (sociotopônimo)
 12. Bonfim (hierotopônimo)

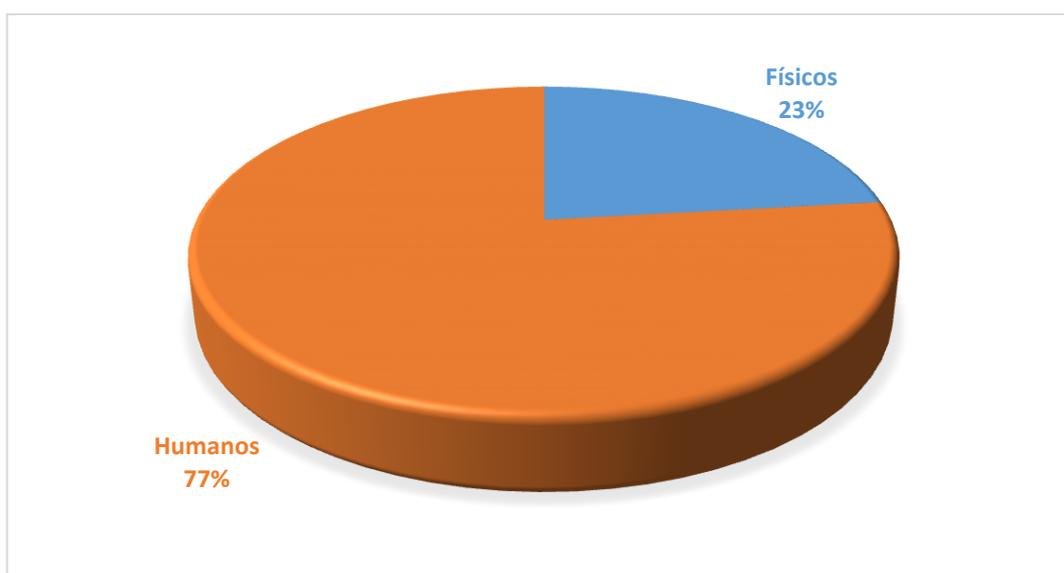
13. Chalét (ecotopônimo)
14. Contendas (animotopônimo)
15. Córrego da Preguiça (animotopônimo)
16. Córrego Grande (geomorfotopônimo)
17. Córrego Ventania (geomorfotopônimo)
18. Durvalino P. de Souza (antropotopônimo)
19. Escuridão (cromotopônimo)
20. Ipê (fitotopônimo)
21. Jaci Cabral (antropotopônimo)
22. Jaci de Lima (antropotopônimo)
23. Joaquim Figueira (antropotopônimo)
24. Limoeiro (fitotopônimo)
25. Manoel L. Oliveira (antropotopônimo)
26. Monho Grande (ergotopônimo)
27. Monte Feliz (geomorfotopônimo)
28. Monte Verde (geomorfotopônimo)
29. Montes Claros (geomorfotopônimo)
30. de Nazareno Grilo (antropotopônimo)
31. Paraíso (animotopônimo)
32. Pedra menina (litotopônimo)
33. Pedra negra (litotopônimo)
34. da Prata (litotopônimo)
35. Recanto (sociotopônimo)
36. do Retiro (sociotopônimos)
37. Retiro (sociotopônimo)
38. Santa Cruz (hierotopônimo)
39. Santa Margarida (hagiotopônimo)
40. Santa Rita (hagiotopônimo)
41. São Domingos (hagiotopônimo)
42. São Felipe (hagiotopônimo)
43. São Filipe (hagiotopônimo)
44. São Geraldo (hagiotopônimo)
45. São Gonçalo (hagiotopônimo)

46. São José (hagiotopônimo)
47. Saul Barbosa (antropotopônimo)
48. Serrinha (geomorfotopônimo)
49. Soledade (animotopônimo)
50. Taboão (fitotopônimo)
51. Tabuleiro (geomorfotopônimo)
52. Tamboril (fitotopônimo)
53. Vargem Alegre (geomorfotopônimo)
54. Vargem Alegre de Irene Peixoto (geomorfotopônimo)
55. Vargem Alegre de Joaquim Mineiro (geomorfotopônimo)
56. Ventania (meteorotopônimo)
57. Vista Alegre (animotopônimo)

Por meio dos dados listados, pode-se perceber que, dentro do total de 155 acidentes, os físicos correspondem a 35 ocorrências (23%) e, entre eles, prevalecem os córregos (24 ocorrências). Por sua vez, os acidentes humanos equivalem a 120 ocorrências (77%) e, entre eles, predominam as fazendas (57 ocorrências).

Os dados acerca dos acidentes físicos e humanos no município de Espera Feliz encontram-se sistematizados no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Acidentes físicos e humanos – Município de Espera Feliz

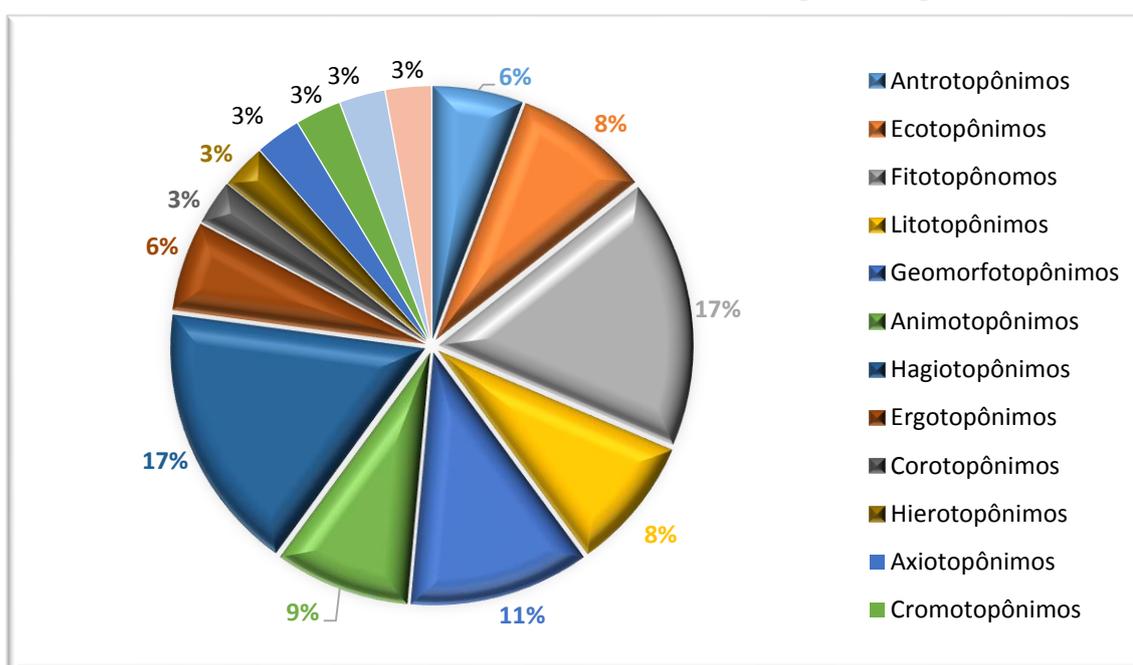


Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Prosseguindo a exposição de dados, apresentam-se os resultados encontrados com relação aos quantitativos das taxonomias de natureza física e humana para o município de Espera Feliz. Cada gráfico traz o percentual dos dados, divididos pelas taxonomias que se fizeram presentes em cada caso. As análises relativas aos dados, conforme já mencionado, serão apresentadas no Capítulo 5 desta dissertação.

Seguem, em primeiro lugar, os dados sobre as taxonomias nos acidentes físicos e humanos, expostos no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Acidentes físicos – Taxonomias – Município de Espera Feliz

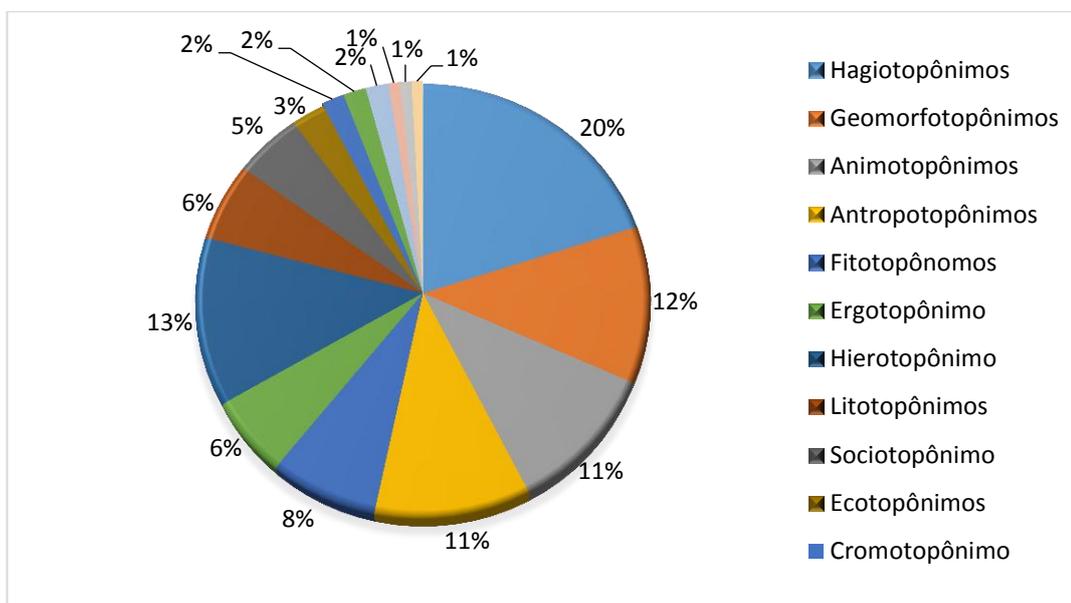


Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Por meio dos dados, percebe-se que entre os 35 acidentes físicos, predominam as taxes de natureza física, com 15 ocorrências, das quais a categoria mais produtiva foi a dos fitotopônimos (5 topônimos), seguida dos antropotopônimos (4 ocorrências) e a de menor ocorrência correspondeu aos ecotopônimos e hidrotopônimos (1 ocorrência cada um).

Seguem, por seu turno, os dados sobre as taxonomias encontradas nos acidentes humanos, expostos no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Acidentes humanos – Taxonomias – Município de Espera Feliz



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Os dados demonstram que entre os 120 acidentes humanos, predominam as taxas de natureza humana. A categoria que se mostrou mais produtiva foi a dos hagiotopônimos (24 topônimos), seguida dos hierotopônimos (15 ocorrências), animotopônimos (13 ocorrências), e dos antropotopônimos (13 ocorrências). Nas taxas de natureza física, tem-se que as mais produtivas correspondem aos geomorfotopônimos (14 ocorrências), fitotopônimos (9 ocorrências) e litotopônimos (7 ocorrências); em número bem inferior estão os meteorotopônimos, os dimensiotopônimos e os corotopônimos, com apenas uma ocorrência cada um.

No município de Espera Feliz foram encontrados 30 topônimos que nomeiam, ao mesmo tempo, dois, três, quatro e até cinco acidentes. São eles:

1. Alves (Córrego e Córrego*)
2. Angola (Córrego e Fazenda)
3. Areia Branca (Córrego e Fazenda)
4. Bananal (Fazenda e Córrego)
5. Boa Esperança (Fazenda e Localidade)
6. Boa Sorte (Córrego, Fazenda e Sítio)
7. Bonfim (Córrego, Fazenda, Localidade)
8. Escuridão (Córrego, Fazenda, Localidade)

9. Grande (Córrego* e Córrego)
10. Moinho Velho (Córrego e Localidade)
11. Monho Grande (Localidade e Fazenda)
12. Monte Verde (Localidade, Capela, Fazenda)
13. Paraíso (Córrego, Localidade, Fazenda)
14. Pedra Menina (Localidade e Fazenda)
15. Pedra Negra (Córrego e Fazenda)
16. Prata (Córrego e Fazenda)
17. Retiro (Fazenda e Fazenda)
18. Santa Margarida (Capela e Fazenda)
19. Santa Rita (Córrego e Fazenda)
20. Santo Antônio (Córrego e Igreja)
21. São Domingos (Ribeirão, Fazenda e Capela)
22. São Filipe (Córrego e Fazenda)
23. São Gonçalo (Capela, Localidade e Fazenda)
24. São José (Córrego e Fazenda)
25. São José da Pedra Menina (Localidade e Igreja)
26. Serrinha (Córrego e Fazenda)
27. Soledade (Córrego e Fazenda)
28. Taboão (Córrego, Serra, Fazenda e Localidade)
29. Vargem Alegre (Córrego, Serra, Localidade, Fazenda e Sítio)
30. Ventania (Córrego e Fazenda)

Este Capítulo teve como objetivo apresentar os dados relativos aos municípios pesquisados, por meio de listagens, gráficos e quadros. No Capítulo 5 se procederá à análise desses dados, dentro da perspectiva abordada por esta investigação: a inter-relação entre língua, cultura e sociedade.



Caparaó – paisagem rural

(Arquivo pessoal).

CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO DOS DADOS APRESENTADOS

O capítulo 4 teve como objetivo apresentar os topônimos encontrados nos mapas dos municípios que são alvo desta pesquisa. Conforme demonstrado, o *corpus* constituído de 199 topônimos encontrados em Alto Caparaó, Caparaó e Espera Feliz foi exposto por meio de quadros, que serviram de base para a constituição das fichas toponímicas resumidas. A partir dessa sistematização, os dados foram submetidos a uma análise quantitativa por meio de gráficos. Neste capítulo, pretende-se, portanto, a partir da descrição dos dados realizada no capítulo anterior, identificar, comparar e discutir os resultados alcançados, no sentido de possibilitar informações de cunho linguístico-histórico-cultural presentes nesta investigação.

Assim como se fez o capítulo anterior, os dados serão apresentados por município, em ordem alfabética. Na discussão, apresenta-se inicialmente a análise topônimos dos próprios municípios. Em seguida, apresentam-se as análises feitas a partir da sistematização do *corpus*. Somente as ocorrências de córregos*, que aparecem nos três municípios, serão tratadas em uma única seção deste capítulo.

5.1 ALTO CAPARAÓ

Antes de se discorrer acerca do topônimo Alto Caparaó, é preciso reforçar, conforme exposto no Capítulo 3 desta dissertação, a questão de que muitos dos munícipes conhecem a localidade também pelos nomes “Caparaó Velho” e “Caparaó Novo”, especialmente os moradores mais antigos, que, para fazer referência a Alto Caparaó, dizem “Caparaó Velho”. Da mesma forma ocorre com Caparaó, chamado de “Caparaó Novo”. Porém, como também já se expôs, o mais antigo povoado a surgir foi Alto Caparaó e, em seguida, povoou-se a área do Caparaó. Por muito tempo, para distinguir os dois povoados que eram distrito de Espera Feliz, usou-se os adjetivos “Novo” e “Velho”. Com a emancipação, retiraram-se os adjetivos e um dos municípios ficou sendo chamando somente de Caparaó e ao outro, foi acrescido o adjetivo “Alto”, para compor o nome Alto Caparaó. A escolha do adjetivo se deve à maior altitude deste município em relação ao outro.

Os nomes oficiais destes municípios permaneceram, portanto, como sendo Alto Caparaó e Caparaó. Muitos dos habitantes locais, principalmente os mais jovens, por desconhecerem a história, não compreendem porque Alto Caparaó é chamado de “velho” e Caparaó é chamado de “novo”. A explicação, portanto, é essa: o “Caparaó Novo” (Caparaó),

embora tenha surgido depois, emancipou-se primeiro. Oficialmente, é o município mais antigo entre os dois. Contudo, popularmente, prevaleceu o nome dado pelas pessoas mais antigas, que lá viveram antes ou no mesmo tempo da emancipação. Assim também aconteceu com “Caparaó Velho” (Alto Caparaó): surgiu primeiro, por isso chamam-no de “velho”. Porém, oficialmente é bem mais recente, já que foi emancipado cerca de trinta anos depois.

Sobre o topônimo que denomina o próprio município de Alto Caparaó, trata-se de um nome composto por um adjetivo e um substantivo próprio. O primeiro termo é um designativo (segundo DICK, 1990a, p. 79) que indica a elevada altitude do lugar em relação aos demais da região vizinha. Já o substantivo Caparaó, de origem indígena, será mais explorado na seção que trata do município de mesmo nome.

No município de Alto Caparaó foram encontrados 36 topônimos. Entre eles, predomina a toponímia de natureza antropocultural. A antroponímia compõe a maioria dos nomes, tanto de acidentes de ordem física, quanto de ordem humana.

Há três peculiaridades observadas em Alto Caparaó e que merecem ser discutidas. A primeira é a grande presença de antropotopônimos que aparece nos dados relativos a esse município. Segundo Dick (1990a), essa taxonomia se sobressai diante das demais pela sua expressividade na formação onomástica, pois nomeia lugares a partir de designativos pessoais. Dessa forma, a característica marcante da antroponímia “é o emprego do nome individual como nomeação de acidentes geográficos” (DICK, 1990a, p. 285). Neste município, a antroponímia, além de estar presente entre os acidentes geográficos, representando 28% das ocorrências, aparece em praticamente metade dos acidentes humanos, com 48% das ocorrências.

Levando-se em conta os postulados de Dick, em que os nomes próprios exercem “o papel de verdadeiros registros do cotidiano, revelando atitudes e posturas sociais específicas de determinados grupos humanos, preservam, por isso mesmo, a memória coletiva” (DICK, 1990a, p. 286). No caso dos dados em questão, pode-se observar que os nomes próprios usados como denominativos de lugares guardam marcas da narrativa de ocupação da região.

Como foi explicitado no Capítulo 3, embora parte das cidades da região da Zona da Mata tenha sido formada a partir de grandes propriedades oriundas de sesmarias outorgadas, a região do Caparaó formou-se, em grande parte, com a posse de terras públicas. Ainda que houvesse algum tipo de registro de demarcação de sesmaria, na prática, com ou sem documentos, as terras que constituem o local conhecido como “Áreas Proibidas” foram sendo ocupadas sem maior organização ou critérios definidos. Assim, a presença maciça de

antropotopônimos revela os vestígios do movimento de ocupação por meio do posseamento, pois era preciso demarcar o território adquirido de alguma forma, já que não havia ainda comprovação e nem legitimação da posse. Verifica-se a presença de muitos antropotopônimos denominando cursos de água, como os córregos.

Há de se destacar, ademais, a presença da preposição “de” como sinalizador de propriedade, em casos de acidentes geográficos, como “Córrego dos Louzada”. O homem sempre procurou fixar morada nas proximidades dos cursos d’água, para assegurar sua sobrevivência. Nesta região, não foi diferente. Muitos indivíduos chegaram às localidades pelos cursos dos rios e, nas redondezas, fixaram residência, estabelecendo pequenas propriedades agrícolas. Os cursos d’água logo receberam nomeação. O exemplo acima, Córrego dos Louzada, aparece nos dados somente como um curso de água, mas existe também um Córrego* dos Louzada. Tal Córrego* está situado logo acima do Córrego* dos Tavares, na porção limítrofe entre Alto Jequitibá e Alto Caparaó. O mesmo topônimo nomeia um córrego e um córrego*. Nos dois casos, a preposição (acrescida do artigo “o”) marca a posse da terra pela família Louzada.

Dick (1990a) aponta que os antropotopônimos estão fortemente presentes nos acidentes geográficos. Nos dados deste trabalho, em Alto Caparaó, eles aparecem em número ainda maior nos acidentes de natureza humana, como é o caso das fazendas, dos sítios e das localidades. Para que se compreenda melhor este fenômeno, é preciso que se diga que as fazendas não são latifúndios, mas sim propriedades maiores do que os sítios e que, ainda assim, são conduzidas pela mão de obra familiar e pelo meeiro. Neste município, observa-se que há um grande número de propriedades rurais de pequeno e médio porte. Por essa razão, muitas famílias são beneficiadas e há uma melhor distribuição de renda.

Pelo fato de as terras terem sido ocupadas sem sesmarias, seus proprietários foram motivados a denominá-las pelo uso de nome próprio, pelo nome de família e até mesmo por alcunha. Verifica-se que, tal qual acontece com alguns acidentes geográficos e humanos, há a presença da preposição de posse, como é o caso de Fazenda dos Valérios e o Sítio de Nair dos Santos. Já a localidade Bragança, por exemplo, é nomeada por uma alcunha. A comunidade rural, na verdade, é um Córrego* para os moradores de lá e para os das redondezas. Essa informação não aparece nos dados, já que o mapa oficial do IBGE traz somente “Bragança”.

Este último topônimo é um nome incomum, mais precisamente, um apelido de um morador que viveu na localidade que recebeu seu nome. Nele ocorreu o fenômeno que é chamado de nomeação anônima, recorrente na toponímia brasileira, segundo afirma Dick:

“Na toponímia brasileira, de um modo geral, é constante o aparecimento dessa nomeação anônima, concretizada, às vezes, pelo prenome, seguido, ou não, de alcunha, ou pelo hipocorístico, ou pelo apelido de família, ou ainda, pelo conjunto onomástico completo” (DICK, 1990a p.295).

Ainda que o nome escolhido seja conhecido e reconhecido por um grupo, como quando se trata destes casos em que um morador de um pequeno povoado é escolhido na denominação, muitas vezes seu “emprego não extrapola as cercanias da localidade que lhe deu origem, por não possuírem, evidentemente, a força e o prestígio” (DICK, 1990a, p. 295-296). Contudo, a autora refuta o argumento de Dauzat de que os topônimos antroponímicos de um povo, mais especificamente a identificação de acidentes pelo nome de um morador, revela uma técnica denominativa cuja característica é a pequena visão do horizonte geográfico (DICK, 1990a). Segundo Dick, trata-se de uma nomeação espontânea, que é distinta daquela imposta pelas autoridades e pelos detentores de poder, que, por muitas vezes, forçam uma nomeação distante da realidade ambiental e até mesmo do gosto da população.

Outra peculiaridade é a pequena ocorrência de hagiotopônimos na localidade em tela. Diferentemente de muitas cidades da região, do Estado de Minas Gerais e também do Brasil, em que a maior parte da população professa a fé Católica Apostólica Romana, o número de evangélicos em Alto Caparaó é maior que o número de católicos, conforme apontam as estatísticas do IBGE (2010). Essa característica pode ser observada na presença do pequeno número de hagiotopônimos nos dados toponímicos da rural local. Foram encontrados, entre os 36 topônimos, apenas três hagiotopônimos. Também não há presença de axiotopônimos de origem católica, como, por exemplo, Nossa Senhora. Embora se tenha conhecimento da existência de algumas capelas e pequenas igrejas católicas nas áreas rurais, não foi possível comprovar a presença delas de modo oficial, já que não foram encontradas nas informações do mapa do IBGE, como se deu nos outros dois municípios investigados.

Tal característica pode ser explicada pela influência da religião protestante na localidade, que foi propagada nos primeiros anos de ocupação da cidade vizinha. Segundo Barbosa (2009), muitos imigrantes alemães luteranos e suíços calvinistas foram para o Alto Jequitibá. Porém, a comunidade luterana não conseguiu um reverendo para ali atuar. Os fiéis careciam de um líder para promover a fé protestante e realizar os serviços eclesiais. Pela proximidade de credo, conseguiram um pastor presbiteriano que se estabeleceu na cidade. O presbiterianismo atendeu às demandas dos alemães luteranos e dos suíços calvinistas.

A partir de então, o presbiterianismo chegou à região e foi difundido. Assim como em Alto Jequitibá, na cidade de Alto Caparaó a religião cresceu exponencialmente. As duas cidades possuem uma das maiores comunidades de fé reformada do país nos dias atuais. Alto Jequitibá ficou conhecida pela sua referência educacional com o antigo Colégio Evangélico Reverendo Cícero Siqueira e também pelos embates entre este reverendo e o Padre Júlio Maria, pároco em Manhumirim. Embora o município de Espera Feliz seja mais antigo que o pequeno distrito de Alto Caparaó, a Igreja Presbiteriana chegou primeiro neste, por volta de 1910, levada aos esperafelicenses por membros de Alto Jequitibá (CARELLI, 2002).

A terceira e última peculiaridade sobre Alto Caparaó apontada neste estudo, é a presença de uma pequena diversidade de taxonomias. Muitas não aparecem nos dados, e outras, aparecem com apenas uma ocorrência. Mais uma vez, é possível constatar a força exercida na motivação e a expressividade na antroponímia local.

Dando prosseguimento às análises, observou-se que, neste município, 8 topônimos nomeiam, ao mesmo tempo, mais de um acidente. Apesar de esse número parecer pequeno, corresponde a 22% do total de 36 topônimos. Desses 8, 5 ocorrências denominam um curso d'água e um outro acidente (fazenda ou localidade). Tal fator evidencia o caráter de sobrevivência que toda ocupação humana tem ao se estabelecer o mais próximo possível de uma fonte de água, e, conseqüentemente, da manutenção da vida de pessoas e animais, da possibilidade do cultivo de alimentos e a facilidade de locomoção pelos meios fluviais.

No início desta pesquisa, ponderou-se que o contexto cafeicultor poderia ter influenciado as escolhas denominativas dos acidentes físicos e humanos das áreas rurais dentro do contexto investigado. No entanto, os dados mostram que a cultura cafeeira em si não se fez fonte de motivação direta no ato de nomear, não confirmando tal hipótese. Contudo, não se pode descartar que haja certa influência (ainda que indireta) da atividade do cultivo do café sobre a toponímia dessa região, por dois motivos: primeiro, porque esse produto foi o grande motivador da ocupação de um dos últimos territórios ainda inexplorados no estado de Minas Gerais e, segundo, pela característica da estrutura e da constituição das fazendas: a meação. A mão de obra utilizada era livre e o modelo de contrato de trabalho era o de meação, como se viu no capítulo 3. Nessa região, o cultivo do grão iniciou-se no período que antecedeu a abolição da escravatura no Brasil. Este seria mais um motivo para que o dono da terra quisesse legitimar sua posse: se ele poderia ser o dono, o meeiro também poderia querer ser. Logo, nomeava-se uma fazenda, que nomearia uma comunidade, e, assim, se firmaria o território, até que se conseguisse legitimar a posse dele por meio de documentos. A

posse das terras para a abertura de fazendas e lavouras cafeeiras é, assim, a grande fonte de motivação antroponímica. Tais marcas estão presentes até os dias atuais nas propriedades que carregam os nomes de pessoas e de famílias que prosperaram e prosperam nessa atividade econômica, cuja produção nos locais pesquisados vem sendo reconhecida nacional e internacionalmente como sendo a geradora do melhor café do Brasil.

A Serra do Caparaó é reconhecida como uma das mais belas do país. Seu clima ameno e as belas montanhas e cachoeiras atraem turistas de todo o Brasil e também de outros países. Apesar dessa riqueza geográfica, a presença das taxonomias de natureza física, especialmente os geomorfotopônimos, não é expressiva como se poderia supor. Sobre este aspecto que envolve as áreas conhecidas como atrativas no entrono do Parque Nacional do Caparaó, somente uma foi encontrada como topônimo: Sítio Vale Verde.

Sabe-se que a ocupação de um lugar carrega consigo muitos aspectos sociais e culturais do povo que migra de seu lugar de origem. Embora a antroponímia seja dominante no município de Alto Caparaó, era de se esperar que se encontrassem mais lugares denominados com nomes ou sobrenomes de origem alemã e suíça, já que a cidade recebeu muitas pessoas com tais ascendências registradas em seus sobrenomes. Porém, os antrotopônimos que apareceram nos dados possuem maciça origem portuguesa. Até mesmo o sobrenome Pinheiro, que remonta a uma espécie de árvore que não é nativa no bioma da Mata Atlântica, ou seja, é uma planta típica dos países frios do hemisfério norte, tem raízes no português. Muitos sobrenomes ficaram de fora da antroponímia local, como por exemplo, *Emmerich*, grafado de variadas formas nos registros dos cidadãos altocaparaoenses e que remete a uma cidade alemã.

É possível que imigrantes vindos da Itália, da Suíça, da Alemanha, além de outros países, tenham chegado primeiro nas cidades vizinhas, que são mais antigas, como Manhumirim, Divino e Alto Jequitibá, onde há muitas famílias oriundas dos países citados, como os Frossard e os Sanglard. Desses municípios, teriam ido para a Serra do Caparaó, provavelmente teriam se casado com brasileiros e brasileiras, e, por essa razão, haja uma grande diversidade na mistura de seus sobrenomes com os de origem portuguesa. Há também a especulação de que muitos erros de grafia tenham ocorrido nos registros nos cartórios, gerando modificações nos nomes de família. Para que tais hipóteses sejam confirmadas ou refutadas, ou até mesmo outras sejam levantadas, é preciso realizar um estudo mais profundo dessa questão, com detalhamento dos casos por meio de registros de cartório, abrindo campo para que pesquisas futuras possam ser realizadas.

Acerca das origens, os dados revelam que a maioria dos topônimos possui raízes na língua portuguesa. Há poucas variedades, como Algodão e Bananal. A origem indígena é pequena, aparecendo em apenas mais um toponímico além do que denomina o município e o rio: Taquaruna. Os vestígios dos primeiros habitantes, os índios, assim, não se mostraram expressivos na toponímia pesquisada.

Em resumo, acerca do município de Alto Caparaó, pela análise dos dados, pode-se afirmar que:

1. Há mais uma versão além da oficial para o município de Alto Caparaó e Caparaó: Caparaó Velho e Caparaó Novo. Muitos moradores, em maioria os jovens, desconhecem a origem dessas variantes;

2. A maciça presença de antropotopônimos reflete as questões sociais e históricas da ocupação por meio da posse de terras;

3. A pequena presença de hagiotopônimos evidencia a grande influência que a religião protestante exerceu ao longo da ocupação e da formação dessa sociedade e revela os aspectos culturais relativos a crenças e ideologias dos seus habitantes;

4. Embora as riquezas naturais sejam abundantes, a ocorrência de topônimos dessa natureza fica abaixo da ocorrência de topônimos de natureza antropocultural, no município;

5. Os vestígios da presença indígena antes da ocupação pelos descendentes de europeus são pequenos nos dados toponímicos;

6. Os dados encontrados permitem uma leitura linguística com pontos de contato entre a história, a geografia e a cultura do lugar.

Apresentadas as discussões sobre os dados de Alto Caparaó, prossegue-se com os apontamentos sobre Caparaó.

5.2 CAPARAÓ

Quanto ao topônimo do próprio município, há três hipóteses para seu surgimento: uma folclórica, uma de possível origem indígena, não comprovada, e uma de origem indígena, comprovada. Partindo-se da versão folclórica, conhecida por antigos moradores e descrita no *site* oficial da Prefeitura Municipal de Caparaó, conta-se que havia um boi muito bravo que habitava a região que hoje corresponde à área do Parque Nacional do Caparaó. O animal era

tão feroz que ninguém conseguia domá-lo. Todos sentiam pavor do boi, chamado, “Ó”. Certo dia, três homens, querendo provar sua bravura e valentia, subiram a serra e, depois de muito esforço, conseguiram lançar o boi. No entanto, para provar o feito, os homens castraram o animal e levaram consigo o órgão reprodutor extirpado e o exibiram à população. Na região, o ato de castrar é também conhecido como *capar*, daí vem a expressão *capado*, usada para os suínos castrados com o objetivo de engordar para que possam ser abatidos. Assim, o desfecho da história do boi bravo foi: caparam o “Ó”, que teria dado origem à Caparaó.

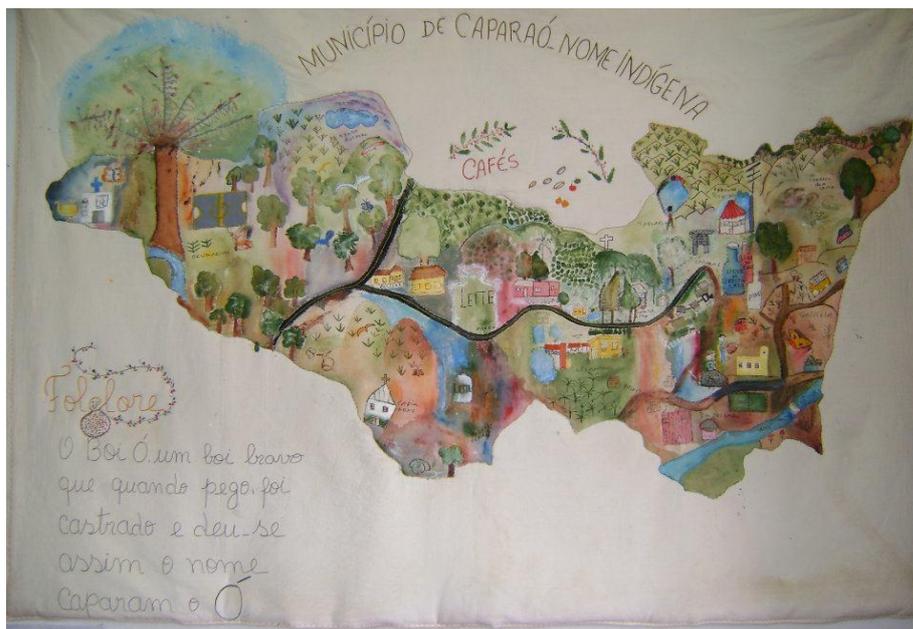
Lenda e folclore à parte, é preciso levar em conta que, segundo Santos (2013), antes da criação do Parque, havia no local a criação de gado. Como não se tinha espaço para o cultivo de pastagens dentro das propriedades rurais que, além de serem pequenas, estavam cobertas de pés de café, os agricultores deixavam o gado solto, num grande campo coletivo. Para identificar a posse dos animais, eles eram marcados com ferro quente, com as iniciais dos nomes de seus donos.

Encontra-se em Santos um fragmento do depoimento de um morador local que revela como esse campo era visto: “Eles levavam o gado lá para a montanha. Marcavam o gado com ferro quente, para não misturar a criação. Porque todos levavam, que lá é do governo, então na montanha, aí o povo não pagava nada.” (SANTOS, 2013, p. 135).

Segundo a autora, a maioria das terras era devoluta. Porém, não havia nenhum controle por parte dos órgãos governamentais. Com a criação do Parque Nacional do Caparaó, os agricultores, chamados de *campeiros*, resistiram em retirar os animais da área de preservação. Depois de muito embate, recuaram com os rebanhos. Alguns animais foram deixados para trás. Talvez tenha surgido nesse contexto a lenda do boi “Ó”. A história é bem difundida nas escolas e nos grupos de interação social.

As fotos 7 e 8 mostram, por meio do artesanato local, a difusão da lenda, trabalhada em tecido:

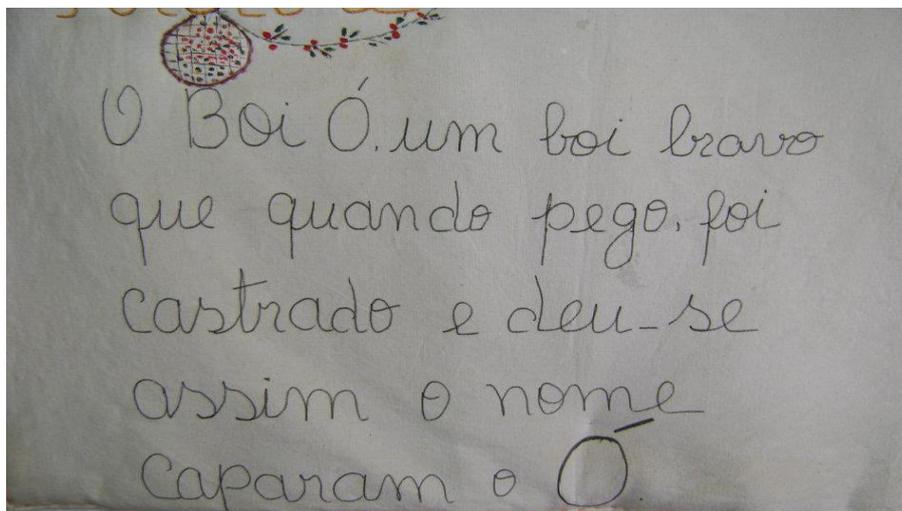
Foto 7 – Lenda Caparaó exposta em artesanato local



Fonte: Facebook. Página Caparaó – MG. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=271524432934547&set=a.271524062934584>. Acesso em 02/02/2021.

Na Foto 7, é possível ver em detalhes a lenda escrita no artesanato.

Foto 8 – Lenda Caparaó exposta em artesanato local (detalhes)



Fonte: <https://www.facebook.com/photo?fbid=271524639601193&set=a.271524062934584>. Acesso em 02/03/2021.

A segunda hipótese, também bastante difundida, é a de que o topônimo tenha origem indígena incerta e significa “águas que rolam das serras”. Contudo, essa versão não pode ser comprovada e, segundo informa a página virtual oficial da Prefeitura Municipal, o conceito

teria surgido entre 1980 e 1990, quando um morador da cidade foi entrevistado pela TV Alterosa e, ao ser questionado sobre a origem do nome, teria respondido com essa frase, que é muito conhecida pela maioria das pessoas.

Por fim, a terceira hipótese é a menos conhecida pela população local, embora também esteja presente nas informações disponibilizadas pela Prefeitura e também é a versão apresentada pelo IBGE: O topônimo 'Caparaó' é uma corruptela de *yg-apara-og*, que significa 'a casa do rio torto'. Outra versão aponta ser a corruptela de *'caa-apara'* que significa 'o pau torto' ou 'a folha morta'. Existe também a versão de *'ur-apara'*, ou seja, 'o rio torto').¹⁶ Contudo, a informação não esclarece aos leigos se essa origem seria ou não tupi.

Nas obras usadas nesta pesquisa para averiguar a origem tupi dos topônimos, encontram-se as seguintes definições para Caparaó:

- Dicionários de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi. Significação dos nomes geográficos de origem tupi – Luiz Caldas Tibiriçá (1985):

CAPARAÓ - sede municipal de Minas Gerais; de **caá-apara-ó**, tapada de paus tortos, ou trincheira de paos tortos para vedar a passagem (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 38).

- Toponímia Mineira de Origem Tupi – Clêuton Gonçalves (2009):

CAPARAÓ está localizada na Zona da Mata, tendo sido desmembrada de Espera Feliz em 30 de dezembro de 1962, data da sua emancipação política. No entanto, o nome já era oficial desde 1842.

Esse nome é de origem tupi, cuja significação traz dificuldades e interpretações várias.

Pode ser:

- a) *y* = água, rio + *apara* = torto + o (*ca*) = casa: casa do rio torto;
- b) *caá* = pau, folha, mato + *apara* = torto: o pau torto;
- c) *y* = rio+ *apara* = torto: rio torto. (GONÇALVES, 2009, p. 87).

- Toponímia de Minas Gerais. Com estudo histórico da Divisão Territorial e Administrativa – Joaquim Ribeiro Costa (1997):

CAPARAÓ – Etim. Corr. *yg- apara- og*, a casa do rio torto (36); *caá-apara*, o pau torto, a folha torta; *yg- apara*, o rio torto (37). Dist. do mun. de Espera Feliz por dec.- lei nº 148 de 17-XII- 1938. Mun. e cid. Por lei nº 2.764 de 30-XII-1962. Cr.por lei nº 8.285 de 8-X-1982, o dist. de Alto Caparaó. Perde em 1995 o dist. de Alto Caparaó (COSTA, 1997, p. 145).¹⁷

- Denominações indígenas na toponímia carioca – J. Romão da Silva (1966):

¹⁶ IBGE Cidades. *Caparaó*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/caparao/historico>. Acesso em 21/03/2021.

¹⁷ (36) e (37) correspondem às respectivas definições de: CARVALHO, A. *O Tupi na Geografia Mineira* (1907). e SAMPAIO, T., *O Tupi na Geografia Nacional* (1928).

CAPARAÓ- rua Loc. Méier (9º Dist., 22ª Circ.). Ant. Servidão.

ETIM. caapara (a verga, a venrgôntea flexível) oó (grosso) – ‘a verga grossa’; ‘o vergão’.

Caapara (a fôlha dobrada, afunilada) oó (espêssô, encorpado) – ‘a fôlha afunilada e encorpada’; ‘o caapara compacto’.

Caapara = caá (m) pará (mato variegado) ó = (o que tapa, cobertura; fronde) – ‘a fronde multicor’ ‘a copa polimorfa’, ‘o tapume ou coberta de fôlhas coloridas’.

Diz-se no comum da fôlha larga em forma de funil e que é utilizada como copo. (SILVA, 1966, p. 93)

Não há dúvidas de que o topônimo Caparaó tenha sua origem em língua indígena, confirmando a terceira das hipóteses levantadas pelos moradores da cidade. Contudo, nas obras acima citadas, somente em Clêuton Gonçalves aparece a afirmação de que a origem é tupi. Nas demais, aparece a descrição etimológica. Dessa forma, não é possível afirmar que se trata de uma palavra tupi ou que seja formada pelo tupi e alguma outra língua indígena.

No primeiro volume de sua obra *Contribuição Indígena ao Brasil* (1980), o pesquisador marista, Irmão José Gregório, traz no índice remissivo de raízes e topônimos a seguinte acepção para Caparaó: “*caparaó – capara*” (1980, p. 231) e para carapa: “*capara = tábua*” (1980, p. 231). Ainda no mesmo volume, o autor critica alguns ensaios sobre toponímia, dizendo que em muitos deles há deficiências causadas pela ausência de critério na apuração da origem dos topônimos.

Segundo o autor, muitos ensaístas copiam “opiniões divergentes de afoitos no campo da etimologia indígena” (1980, p. 166), e desse problema surgem diversas derivações para um mesmo topônimo. Um dos trabalhos com essa característica citados por Gregório é o de Joaquim Ribeiro Costa, *Toponímia de Minas Gerais*, que também foi usado na presente pesquisa. Um dos equívocos apontados no trabalho de Costa é exatamente o topônimo Caparaó:

Joaquim Ribeiro Costa (213 b) na sua “*Toponímia de Minas Gerais*” – Imprensa Oficial do Estado – Belo Horizonte, 1970:

Caparaó – (pág. 190)

1 – yg +apara +og = casa do rio torto

2 – caá + apara = o pau torto, a folha torta

3 – yg +apara =o rio torto

(GREGÓRIO, 1980, p. 167).

Como se pode ver, na citação feita mais acima acerca do topônimo Caparaó, em Costa, a primeira derivação é atribuída pelo autor a Alfredo Carvalho e, as duas últimas, a Teodoro

Sampaio, configurando o que Gregório chama de cópia. Ao longo da leitura de Gregório, observa-se que elabora severas críticas a este último autor. A definição de Gonçalves é semelhante à de Costa. Contudo, na presente pesquisa mantiveram-se as obras apontadas como deficientes por Gregório. Apesar dessa condição elucidada, foi somente nelas que se encontrou alguma explicação para a possível origem de certos topônimos que apareceram nos dados. Um desses topônimos foi Grumarim, no município de Caparaó, cuja definição usada aqui é a de Silva (1966). Além de Joaquim Ribeiro Costa, foi mantida a obra de J. Romão da Silva, ambas criticadas por Gregório.

No segundo volume de sua obra, Irmão José Gregório discorre sobre o vocabulário indígena. Como já foi citado do próprio autor, a raiz de Caparaó é *capara*, cujas definições são:

CAPARA – (**kapara** ou tábua, *Typha domingensis*) própria para esteiras, tapumes de casas e estábulos.

CAPARAÓ – (*kapara* +oca, oc, ó) = casa de capara, feita de esteiras, estas usadas para acampamentos expostos ao vento e ao frio dos lugares altos; há, entretanto, uma certa insistência em derivar o topônimo de (caá +apara +oó = grosso?); ora, oó = grosso não é do tupi; para Néilson de Senna - 100e, (yg + apara + og) = a casa do rio curvo (?).

Nome de maciço de prolongamento da Serra da Mantiqueira, com o Pico da Bandeira, considerado culminante (2.890 m.), até o descobrimento do Pico da Neblina (Ver Roraima); fica entre Minas e Espírito Santo; Parque Nacional do Caparaó; nome de pequena cidade de Minas, Zona da Mata (GREGÓRIO, 1980, p. 550).

Para Gregório, não é correto atribuir parte do topônimo ao tupi, como foi mostrado acima. Sobre esta colocação, Dick (1990b) diz que este topônimo faz parte de um grupo de nomes que parecem ser originados na combinação entre tupi e outra língua indígena. A autora observa que nos estudos da região nordestina realizados por Teodoro Sampaio, o Tupi predominava nos estratos onomásticos na parte litorânea, ao passo que mais para interior, chapadas, montanhas e rios que não desaguavam diretamente no mar, receberam denominações de origem kariri. Este povo foi mais numeroso que os tupis em tempos mais antigos e seu dialeto ainda é de difícil compreensão. Segundo a autora, os topônimos que procedem do kariri ainda precisam de mais estudos para melhor compreensão do conteúdo. Já mais ao sul do Nordeste, penetrando em região mineira,

entre o litoral e a serra do Espinhaço, aparecem nomes de uma provável origem botocudo, pori (ou puri), kamakan ou pataxó, componentes dos grupos mais

conhecidos que habitaram a região. Surgem, assim, como resíduos línguotoponímicos os seguintes topônimos:

Caparaó; Crakmum; Chopotó (AH e r. MH); Matipó- (AH, MG; r. MG); Map Map Craic (sa.do. MG); Pataxós (r. RN) (DICK, 1990b, p. 129-130).

Mediante tais colocações, questiona-se se parte integrante do vocábulo seria puri, já que este povo aparece na história da região, como se viu no Capítulo 3, ou se poderia ser vinculada ao guarani, já que a Serra do Caparaó foi um lugar sagrado para este grupo indígena em tempos mais antigos. Seria necessário, portanto, mais conhecimento das línguas indígenas para responder a essa questão, ou até mesmo concluir que nem uma nem outra possuem respaldo.

Sobre o lugar sagrado, há rumores de que os guaranis saíam da Baía de Guanabara rumo ao Caparaó para cerimônias religiosas. Porém, até então não foi possível comprovar a veracidade desse fato. Se no passado o lugar pode ter sido sagrado, nos últimos anos um grupo de índios guaranis saiu de Aracruz, no Espírito Santo, e se instalou nas terras dentro da área de preservação do Parque Nacional do Caparaó. O grupo, de cerca de quatorze pessoas, acreditava que lá seria o lugar de aproximação com o Deus da Montanha, e que ao invocá-lo, poderiam receber a indicação para chegar à “Terra Sem Males”. Desde a década de 1990, alguns índios têm tentado realizar cerimônias religiosas naquela localidade. A área ocupada pelo grupo era privada antes pertencer ao Parque. Quando os limites do Parque aumentaram, muitos proprietários foram indenizados. Contudo, esse dono não quis receber indenização, mas sim passar o direito de posse para os índios, o que não foi possível. Os índios foram levados de volta para a Aldeia Caparaó, em Aracruz.

Houve também uma tentativa de realizar um documentário com os guaranis, que seria filmado na área do Parque. A direção não permitiu a gravação das imagens¹⁸.

Diante de tantas definições, variações e derivações levantadas para esse topônimo, o mais coerente é compreender seu sentido de “casa”, que é a acepção que aparece em maior quantidade, até mesmo para referir-se ao rio: casa do rio torto. Além disso, a possibilidade de o nome ter sentido de casa é pertinente, já que pode ter se originado de abrigo usado em acampamentos nos lugares altos e frios, conforme diz Gregório. A topografia e o clima da

¹⁸ FONTE: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/reportagem-especialparque-do-caparao-quer-afastar-indio-guarani-do-deus-da-montanha> acesso em 03/03/2021 e fonte: http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/02/598099-guaranis+montam+aldeia+no+parque+do+caparao.html acesso em 03/03/2021).

Serra do Caparaó contemplam tais características. Por essa razão, a taxonomia usada para este topônimo é ecotopônimo, que é taxa usada para as habitações humanas.

Nesse sentido, o presente estudo contribui com a elucidação da origem indígena do nome Caparaó, cuja significação tem sido difundida como “*águas que rolam da serra*”. Embora não seja fundamentada em estudos etimológicos, tal explicação faz sentido para os moradores, já que a localidade possui abundância de águas (rios e cachoeiras) que descem pelas muitas serras. Não é propósito deste trabalho ignorar ou julgar a significação como errônea ou não, até mesmo porque a imagem das águas descendo pelas serras é mais presente nas conversas locais do que a do próprio boi “Ó”. Pode-se dizer que tal significação está em processo de cristalização na comunidade.

O topônimo Caparaó possui tamanha expressividade na região, que nomeia dois municípios (um acrescido do adjetivo “Alto”), um rio que atravessa as três cidades delimitadas para realização deste estudo, e, uma das cadeias de montanhas mais importantes do Brasil. Além dos acidentes físicos e humanos, o café produzido na região, pela excelente qualidade, tem levado o nome da localidade para outros Estados brasileiros e também outros países.

O nome Caparaó vem se tornando um rótulo de prestígio para os grãos produzidos nas redondezas, que são beneficiados e exportados diretamente pelo pequeno município. A população local aos poucos está se familiarizando com o movimento constante de *containers* que vão direto para os portos brasileiros e de lá seguem para outros países, especialmente para Alemanha. Por conta do turismo no entrono das portarias do Parque Nacional do Caparaó em Espera Feliz e em Alto Caparaó, as pessoas destas cidades já estão mais habituadas com o movimento de indivíduos de outras regiões. O turismo cafeeiro na Serra do Caparaó vem crescendo exponencialmente, associando-se ao turismo ecológico.

Em Caparaó foram encontrados 52 topônimos. Entre os acidentes de ordem física, predominam as taxonomias de natureza física. Entre os topônimos de ordem antropocultural, predominam as taxonomias de natureza antropocultural. No geral, predominam as taxonomias de natureza antropocultural.

Neste município, entre os acidentes de ordem física, predominam os cursos d’água, nomeados em maioria, por fitotopônimos. A análise desses dados revela uma característica marcante na maioria dos processos de ocupação: o homem busca habitar as proximidades das fontes de água e usa os nomes de plantas para denominá-los, reforçando a necessidade de sobrevivência, conforme observou também Mendes (2009) em sua pesquisa sobre a

hidronímica em determinada porção da região central mineira. Os antropotopônimos aparecem em segunda posição entre os acidentes de ordem física.

Entre os acidentes de ordem antropocultural, prevalece a hagiotoponímia, seguida da antropotoponímia. Sobre essa última, sustenta-se semelhante análise feita no município de Alto Caparaó: os antropotopônimos refletem a necessidade de afirmar e legitimar a posse de terras no início da ocupação e se mantem até os dias atuais. Quanto à hagiotoponímia, com número mais expressivo de ocorrências, percebe-se a presença e a atuação da fé Católica Apostólica Romana nessa localidade. Conforme aponta Dick, “os motivos religiosos sempre foram uma constante nos diversos períodos da história do país, desde seu descobrimento até os dias de hoje, como legado de um patrimônio sociocultural português, que se procurou conservar e respeitar como uma das tradições mais caras ao espírito da nação” (DICK, 1990a, p.350). A história do município começou em um pequeno povoado, chamado Santa Rita do Aventureiro, que hoje figura como Santa Rita, nome de uma localidade rural. Como se vê, a hagiotoponímia oferece importante ferramenta de leitura para se compreender os fatores históricos e os aspectos culturais de um povo, provando que a língua não se dissocia jamais do meio e do contexto em que ela acontece. Os hierotopônimos encontrados também são pertinentes à fé católica. Não foram encontrados dados hierotoponímicos que reflitam outras religiões e outros credos.

O topônimo São Salvador, que denomina uma fazenda, foi classificado como um hagiotopônimo. Embora na religião católica este nome seja usado para fazer referência a Jesus Cristo, e por essa razão poderia ser classificado como um hierotopônimo, a literatura sobre o assunto revela que há um santo da igreja católica com este nome, o que justifica a classificação realizada neste estudo. Conforme se vê em Alves de Carvalho (2014), há duas ocorrências deste topônimo em sua pesquisa, que trata da hagiotoponímia no Estado de Minas Gerais. Tais ocorrências se deram na Zona da Mata e no Vale do Mucuri. A autora traz as informações sobre esse santo, conforme se encontra em Daix (2000, *apud* ALVES CARVALHO, 2014, p. 321):

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS

Celebrado a 18 de março, São Salvador de Horta é, de acordo com Daix (2000, p. 167), um santo de origem espanhola que viveu no século XVI. Era um sapateiro que abandonou a sua arte para ingressar nos Franciscanos de Barcelona como irmão, estado em que se manteve até a morte. Sempre simples e devotado, cozinheiro do seu convento, a sua grande piedade era motivo de admiração para toda comunidade, sendo constantemente procurando por seus contemporâneos para que intercedesse por eles em suas orações (ALVES DE CARVALHO, 2014, p. 321).

São Salvador é, portanto, um santo de origem espanhola. A presença de espanhóis na cidade de Carangola é bastante expressiva, de acordo com Carelli (2002). Como os três municípios delimitados para este estudo pertenceram inicialmente à Carangola, este topônimo revela marcas dessa presença, assim como o topônimo Soledade, que também remete à língua e à cultura espanhola, usado na denominação de uma fazenda em Espera Feliz.

Sabe-se que existem comunidades religiosas com ramificações evangélicas e espíritas na região em tela, mas não são tratadas neste trabalho por falta de ocorrências. Como exemplo, cita-se uma localidade situada no final da rodovia Manoel Ferreira Lima, ligada por meio do trevo à rodovia MG-111, conhecida como Missões. Nesta comunidade há uma antiga Igreja Adventista do Sétimo Dia, cujas instalações abrigam um templo e um local de acampamento, que deu origem a esse nome. Este topônimo denomina uma localidade e também um caminho, já que quando um morador se refere a qual estrada ele vai seguir para sair da cidade, ele diz que passará pelas Missões, se usar o caminho asfaltado, ou pela Linha, se usar a via que ainda é de terra. Discorre-se sobre este último topônimo que nomeia uma estrada na seção do município de Espera Feliz.

Um topônimo que merece ser destacado, entre os dados, é o corotopônimo Galileia. Embora a motivação para este nome seja a rememoração do nome de outro lugar, neste caso, a escolha está ligada também ao caráter religioso. A Galileia, hoje, é uma região palestina, mas que, em tempos bíblicos, mais precisamente no período do Novo Testamento, foi o lugar em que Jesus Cristo iniciou o seu ministério. Na localidade caparaoense, uma família antiga e tradicional abrigou em sua propriedade rural as primeiras celebrações católicas. Pela fé cristã, resolveu chamar o local, que fica entre Boa Vista e Castorino, de Galileia. As atividades destacam-se na região e também na sede da Paróquia, que fica em Espera Feliz. A igreja matriz de Caparaó não possui um pároco residente e funciona como uma extensão da paróquia esperafelicense.

Entre os dados encontrados, outro topônimo bastante interessante é Grumarim. Na verdade, há dois topônimos bem semelhantes: Gramarim e Grumarim. O primeiro nomeia um curso d'água; o segundo, nomeia, além de um curso d'água, uma serra e uma localidade. Porém, nas informações do IBGE não aparece a localidade, que é muito antiga e conhecida na cidade e na região. Na rodovia MG-111 há uma placa sobre o Córrego Gramarim. Para as pessoas de Caparaó a grafia não faz sentido e, até mesmo, parece que está incorreta. Não se sabe ao certo qual a razão da escrita diferente na placa. Para os moradores, o córrego e a localidade são conhecidos como Grumarim. Em frente à placa que indica o nome do córrego,

no sentido contrário da pista, há uma outra, que aponta o caminho para a localidade, com a grafia mais conhecida: Grumarim. Abaixo, as fotos 9 e 10 demonstram as duas placas:

Foto 9 – Placa na ponte que fica sobre o Córrego Gramarim, na rodovia MG-111



Fonte: acervo pessoal.

Foto 10 - Placa que indica o acesso à localidade Grumarim



Fonte: arquivo pessoal.

Nas obras consultadas para a realização deste estudo, a única que faz menção desse topônimo é J. Romão da Silva (1966):

GRUMARI- estrada do Loc. Jacarepaguá (12.º Dsit., 33.ª Circ.)

ETIM. curmá = curum (b) á (coceira ruim, sarna má, lepra) ru (conter, trazer,)

– ‘o que traz varíola ou urticária’, ‘o agente da lepra’.

- curumá = curum (b) á (lepra, varíola, urticária)

ri= ry (corrimento) – ‘o corrimento da lepra’, ‘o pus da varíola’.

Mesmo que curumari, curumarim, guruamari, grumarim, diz-se no comum uma espécie da cássia, planta de terra firme, Bignoniácea da várzea.

(ROMÃO DA SILVA, J., 1966, p.126).

Pelo que se nota, a forma registrada por Romão é Grumarim, tal como os moradores caparaenses a conhecem. É possível que o significado esteja ligado a uma espécie de planta, pois a Serra do Caparaó se encontra dentro de um dos biomas mais ricos em diversidade do planeta: a Mata Atlântica. Abaixo, segue uma fotografia em que se pode visualizar a planta de nome *Grumarim*. Embora não haja precisão no nome científico do exemplar, busca-se mostrar ao público uma possibilidade para a denominação, tanto da planta, quanto do lugar.

Foto 11 – Exemplar da planta Grumarim



Fonte: Arquivo pessoal.

Embora a presença de fitotopônimos seja maior entre os acidentes de ordem física, a soma dos topônimos de natureza humana no total das ocorrências corresponde à maioria. Tal fator revela a necessidade de afirmação da posse das terras, como acontece também em Alto Caparaó. Entretanto, em Caparaó acrescenta-se que a presença de hagiotopônimos é ainda maior, revelando que, além da posse, a crença e a fé são motivadores mais expressivos no ato de nomear.

Dos 52 topônimos, 14 nomeiam mais de um acidente ao mesmo tempo. Faz-se interessante notar que todos eles nomeiam um curso d'água, além de um acidente de ordem antropocultural. Como já foi dito na análise sobre Alto Caparaó, o homem sempre procurou habitar as proximidades das fontes de água. Os dados desse município confirmam tal análise, já que primeiro nomearam-se os cursos de água, e, na sequência, acidentes diversos, como localidades e fazendas.

Em resumo, acerca desse município, pela análise dos dados, pode-se afirmar que:

1. O topônimo Caparaó possui origem indígena, conforme os moradores acreditam; contudo, não foi possível concluir que todo o vocábulo é tupi, assim como também não se comprovou o significado atribuído ao nome (águas que descem das pedras/ serras);
2. A presença de antropotopônimos reflete as questões sociais e históricas da ocupação por meio da posse de terras;
3. A expressiva presença de hagiotopônimos, bem como a de hierotopônimos, evidencia a grande influência que a religião católica exerceu ao longo da ocupação e da formação dessa sociedade e revela os aspectos culturais relativos a crenças e a ideologias na localidade;
4. A presença de fitotopônimos revela a importância das plantas para a sobrevivência humana no período de ocupação da área;
5. A presença de denominadores comuns a cursos de água e acidentes de ordem antropocultural revelam a importância da água para o homem no processo de ocupação de uma região;
6. Os dados encontrados permitem uma leitura linguística com pontos de contato entre a história, a geografia e a cultura do lugar.

Expostas as discussões sobre os dados de Caparaó, passa-se a apresentação das argumentações acerca dos dados de Espera Feliz.

5.3 ESPERA FELIZ

A história do município de Espera Feliz se interliga à do distrito de São Sebastião da Barra, que fora um Distrito Policial de Carangola, pela portaria do Governo Provincial de 13 de maio de 1886. A sede do distrito em questão foi transferida para o Povoado de Ligação (hoje Espera Feliz) pela Lei 663, de 18 de setembro de 1915, pois essa localidade se encontrava maior e mais desenvolvida, devido à presença da ferrovia. Não se pode deixar de mencionar que os proprietários de terras da região de São Sebastião da Barra não permitiram a passagem da estrada férrea em suas terras. Por essa razão, os planos foram alterados e os trilhos passaram por Espera Feliz, chamada, naquele tempo, de Ligação.

Embora os grandes proprietários de terras tenham impedido a passagem da ferrovia em suas propriedades, muitos moradores eram afeitos ao progresso tecnológico. Por essa razão, inúmeros deles viram a necessidade de se mudarem para Ligação. Não só moradores, mas também parte do comércio e das instituições religiosas migrou para a localidade que recebeu a linha férrea. Naquela ocasião, o protestantismo consolidado em Alto Jequitibá e difundido nas cidades e povoados vizinhos, havia chegado também a São Sebastião. A comunidade presbiteriana, vendo o encolhimento do povoado e o crescimento de Ligação, transferiu sua sede para lá.

Um dos povoados que se formaram no caminho da linha do trem entre Caparaó e Espera Feliz, foi chamado de Chave. O nome permanece até os dias atuais entre os moradores. Contudo, não entrou no rol de topônimos deste trabalho porque não foi encontrado registro sobre ele nas cartas geográficas utilizadas para o levantamento de dados. No local encontrava-se um artefato nos trilhos que permitia o trem fazer o retorno na via.

Há dois caminhos principais que os moradores de Espera Feliz e Caparaó utilizam para se locomoverem entre as duas cidades: um, mais recente, pela rodovia MG-111, com ligação na rodovia BR- 482, e outro mais antigo, que é a estrada de terra. Por esse caminho passava a antiga linha de trem da Estrada de Ferro Leopoldina. Este motivo deu o nome usado até hoje pelos moradores para a estrada, chamada de Linha, que foi brevemente mencionado na análise dos dados de Caparaó.

A mudança na denominação do distrito de Espera Feliz foi amparada pela Lei 843, de 7 de setembro de 1923. É importante ressaltar que o primeiro nome institucionalizado não foi Espera Feliz, como mais tarde ficou conhecido. Por volta de 1910, a Estrada de Ferro Leopoldina, vinda do Espírito Santo, chegou até Ligação. Pouco depois, por volta de 1912, foi

estendida de Carangola a Manhuaçu, passando por Espera Feliz. A cidade estava entre as duas linhas férreas que ligavam os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Por esta razão, o lugar foi chamado, por um determinado período, de Ligação (SOUZA, 2008, p. 41).

O topônimo Espera Feliz foi criado antes de o lugar ser chamado de Ligação, ou seja, surgiu quando a região ainda era coberta por mata. Conta-se que nas proximidades da atual rodoviária da cidade, que abrigou primeiro a estação ferroviária, havia uma mina de água, onde caçadores paravam para descansar e saciar a sede, enquanto os cães ficavam previamente soltos no mato. A tradição local conta que muitos desses caçadores eram integrantes de uma comissão de engenheiros enviada pelo governo imperial de Dom Pedro I, para estudar a região.

Os caçadores começaram a observar que muitos animais iam até a mina para beber água e passaram, então a esperar por esses animais, em tocaia, perto da mina. Como a espera pela caça sempre terminava bem, os caçadores diziam que tiveram uma feliz espera. Com o passar do tempo o nome foi modificado para Espera Feliz, que se tornou oficial e persiste até os dias atuais. Não houve dúvida ao se classificar o topônimo como animotopônimo. A Foto 12 expõe uma lembrança aos episódios que deram origem ao nome Espera Feliz.

Foto 12 - Homenagem aos caçadores na Praça Cira Rosa



Fonte: Arquivo pessoal.

O topônimo Espera Feliz é constituído por um substantivo e um adjetivo, ambos de origem portuguesa. Segundo Cunha, o substantivo provém do verbo esperar: “*esperar* vb. ‘aguardar, confiar, ter esperanças’/ XIII, *asperar* XIV/Do lat. *sperare* // (...) *espera* 1813” (CUNHA, 2010, p. 264). Já o adjetivo feliz, segundo Heckler, *Felice* ‘próspero; bem-sucedido; ditoso’. *Adjetivo fel-iz. Origem: do latim felix; a raiz é fel- fértil, próspero, feliz. O adjetivo deriva-se de fela, peito; assim, originalmente significava que dá leite* (HECKLER, 1984, vol. II, p.1725-1726).

No Dicionário Histórico–Geográfico de Minas Gerais (1971), Waldemar de Almeida Barbosa tece algumas considerações sobre a toponímia mineira e chama as modificações sofridas nos nomes de “extermínio sistemático de nossa antiga e tradicional toponímia” (1971, p. 11). O autor descreve suas percepções acerca da retirada dos nomes religiosos de algumas localidades:

Em Minas Gerais, é simplesmente alarmante a preocupação iconoclasta dos legisladores de acabar com aquelas denominações locais tão características e tão tradicionais, sem a menor atenção à vontade popular. Ultimamente, então, nota-se a propensão de homenagear certas pessoas, cujos nomes possivelmente terão algum significado local, batizando com êles cidades e vilas (BARBOSA, 1971, p. 11).

Além disso, ele critica o desdobramento das mudanças toponímicas originadas na divisão administrativa a partir da Lei 843, de 7 de setembro de 1923, que englobaria o município de Espera Feliz:

Note-se que em 1923 tínhamos apenas 214 municípios. Quase todos sofreram alteração; em muitos casos, inteiramente injustificável. Nossa formação foi essencialmente cristã; daí a infinidade de topônimos de origem religiosa. Pois bem, só a Lei nº 843, acima referida, retirou das sedes municipais e distritais 177 denominações cristãs, trocadas a-bel-prazer do legislador (BARBOSA, 1971: 11)

Em alguns dos casos, as críticas do autor são pertinentes, já que as mudanças de nome foram aleatórias e não se sabe se foram justificáveis. Porém, no caso de Espera Feliz, que aparece também na lista de exemplos do autor, não houve troca no nome. Houve uma mudança administrativa que transferiu a sede do distrito de São Sebastião da Barra para Espera Feliz, devido ao maior desenvolvimento dessa última localidade. Faz-se importante ressaltar que os dois topônimos (Espera Feliz e São Sebastião da Barra) seguiram figurando até os dias atuais para denominar município e povoado.

Em Barbosa (1971) encontra-se a seguinte definição de Espera Feliz, que corrobora a ideia de que não houve apagamento toponímico, mas mudança de sede:

ESPERA FELIZ - A cêrca de 6 km de Espera Feliz, existe a povoação de São Sebastião da Barra. Nessa povoação, foi criado o distrito policial, por portaria de 13 de maio de 1886. O decreto nº 116, de 21 de junho de 1890 elevou o distrito policial de São Sebastião da Barra a distrito de paz. Espera Feliz era povoado pertencente ao distrito de São Sebastião da Barra, município de Carangola. A lei nº 663 de 18 de setembro de 1915, determinou a transferência da sede do distrito de São Sebastião da Barra para Espera Feliz. Em 1938, o decreto-lei nº148, de 17 de dezembro, elevou o distrito de Espera Feliz a cidade, criando o município desmembrado de Carangola. Fica na Zona da Mata. Só tem o distrito da sede (BARBOSA, 1971, p. 179).

Barbosa também critica o apagamento dos nomes de origem indígena ocorrido em diversos municípios mineiros. Critica ainda a criação de vocábulos indígenas para substituir nomes vernáculos (BARBOSA, 1971, p. 18). Entre os vários exemplos dado pelo autor, optou-se por destacar Pirapetinga, hoje Manhumirim, não só pela proximidade entre a região em foco nesta pesquisa, mas também porque serviu de ilustração, no Capítulo 3, ao se tratar da formação rural. Pirapetinga nomeou um córrego (curso d'água), um córrego* e um município. Este último passou a ser chamado Manhumirim.

Com relação aos 111 topônimos encontrados no município de Espera Feliz, é possível tecer algumas discussões sobre diversos aspectos revelados pelo estudo toponímico. Observa-se que o número de acidentes de ordem física é bem menor em relação aos de ordem antropocultural. Entre os primeiros, prevalecem as taxonomias de natureza física, e, entre elas, os fitotopônimos, seguidos pelos antropotopônimos. Mais da metade desses acidentes é composta por cursos d'água.

A considerável presença da fitotoponímia também foi observada em Caparaó, o que leva a uma análise semelhante: durante os primeiros momentos da ocupação, o homem procurou se fixar nas proximidades da água, e, conseqüentemente, onde pudesse haver plantas, árvores e vegetação que suprissem suas necessidades alimentares e que também pudessem ser usadas na confecção de utensílios (usando a madeira, por exemplo) e no tratamento de doenças, por meio da utilização de ervas. Assim, os fitotopônimos são forte motivadores de denominação hídrica. Os antropotopônimos, como já foi abordado nas análises de Alto Caparaó e de Caparaó, revelam a necessidade de afirmação de posse do território ocupado, sendo a primeira parte composta pelos cursos de água.

Entre os acidentes de ordem antropocultural sobressaem-se as taxonomias de natureza antropocultural, e compõem a maioria das ocorrências, os hagiotoopônimos. Em segunda posição, aparecem os antropotopônimos e os fitotopônimos, ambos com a mesma proporção de ocorrências. Se os hierotopônimos forem somados aos hagiotoopônimos, atingem um

número ainda mais expressivo de ocorrências. Sobre os antropotopônimos e fitotopônimos, reiteram-se as afirmações feitas sobre os dados dos acidentes de ordem física e também nos dados das outras duas cidades. Destaca-se na discussão dos dados toponímicos de Espera Feliz, portanto, a hagiotoponímia.

Nessa região a influência da Igreja Católica é muito expressiva, como acontece em praticamente todo o território mineiro: “o Estado de Minas Gerais, pela força de seus costumes tradicionalmente cristãos, realimentados nas inúmeras igrejas espalhadas em sua área, revela-se a região maior densidade hierotoponímica (DICK, 1990a, p. 350). Além do grande número de hagiotopônimos, há também um número considerável de hierotopônimos, que reforçam a marca da fé católica no município. A religião tem profundas raízes em Espera Feliz, onde existe um antigo seminário que proporcionou a formação de muitos sacerdotes católicos. Atualmente, o prédio abriga a secretaria da Paróquia de São Sebastião. A sociedade católica é bastante ativa, tanto na sede da paróquia, quanto nas comunidades religiosas instaladas nas localidades rurais, como se pode observar pelo considerável número de capelas e igrejas encontrados nos dados deste trabalho. Algumas dessas localidades são denominadas por nomes que apontam o credo, direta ou indiretamente, como é o caso da “Comunidade de Fátima”.

Os dados revelam a presença de duas igrejas cristãs evangélicas na área rural do município: Igreja Adventista do Sétimo Dia e Igreja Assembleia de Deus. As referidas igrejas surgiram nos Estados Unidos da América e chegaram ao Brasil nas primeiras décadas de 1900. Já o catolicismo chegou no país ao mesmo tempo em que os portugueses desembarcaram aqui. Desde então, a religião tem sido grande motivadora no ato de nomear lugares. Embora as novas religiões pudessem sugerir um fator inovador na nomeação, Dick aponta que, “a atualidade sempre renovada da temática religiosa longe está, por certo, apesar de suas origens antigas no país, de inculcar-lhe a característica de fator ultrapassado no processo dinâmico da seleção dos nomes geográficos” (DICK, 1990a, p. 350).

É interessante observar que, embora Espera Feliz possua uma população majoritariamente católica, tais igrejas evangélicas foram registradas pelo IBGE, ao passo que em Alto Caparaó, apesar de a maioria da população ser protestante, não houve registro de igrejas nas localidades rurais (nem católicas, nem evangélicas).

Outra característica que salta aos olhos na análise dos dados é a grande variedade de taxonomias encontradas. Nos outros dois municípios, especialmente em Alto Caparaó, o número de taxonomias é pequeno. Em Espera Feliz, observa-se a predominância da

hagiotoponímia, mas nota-se também que há uma grande variedade motivacional na denominação, além da gerada pela fé e pela religião. Os geomorfotopônimos se mostram bastante produtivos, por exemplo, nos acidentes de ordem humana, revelando aspectos da geografia acidentada da região, que ora aparece como elevação, como Monte Verde, e ora como várzea, em Vargem Alegre.

Em Espera Feliz, além das localidades rurais, existem duas vilas: Klabin e Pelegrini. A primeira recebe o nome de uma antiga fábrica que beneficiava caulim. Algumas casas foram construídas nas proximidades, formando ali uma vila. A segunda recebe o sobrenome da família que iniciou o processo de construção das habitações que hoje forma um considerável conjunto de casas em uma localidade rural.

Em resumo, acerca do município de Espera Feliz, a partir das análises feitas, pode-se afirmar que:

1. Não houve apagamento da hagiotoponímia no topônimo do próprio município, já que o nome oficial permaneceu o mesmo nome do distrito: Espera Feliz;
2. A presença dos antropotopônimos reflete as questões sociais e históricas relacionadas à posse de terras;
3. Se somados, hagiotopônimos e hierotopônimos somam mais de 30% das ocorrências. Esse dado revela a forte influência da religião católica apostólica romana na sociedade.
4. Neste município há duas vilas na área rural denominadas por antropotopônimos;
5. Entre os acidentes de ordem física, a predominância dos fitotopônimos na denominação dos córregos revela a importância da água e das plantas para a sobrevivência humana na ocupação de um território;
6. Apesar da predominância de taxonomias relacionadas à esfera religiosa, este município apresenta maior diversidade de taxonomias em relação a Alto Caparaó e a Caparaó.
7. Os dados encontrados conduzem a leitura linguística relacionada à história, à geografia e à cultura do lugar.

5.4 OS CÓRREGOS*

Como foi exposto no Capítulo 3, na região da Serra do Caparaó há uma peculiaridade na formação das comunidades rurais. Assim, existem os córregos que correspondem a acidente humano (localidade) e os córregos que correspondem a acidente físico (curso d'água). Os córregos sinalizados com asterisco, nos capítulos em que aparecem, correspondem a esses acidentes de ordem humana.

Ainda no Capítulo 3, afirmou-se que este tipo de acidente também foi encontrado em Luisburgo, cidade vizinha à serra, que foi ocupada de modo bastante semelhante. Tal informação é pontuada no trabalho de Dornelas de Carvalho (2014), que compara os córregos aos bairros rurais descritos por Cândido (2001) em seu estudo sociológico para no município paulista de Bofete. Dessa forma, pode-se entender que o córrego equivale a um agrupamento humano, uma comunidade e a um bairro, neste caso, rural.

Salienta-se que o termo bairro, na região pesquisada, não é usado em áreas rurais e, mesmo nas áreas urbanas, é um conceito de divisão novo, já que as cidades são pequenas. Em Espera Feliz e Alto Caparaó já existem bairros, mas em Caparaó, não existe essa divisão. Todo o perímetro urbano é tratado como “centro”. A palavra córrego apareceu na literatura consultada para a construção do capítulo histórico, em municípios vizinhos, como Divino e Manhumirim. Como se viu, a presença da preposição “no” elucida e confirma o uso da palavra enquanto acidente humano e não como curso d'água.

Nos dados que constituem o *corpus* deste trabalho, aparecem os seguintes córregos*:

- Em Alto Caparaó:

1. Córrego* dos Tavares (Pertence a Alto Jequitibá, mas divisa com Alto Caparaó).

- Em Caparaó:

1. Córrego* Apolinária

- Em Espera Feliz:

1. Córrego* dos Alves
2. Córrego* do Brejo
3. Córrego* Grande
4. Córrego* da Limeira

Em Espera Feliz, por exemplo, há um córrego (curso d'água) e uma fazenda chamados Bananal. No Capítulo 3 apresentou-se o rótulo de um doce produzido no município, cujo endereço é Córrego do Bananal, ou seja, no Córrego* do Bananal. Outros topônimos podem ser citados como exemplos: Castorino, em Caparaó e Bragança, em Alto Caparaó, chamados pelos moradores de Córrego* Castorino e Córrego* do Bragança, respectivamente. Este último é um dos mais interessantes, já que existe a preposição “de”, que indica a posse, ou seja, um Córrego* que pertence ao Bragança (apelido de um antigo morador que deu nome ao lugar).

Os dados comprovam a antiga significação de córrego: um lugar estreito. Na topografia da região, os pequenos riachos, chamados de córregos, ficam em corredores formados entre as montanhas. Nesses corredores existem áreas mais planas, que foram ocupadas e habitadas pelo homem. A palavra córrego, usada para fazer referência ao lugar não ganha um novo significado, mas mantém uma significação que possuía em outros tempos e foi se perdendo ao longo dos anos.

Para os moradores, tal modo de referência é tão comum, que por vezes há a impressão de que este caso poderia ocorrer nas demais regiões do Brasil. O que causaria maior surpresa, para os caparaoenses, seria chamar uma localidade rural de bairro, como aparece na obra de Cândido.

Embora o córrego* seja muito comum entre os moradores, há uma outra peculiaridade que não aparece nos dados: as pessoas mais velhas usam mais esta forma do que as pessoas em faixa etária menor, como os adolescentes. Seria necessária uma pesquisa mais profunda para identificar o motivo desse uso mais intenso entre os mais antigos e também em que proporção ele é maior que o ocorrido entre os jovens. Na oralidade, o mais comum é que o nome seja pronunciado como “*córgu*”. Essa informação necessita também de uma pesquisa aprofundada para a compreensão deste fenômeno. Neste trabalho, não foi possível levantar esses dados porque o corpus se constituiu a partir da língua escrita.

Na topografia da região, predominam as montanhas. Entre elas, há os corredores, ou seja, os córregos* e também as existem muitas áreas de várzea. Essas características geográficas formam um fator motivacional na denominação. Os córregos* constituem, atualmente, um tipo de acidente humano, mas que no momento da chegada das pessoas, era somente um acidente físico. Diferentemente do que acontece com o córrego*, que é um tipo de acidente, as várzeas aparecem na formação do topônimo, como se vê em Vargem Alegre, nos municípios de Alto Caparaó, e com maior número de acidentes, em Espera Feliz. O

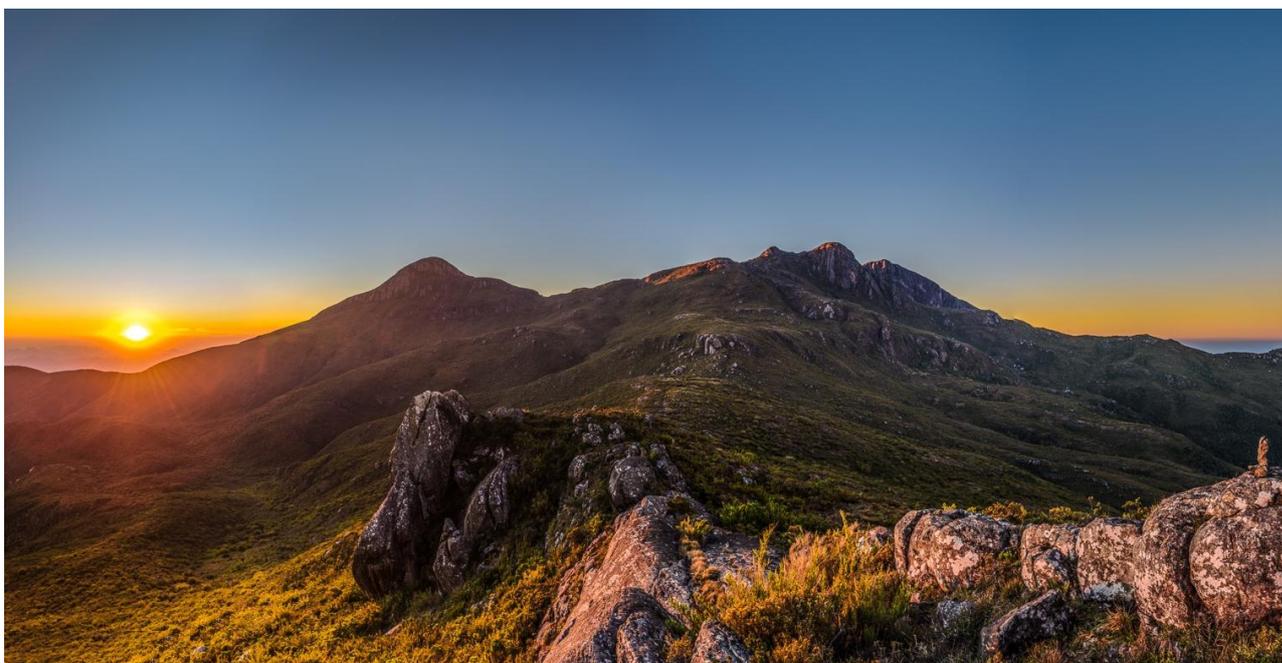
topônimo neste último município nomeia diversos acidentes de ordem física e humana. Além disso, aparece, em alguns casos, seguido da preposição “de”, sinalizando a posse da terra, como em Fazenda Vargem Alegre de Irene Peixoto. Em outros municípios vizinhos, há topônimos com essa mesma motivação, como Vargem Alegre, em Alto Jequitibá e Varginha, em Carangola.

Sobre o fenômeno dos córregos*, é possível afirmar que:

1. Conforme visto no Capítulo 3 e no Capítulo 4, os córregos* constituem um tipo de acidente humano, que corresponde a uma comunidade na área rural.
2. A motivação para tratar o acidente como córrego* tem raízes na geografia, já que, como se viu nas acepções dos dicionários, trata-se de um lugar estreito. Este lugar seria um acidente físico, mas seu uso pelos moradores marca nitidamente que se trata de um acidente humano.
3. Há outros aspectos sobre os córregos* que precisam ser estudados, como a pronúncia e a proporção das ocorrências nas diversas faixas etárias.
4. O córrego* funciona como uma espécie de bairro rural, compondo uma referência no endereço dos moradores.
5. O estudo do córrego* revela um fóssil linguístico, já que a acepção é bastante antiga. Apesar de ser um termo antigo e comum na região, é uma novidade dentro dos estudos toponímicos.

Este capítulo teve como objetivo discutir e apresentar as análises acerca dos dados apresentados no capítulo anterior. Tais discussões comprovam o caráter social do léxico, pois uma palavra só pode ter seu sentido compreendido quando considerada no contexto em que está inserida. As análises comprovam ainda que o estudo toponímico não se restringe ao campo da linguística, já que para compreender a motivação e o significado de um topônimo, é preciso buscar ferramentas na História, na Geografia e na Antropologia.

A seguir, passa-se às considerações finais.



Parque Nacional do Caparaó – Vista das montanhas e pôr-do-sol

Fonte: <https://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/quem-somos.html>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, objetivou-se realizar a descrição e a análise dos topônimos de três municípios mineiros na Serra do Caparaó. No início da pesquisa, acreditou-se que os nomes de lugares revelariam características geográficas e fatos relativos à história do povoamento de uma das últimas áreas ocupadas em Minas Gerais. Além disso, esperou-se que, pelo estudo dos topônimos, fossem revelados aspectos sociais e culturais da sociedade que se formou na região, confirmando a influência que o ambiente físico e o ambiente cultural exercem sobre a língua.

Assim, investigou-se o homem, o ambiente e a cultura por meio da toponímia. Os nomes originam-se a partir da necessidade de comunicação entre as pessoas nas mais diversas relações humanas. Cada parte de um nome reflete os vários aspectos da vida. No caso deste estudo, o nome mostra, por meio da motivação toponímica, as necessidades inerentes à nomeação de um lugar.

Na **Introdução**, mostrou-se que, além do interesse linguístico, este trabalho teve também interesse pela cultura do lugar, já os nomes de lugar estão ligados aos fatores de ordem histórica, ideológica e social.

No Capítulo 1, **Pressupostos Teóricos**, procurou-se apontar as relações existentes entre a língua e a cultura. Abordou-se a importância da palavra e sua carga cultural de significação. Apresentou-se o caráter social do léxico e integrou-se a toponímia aos estudos onomásticos, e estes últimos, aos estudos de lexicologia.

Já no Capítulo 2, **Procedimentos Metodológicos**, apresentaram-se as cartas geográficas utilizadas para o levantamento dos dados e da constituição do *corpus* toponímico, bem como os pressupostos de Dick para classificação das taxonomias.

O Capítulo 3, chamado **Sobre a região da Serra do Caparaó**, foram relatados os acontecimentos que se seguiram ao longo da ocupação da chamada Área Proibida e também como se deu o processo de implantação da cafeicultura nos municípios pesquisados. Discorreu-se ainda sobre formação da estrutura da área rural das cidades, onde algumas localidades ou comunidades rurais são conhecidas como córregos*. O asterisco sinaliza a diferenciação entre o acidente de ordem humana e o de ordem física, como foi dito ao longo deste trabalho.

Já no Capítulo 4, **Apresentação e descrição dos dados**, sistematizaram-se os dados encontrados por meio de fichas toponímicas resumidas. Foram encontrados 199 topônimos na soma dos três municípios, que, individualmente, possuem:

1. Alto Caparaó: 36 topônimos
2. Caparaó: 52 topônimos
3. Espera Feliz: 111 topônimos

Ainda neste capítulo, apresentou-se, por meio de gráficos, a análise quantitativa dos tipos de acidente e da natureza das taxonomias.

No capítulo 5, **Discussão dos dados apresentados**, houve o apontamento das conclusões obtidas a partir da análise dos dados sistematizados e da leitura sócio-histórico-cultural da região pesquisada, em que se destaca o seguinte:

1. A predominância da antroponímia das ocorrências revela a necessidade de legitimar a posse das terras;
2. O número extremamente pequeno de hagiotopônimos nas ocorrências encontradas em Alto Caparaó revelam a forte influência da religião protestante na cidade;
3. O grande número de hagiotopônimos em Caparaó, e maior ainda em Espera Feliz, revelam quão forte é a influência exercida pela religião católica nessas cidades;
4. Há um grande número de topônimos que nomeiam mais de um acidente ao mesmo tempo;
5. Embora os fitotopônimos não sejam a maioria entre as taxonomias, possuem um número de ocorrências considerado expressivo, já que nomeiam cursos de água. A ocupação humana prioriza a proximidade da fonte de água e, conseqüentemente, proximidade ou possibilidade de cultivo plantas, que fornecem alimentos, medicamentos e matéria prima para produção de objetos e utensílios;
6. Não foram encontradas marcas diretas da cafeicultura, como se esperava, no início deste estudo. O que se observou foi a presença de marcas da chegada das pessoas motivadas pela oportunidade de trabalhar nessa atividade econômica, que procuraram legitimar suas terras por meio da nomeação de lugares com nomes próprios. A necessidade de se afirmar a posse se deve à ausência da formalização documental ocorrida nos primeiros anos da

ocupação do lugar, já que boa parte das terras eram devolutas e também pela presença do meeiro nas propriedades, que poderiam vir a requerer o direito de posse;

7. Na literatura consultada nesta pesquisa não foi possível comprovar o significado difundido entre os moradores do topônimo Caparaó, bem como não foi possível encontrar informação precisa sobre a origem desse nome. Comprovou-se apenas que se trata de uma palavra tupi, mas não se sabe ao certo se há outra língua envolvida na formação do vocábulo. Ainda assim, este estudo contribuiu na elucidação do real significado do termo, sem contudo, deslegitimar o significado que parece estar em processo de cristalização;

8. No município de Alto Caparaó, a diversidade de taxonomias encontradas é pequena, ao passo que em Caparaó e em Espera Feliz, há maior número de taxonomias diferentes.

Foi possível chegar-se a tais conclusões pelo fato de esta investigação ser construída por meio do estudo linguístico associado ao estudo histórico-cultural da região. A análise e a leitura do ato de nomear traz à tona experiências vividas pelas pessoas e armazenadas em suas mentes. As pessoas passam, mas a memória de suas vidas e seus feitos ficam registrados nos nomes que escolheram para acidentes de ordem física e de ordem humana.

Esta pesquisa se comprometeu em comprovar a articulação entre língua e cultura. Isso foi possível pela voz de cada topônimo que ecoou as experiências vividas pelo povo da Serra do Caparaó. Espera-se que este estudo contribua com os próximos trabalhos sobre toponímia no Brasil, e que também seja um meio de instigar mais pesquisadores no campo dos estudos linguísticos. A região do Caparaó possui grande riqueza cultural, econômica, geográfica e histórica, o que a torna um promissor espaço para pesquisas que articulem essas áreas do conhecimento com a língua.

REFERÊNCIAS

ABBADE, C. M. de S. Lexicologia Social: A lexemática e a teoria dos campos lexicais. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia* (vol. VI). Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012. Acesso em 30/04/2020.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. *Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Blucher, 2020.

ANDRADE, K. dos S. Estudo etnolinguístico e etnotopônimo dos rios: Araguaia e Tocantins nos séculos XVIII, XIX e XX. 2015. 199f. Relatório (Pós-doutoramento em Linguística) - Universidade de Coimbra Faculdade de Letras, Coimbra, Portugal, 2015, *apud* NASCIMENTO, R. V. do; ANDRADE, K. dos S.; PEREIRA, C. M. R. B. Toponímia e Geografia Cult ural: tecendo fios de investigação no âmbito da interdisciplinaridade. *Revista estudos da Linguagem*, v. 26, n.3, p. 1003- 1029, 2018.

BARBOSA, V. *Meeiros de café: gente e ocupação da Zona Proibida do Caparaó*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

BARBOSA, W. de A. *Dicionário Histórico- Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.

BIDERMAN, M. T. C. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1981. p.132-145.

BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, n. 2, 1998. p. 81-118.

BIDERMAN, M. T. C. O léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BLUTEAU, R.; SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (vol. 1: A - K). Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BUSSINGER, M. Momentos... (Poesias). Belo Horizonte [s.d]: Publicação Própria.

CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2001.

Caparaó. (Documentário longa-metragem, sonoro, não-ficção). 35mm, COR, 77min, 2.111m, 24q. Produção: Frederico, F.; Estúdio Kinoscópio Cinematográfica, 2006.

CARELLI, R. *Efemérides Carangolenses*. Viçosa: Editora Folha de Viçosa, 2002.

CARVALHINHOS, P. (2003). Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista USP*, n. 56, p.172-179, dezembro/fevereiro. 2002-2003.

CARVALHINHOS, P. de J.; ANTUNES, A. M. Princípios teóricos de Toponímia e Antroponímia: a questão do nome próprio. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, v. XI, n. 3 - Livro dos Minicursos, p. 108-121, 2007. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/3/Cad%2003%20XICNLF.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CARVALHO, A. O Tupi na Geografia Mineira, in *Anuário de Minas Gerais*, do DR. Nelson de Sena, 1907. *Apud* COSTA, J. R. *Toponímia de Minas Gerais. Com estudo histórico da Divisão Territorial e Administração*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

CARVALHO, A. P. M. A. Hagiotoponímia em Minas Gerais. 2014. 821f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2014.

CARVALHO, S. D. de. *A mudança da ordem do adjetivo em relação ao nome nos dados rurais de Luisburgo/MG*. 2014. 265 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MGSS-9PMN5A>. Acesso em 21 nov. 2020.

COMASTRI, E. R. M.; PIMENTEL, A. P. de M.; SÁ, L. F. S. N. de. 1981. 139 p. *Plano de Manejo do Parque Nacional de Caparaó*. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)/Fundação Brasileira Para a Conservação da Natureza (FBCN). Brasília: 1981.

CORREA, G. [sem título]. 2012. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=271524432934547&set=a.271524062934584>. Acesso em 02 fev. 2021.

CORREA, G. [sem título]. 2012. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=271524639601193&set=a.271524062934584>. Acesso em 02 mar. 2021.

COSTA, J. R. *Toponímia de Minas Gerais com estudo histórico da Divisão Territorial e Administrativa*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

DAUZAT, A. *Dictionnaire Étymologique des Noms de Famille et Prénoms de France*. Paris: Larousse, 1951.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, M. V. de P. do A. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/ USP, 1990b.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação Toponímica: Princípios teóricos e Modelos Taxionômicos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1990c.

DICK, M. V. de P. do A. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: *Investigações Linguísticas e Teoria Literária*. Recife, UFPE, v.9, p.119-148, 1999.

DICK, M. V. de P. do A. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Acta Semiótica et Linguística*. SPPL- SP. Editora Plêiade, v.7, p. 97-122, 1998 *apud* SEABRA, M. C. T. C. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

DURANTI, A. *Antropología Lingüística*. Madri: Cambridge University Press, 2000.

FARIA, G. da C. dos S. Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais. In: *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 1151-1174, 2017.

FERRAZ, A. P. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, M. C. T. C. de. (Org). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

FREITAS, C. J. de. *Café com quebra torto: um estudo léxico-cultural da Serra do Cipó/ MG*. 302 f. Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A, 1963.

GERBER, H. *Noções Geográficas e Administrativas de Minas Gerais, 1963 apud BARBOSA, V. Meeiros de café: gente e ocupação da Zona Proibida do Caparaó*. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

GOES FILHO, C. S. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2015.

GONÇALVES, C. *Toponímia Mineira de Origem Tupi*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2009.

GREGÓRIO, I. J. *Contribuição indígena ao Brasil: lendas e tradições, usos e costumes, fauna e flora, língua, raízes, toponímia – VOCABULÁRIO*. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980 (vols. I, II e III).

GRIMALDE, A. *Homens que fizeram Caparaó*. Carangola: Minasgraf, 2016.

HECKLER, E.; BACK, S.; MASSING, E. R. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo: Unisinos, 1984. (vols. I, II, III, IV e V).

HOUAISS, A. *Elementos de bibliologia*. Reimpressão fac- similar. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL: Fundação Nacional Pró- Memória, 1983.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=0>. Acesso em 26/01/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa Alto Caparaó 2010*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBIS%20-%20RJ/map12723.pdf>. Acesso em 30/04/2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa Caparaó 2010*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBIS%20-%20RJ/map13214.pdf>. Acesso em 30/04/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa Espera Feliz 1960*. Enciclopédia dos municípios brasileiros. 1960 (p. 303, volume VII). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acesso em 30/04/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa Espera Feliz 2010*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBIS%20-%20RJ/map12999.pdf>.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Plano de Manejo Para Parque Nacional do Caparaó. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/images/stories/PM_PNC-completo__PDF.pdf. Acesso em 05 dez. 2020.

ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Vol. 2. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004 *apud* REGO, R. R. *Estudos toponímicos do norte central paranaense - em busca do café*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P. Hidronímia e toponímia: interinfluências entre meio ambiente e história. In: *As Ciências do Léxico*. Lexicologia. Lexicografia. Terminologia, vol. VII ISQUERDO, A.N. DAL CORNOR, G.O.M. (orgs). Campo Grande: Editora UFMS, 63-80, 2014.

KRIEGER, M. da G. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia: impactos necessários. In: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia* (vol. IV). Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

Lei 663, de 18 de setembro de 1915. Altera a divisão judiciária do Estado e contém outras disposições. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=663&comp=&ano=1915>. Acesso em abr./2021.

Lei 843, de 07 de setembro de 1923. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado (texto atualizado). Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=lei&num=843&ano=1923>. Acesso em abr. 2021.

LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979.

MILROY, L. *Language and social networks*. Oxford: Blackwell, 1980.

MATORÉ, G. *La méthode em lexicologie - Domanie Français*. Paris: Didier, 1953.

MENDES, L. R. G. *A hidronímia da região do Rio das Velhas: de Ouro Preto ao Sumidouro*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/LETR-8T9PMB>. Acesso em 5 mai. 2020.

MERCADANTE, P. *Os Sertões do Leste: estudo de uma Região, a Mata Mineira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MERCADANTE, P. *Crônica de uma comunidade cafeeira: Carangola: o vale e o rio*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

MILNER, J.- C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. P.85-126 *apud* SEABRA, M. C. T. C. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

POPPER, S. K.; ECCLES, J. C. *O conhecimento do cérebro*. São Paulo: Atheneu/ EDUSP, 1979 *apud* BIDERMAN, M. T. C. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de Filologia e*

Linguística: em homenagem Isaac Nicolau Salum. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

PRADO JR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. [s.l.]: Editora Brasiliense, 1942.

PULGRAM, E. *Theory of names*. Berkely: American name society, 1954 *apud* DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/ USP, 1986.

QUEIROZ, A. *A invenção da Locomotiva a Vapor no século XVIII e a História da Leopoldina em Caparaó*. Alto Caparaó, MG: [edição livre], 2011.

REGO, R. R. *Estudos toponímicos do norte central paranaense - em busca do café*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ROUSSEAU, J. J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. (Tradução de Fúlvia M. L. Moretto). Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. 5^a ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SANTOS, Maria Barbosa. *Parque Nacional do Caparaó: histórias de um lugar*. Disponível em: <https://1library.co/document/q5w7g7jq-descargar-descargar-pdf.html>. Acesso em mmar. 2020.

SANTOS, O. J. S. dos; DAL CORNO, G. O. M. A toponímia da fronteira oeste do Rio Grande do Sul: aspectos linguístico-culturais. *Revista Trama*, v. 10, n. 20, p.111-125, dez. 2014. Semestral.

SAPIR, E. *Linguística como ciência*. (Seleção e tradução de J. Matoso Câmara Jr.). Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SARAIVA, L.; LOPES, J. dos S.; OLIVEIRA, G. B. M.; BATISTA, F. de A.; FALCÃO, A. L.; ANDRADE FILHO, J. D. Estudo dos flebotomíneos (Diptera: Psychodidae) em área de leishmaniose tegumentar americana nos municípios de Alto Caparaó e Caparaó, Estado de Minas Gerais. *Revista da Sociedade Brasileira de medicina Tropical*, v.39. n.1, Uberaba, jan./fev. 2006.

SAUSSURE, F de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1989 *apud* FREITAS, C. J. de. *Café com quebra torto: um estudo léxico-cultural da Serra do Cipó/ MG*. 302 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Trad. de A. Chelini, José P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1969.

SEABRA, M. C. T. C. *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*. Tese (Doutorado em estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, M. C. T. C. de S.; ISQUERDO, A. N. A onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SEABRA, M. C. T. C. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

SILVA, J. R. da. *Denominações indígenas na toponímia carioca*. Rio de Janeiro: Livraria Editôra Brasileira, 1966.

SOUZA, A. G. de. *Complementação da História Político- Administrativa do Município de Espera Feliz (MG) 1947-2008*. Espera Feliz: [publicação livre], 2008.

TIBIRIÇÁ, L. C. *Dicionários de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*. Significação dos nomes geográficos de origem tupi. São Paulo: Editora Traço, 1985.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. 2 volumes. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974 *apud* MERCADANTE, Paulo. *Da aventura pioneira ao destemor à travessia* (Santa Luzia do Carangola). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2003.

WHORF, B. L. Science and linguistics. In MACCOB, E.E., NEWCOMB, T.M. & HARTLEY, E.L. (Orgs.) *Readings in social psychology*, New York, Henry Holt and Company, p. 1-9, 1958 *apud* BIDERMAN, M. T. C. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de Filologia e Linguística: em homenagem Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.